



Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na sala do Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão, sito na Rua da Serração n.º 19 – 1.º andar, Freguesia de Azeitão, uma sessão ordinária descentralizada da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em substituição, Antonieta Maria Saragoça dos Santos.

## I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

### a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes, Pedro Acácio dos Santos Soares e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

**Partido Socialista** – Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

**Partido Social Democrata** – António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Maria Suzel Costa Sousa.

**Centro Democrático Social** – João Paulo Barros Viegas.

**Presidentes de Junta** – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Banheiro Marques Meira, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Sandra Marina Lopes Frota



Gomes, Teresa Alexandra Malveiro Andrade, em substituição de Paulo Alexandre da Cruz Lopes (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata) e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

#### **b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Yolande Paule Juliette Cloetens, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Esmeralda da Costa Marques, Rui Manuel Higino José, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, Maria Helena Crispim Pratas e Mário Jorge Pereira Gamito Gomes, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Vítor Manuel Ramalho Ferreira, José Luís do Rosário Barão, António Manuel Baptista Dias, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Marco Rúben Santos Martins Catarino Costa, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 a 18, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Partido Social Democrata apresentou pedido de substituição Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Bloco de Esquerda apresentou pedido de substituição João Pedro Oliveira Santos, conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), tendo sido substituído pelo Vogal João António Batista, e José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) tendo sido substituído pela Vogal Secretária Bernardina Maria Agostinho Barradas, conforme documentos registados sob os n.ºs 21 e 22, arquivado em pasta anexa à presente ata.

#### **c) Substitutos e sua posse**

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Henrique Pinto Gonçalves, não se verificou a sua presença, pelo que ficou prejudicada a respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Graciete Maria da Conceição Vasco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.



Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

#### **d) Faltas**

Faltou a Sra. Deputada Maria da Graça Santos Andrade da CDU.

**Presidente da Mesa** – Senhoras e senhores deputados é, naturalmente, com muito gosto que hoje a Assembleia Municipal está na União de Freguesias de Azeitão, foi um compromisso que estabelecemos em fazer reuniões descentralizadas, percorrendo as várias freguesias do nosso concelho.

Desta forma podemos estar um pouco mais próximos dos problemas, das realidades e os senhores deputados também poderem estar mais próximos dos eleitores, porque afinal de contas somos todos eleitores.

Como também já é hábito, quando visitamos uma freguesia, pedimos ao Presidente da Junta de Freguesia, se assim o entender, para dar as boas vindas. Pedia à Sra. Presidente da União das Freguesias de Azeitão para nos dirigir as palavras que entender.

Só queria informar aos senhores deputados que é um novo modelo e que estas situações da logística são sempre complicadas, mas a pedido dos serviços técnicos é necessário que quando as senhoras e os senhores deputados quiserem usar da palavra têm de ligar o microfone e quando terminarem o uso da palavra desligá-lo no mesmo botão. Porque quando depois se for fazer as atas, se os microfones não estiverem desligados, pode haver sobreposição de vozes dificultando os trabalhos a quem elabora as referidas atas.

Sendo assim, pedia a todos os senhores deputados e senhores vereadores que quando forem utilizar, já agora uma boa tarde ao executivo municipal, os microfones tivessem isto em conta para quem tiver essa árdua tarefa de fazer as atas, não terem problemas de maior na audição.

Senhora Presidente, faça favor.

**Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão)** – Cumprimentar, o Sr. Presidente da Assembleia, os Srs. Vereadores da Câmara Municipal, os Srs. Deputados Municipais e os Srs. Técnicos da Câmara hoje aqui presentes, sejam todos bem-vindos a Azeitão.

Cumprimentar, ainda, os eleitos da freguesia e o público aqui presentes.

Um cumprimento ao CCDBA, na pessoa do seu Presidente e agradecer-lhe a cedência do espaço. Muito obrigada.

Congratulo-me com a realização desta Assembleia, que é a primeira, em terras de Azeitão, terras que são de Setúbal.

Azeitão tem uma área de 69,32 Km<sup>2</sup>, um terço da área do concelho, pertencendo a este território grande parte da Serra da Arrábida e Praias. Uma freguesia plantada num território de excelência, com serra e praias.

Terra com muita história.

Terra de belos Conventos, terra de Palácios, terra de Quintas Históricas e de Fontes famosas.

Terra de poetas, terra de vinha, de vinhos e moscatel.

Terra de adegas de referência nacional, Alcube, Bacalhoa e José Maria da Fonseca.

Terra doce e de doces, tortas e esses de Azeitão.

Terra de queijo, o Queijo de Azeitão.

Temos também um forte e dinâmico movimento associativo, cultural e desportivo. Temos três coletividades centenares, GMDUP, conhecido por Solidó, em Vendas, a Previdência em Vila-Fresca, a Perpétua Azeitonense em Vila Nogueira. Das três bandas filarmónicas do concelho de Setúbal duas são de Azeitão. Nas coletividades desportivas temos centenas de participantes, sendo esta casa, CCDBA, o GMDUP e o Juventude, bons exemplos disso.

Ao longo destes anos, fruto da visão descentralizadora do Executivo da Câmara, muito trabalho aqui tem sido feito.

Os Protocolos de Descentralização têm sido determinantes no trabalho de todas as freguesias do concelho e também nesta. Sem a descentralização pouco poderíamos fazer, pois a Lei do Financiamento das Autarquias Locais nunca, até hoje, foi cumprida por nenhum Governo.

A junta tem feito um enorme esforço no sentido de captar para a freguesia receitas próprias e hoje já atingem uma verba considerável dentro de um orçamento da junta.

A parceria entre a câmara e a junta tem sido uma realidade, temos trabalhado num verdadeiro espírito de cooperação, lealdade, mas também de muita exigência.

Juntos, temos conseguido fazer obra.

Todo o património público está recuperado, requalificado: o antigo edifício da GNR, o Mercado/Praça de Vila Nogueira, o Posto de Turismo de Azeitão, a Biblioteca, a Fonte dos Pasmados, os Lavadores de Pinheiros, Vendas, Oleiros e Vila Nogueira. Requalificámos os largos antigos das nossas Aldeias e Vilas: Portela, Aldeia da Piedade, Vila-Fresca e o Rossio em Vila Nogueira. Está já em obra o último largo a requalificar, o Largo de Pinheiros.

Temos feito muitas centenas de metros de calçadas, intervimos e fizemos pracetas que urbanizadores antigos abandonaram e não fizeram. Temos hoje em Azeitão, 17 parques infantis, uma pista de skate, uma pista de manutenção, 5 campos relvados, para a prática do futebol, sendo que 3 deles estão nesta coletividade.

O Mercado Mensal de Azeitão, motor importante da freguesia, foi requalificado.

Hoje, poucos se lembrarão que onde temos o Parque do Morango e o Parque das Oliveiras, existiam dois matagais, duas lixeiras. Valeu a pena requalificar esses espaços, hoje são vividos pela população.

Tratámos as nossas rotundas com elementos característicos de Azeitão, serra, queijo, vinhos, empresa transportadora local e ainda a música, nesta terra de muitos e grandes músicos.

Damos atenção a problemas sociais e temos atuado. Esta freguesia foi pioneira na oferta dos livros escolares a todos os alunos do 1º ciclo.

Intervimos em habitações sociais, cujos moradores são verdadeiramente necessitados. No ano passado substituímos 72 janelas. Este ano, já conseguimos, através do mecenato, substituir o telhado a 3 famílias.

Criámos Hortas Urbanas, grátis para os carenciados. Temos, este ano, em implementação uma GIP, para podermos intervir e ajudar os desempregados. Nunca deixámos que um aluno desta freguesia faltasse, por razões económicas, a uma visita ou passeio escolar.



A nível de escolas, além de cumprirmos o protocolo de descentralização, apoiamos projetos educativos que envolvem vários ciclos. Instituímos, com o Agrupamento de Escolas de Azeitão, um Prémio para os melhores alunos de cada ciclo.

Trabalhamos para preservar e lembrar o passado, a história desta terra.

Criámos a Festa dos Sabores e Aromas de Azeitão, mais conhecida por Manel da Horta, mascote criada pelo artista Augusto Cid, que generosamente nos ofereceu. Aqui, além dos produtos da terra, temos sempre o Teatro de Rua, onde o Manel da Horta é figura chave e onde artistas amadores de Azeitão recriam, de forma brilhante, vivências desta terra.

Fomentámos o Grupo da Memória, quisemos com o Parque do Morango perpetuar os tempos em que os produtores de morango, aqui nos Brejos, abasteciam os Mercados em Lisboa.

Perpetuámos no Rossio a figura ímpar do Azeitonense, Carlos Alberto Ferreira Júnior.

Editámos, com trabalho voluntário dos autores, dois livros sobre Azeitão, que foram entregues a cada bancada desta Assembleia.

Nem tudo é a contento de todos, mas nada é.

Sendo as infraestruturas o grande problema de Azeitão, a câmara tem aqui feito grandes investimentos, alguns milhões de euros. Muito desse investimento, de necessidade absoluta, é “enterrado”, logo de pouca visibilidade e pouco valorizado.

A Câmara Municipal está agora a intervir nas Ruas do Areal, Aventurosos e da Mata, intervenção que será sentida pelos moradores dessas ruas. É normal que aqueles, cuja rua ainda não foi intervencionada, reivindicuem.

Mas é preciso ter memória e lembrarmo-nos que os grandes problemas de saneamento nesta freguesia são fruto do crescimento antigo, desordenado, muitas vezes clandestino, sem licenciamento e que durante anos e anos aqui aconteceu e imperou. São ainda fruto, do desaproveitamento de Fundos Europeus que nos anos 80/90 existiram para o saneamento, e que este concelho, ao contrário dos vizinhos, não captou, não aproveitou.

Temos ainda a questão de algumas AUGIS, mas sabemos que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver muitos esforços no sentido de finalizar este trabalho. É preciso continuar.

Há muito para fazer. Muito!

Durante o mandato entendemos que a câmara deveria ter como “desígnio” o saneamento em Azeitão. Este deveria ser um compromisso de todos os eleitos, tanto mais que Azeitão é uma terra de grande crescimento. No concelho, é a freguesia que inquestionavelmente mais cresce, muito mais que todo o resto do concelho.

Nas eleições autárquicas 2017 o concelho de Setúbal tinha 104.337 eleitores. Nas eleições para o Parlamento Europeu 2019, teve 104.797 eleitores. O concelho no seu total teve um acréscimo de 560 novos eleitores, sendo que 534 novos eleitores foram em Azeitão.

No resto do concelho, nas outras quatro freguesias houve ao todo uma subida de 26 novos eleitores, enquanto que em Azeitão o aumento foi de 534. Números que bem refletem a contribuição de Azeitão para com o concelho.

Azeitão MERECE, ser um verdadeiro desígnio do concelho.

Mas, Azeitão merece ainda, mais e melhor, atenção da parte de outras entidades. Merece e precisa que o Governo construa o Novo Centro de Saúde. E tendo a câmara já dado o terreno é urgente que o Governo Central inicie a obra.

Azeitão merece que as IP - Estradas de Portugal intervenham na Nacional 10 e na Nacional 379, onde os pisos são irregulares, passadeiras desadequadas e insuficientes, bermas esquecidas, sinalização deficiente e insuficiente.

Azeitão merece que as empresas ligadas a infraestruturas, iluminação, comunicação, águas e gás aqui intervenham com respeito e não façam desta terra um amontoado de fios aéreos, que não esburaquem como e quando querem e não deixem muitas vezes os trabalhos inacabados durante meses e anos.



Azeitão precisa e merece mais e melhores transportes. Contamos com o apoio da Câmara Municipal, junto dos organismos que tutelam estas carências.

E para terminar, aproveito a vossa estadia em Azeitão e publicamente agradecer:

À Sra. Presidente da Câmara todo o apoio, empenho e carinho que tem dado a Azeitão.

Aos Srs. Vereadores toda a disponibilidade, que, ao logo destes anos, têm manifestado.

Ao Sr. Adjunto, António Luís, responsável pelas Freguesias, todo seu trabalho e compreensão.

A todos os técnicos da câmara que mais diretamente têm trabalhado com esta freguesia.

Aos funcionários e Eleitos desta Freguesia.

Enviar um abraço, do tamanho desta Grande Terra, aos membros do Executivo da Junta, Bento, David, Graça e Pascale, só com a vossa lealdade, o vosso trabalho e o vosso empenho tem sido possível fazer obra.

A todos os Membros da Assembleia um agradecimento, por estes quase 20 anos de trabalho. Muitas vezes fomos e somos adversários políticos, mas nunca inimigos e este é um grande valor da Democracia.

A todos agradeço. Muito obrigada. Bom trabalho, boa reunião!

**Presidente da Mesa** – Obrigado senhora presidente por esta viagem, porque todos temos esse defeito, muitas vezes de termos a memória curta e, de facto, aquilo que aqui nos disse faz-nos lembrar, sobretudo àqueles que andam por aqui há mais tempo, de um caminho que tem vindo a ser percorrido.

Naturalmente que há sempre quem ache que era importante fazer mais e ainda bem que essas pessoas, que esses cidadãos e que esses munícipes existem e estão presentes e fazem por estar presentes, isso é que é muito importante, porque é necessário sempre melhorar as condições de vida das pessoas, mas também sabemos que o caminho é feito de muitas dificuldades.

Aquilo que aqui referiu dá um pouco para relembrar um longo caminho que já foi feito e, como a senhora presidente disse, o muito que ainda há por fazer. Muito obrigado.

Quero aproveitar também este início da nossa reunião para agradecer ao CCDBA na pessoa do Sr. Presidente, a cedência destas instalações e todo o apoio que foi dado pela coletividade para que esta sala estivesse minimamente funcional para que todos nós pudéssemos ter as melhores condições para aqui poder fazer o nosso trabalho. Muito obrigado ao CCDBA.

#### **e) Projeto de ata**

**N.º 3/2019 – Sessão ordinária realizada a 29/04/2019**

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

## **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo**

**Diamantino Estanislau (CDU)** – Como azeitonense, nascido nesta terra e onde sempre vivi, começo por saudar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela descentralização desta sessão para Azeitão. É a primeira vez que uma sessão da Assembleia Municipal se realiza em Azeitão durante estes 45 anos da nossa democracia.



De realçar também que esta sessão está a ser realizada na sede de uma coletividade de Abril, construída pela vontade da população de Brejos de Azeitão e com o apoio do Poder Local Autárquico. Também o seu parque desportivo foi requalificado pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia, sem o apoio dessas entidades hoje não estaríamos aqui reunidos.

Tinha muito para dizer, mas a Sra. Presidente da Junta já me facilitou pela sua intervenção, onde explanou todo o trabalho que tem sido feito em Azeitão, quer pela Junta de Freguesia, quer pela Câmara Municipal, mas, mesmo assim, vou referir algumas notas.

Aproveito também para referir que Azeitão nos últimos anos, devido ao trabalho desenvolvido pela gestão CDU, deu um salto qualitativo quer em saneamento básico, quer na rede viária e na requalificação dos espaços públicos, melhorando a qualidade de vida dos azeitonenses.

Em relação à construção ou à recuperação de novos edifícios, a Sra. Presidente já referiu todo o trabalho que foi desenvolvido pela junta e pela câmara.

Sabemos que muito está ainda por fazer, mas o executivo camarário está atento às prioridades e a seu tempo irá, certamente, concretizar as reivindicações das populações dos azeitonenses. Como se costuma dizer “Roma e Pavia não se fizeram num dia”.

Sabemos também que, a nível do Poder Central, é urgente para Azeitão a resolução da construção do Centro de Saúde, a requalificação da Escola EB 2, 3 e a solução para o ensino secundário para os alunos de Azeitão.

Também a construção da variante, do seu prolongamento, é importante para desbloquear o trânsito dentro das ruas aqui da localidade.

Também é importante a construção da rotunda que faz ligação com a Nacional 10 e a Rua de São Gonçalo, a qual está com um projeto já aprovado.

Para terminar, realçar que devido à descentralização de competências, e a Sra. Presidente também já referiu, os meios para as freguesias teve início no ano 2000, e estão aqui alguns presentes que tiveram nesta luta, a qual foi uma luta grande que tivemos com o executivo anterior à CDU, mas conseguimos implementar a primeira descentralização.

Em 2002, com a CDU novamente na gestão da Câmara Municipal de Setúbal, foram reforçadas as competências atribuídas, as quais têm vindo a aumentar ano após ano, permitindo às freguesias de Azeitão ter uma melhor gestão dos recursos devido à proximidade e mais qualidade na aplicação dos mesmos.

Como já foi referido pela Sra. Presidente, sem esta descentralização de competências e sem o seu reforço hoje, certamente, estaríamos muito mais pobres na nossa qualidade de vida.

Muito obrigado pela atenção e um bom trabalho para todos.

Entrou na sala do CCDBA a Sra. Deputada Carla Vilhena do PPD/PSD.

**Manuel Esteves (PS)** – Dizer que a bancada do Partido Socialista se congratula com esta descentralização desta Assembleia Municipal na minha terra, onde fui nascido, criado e vivo e onde hei de morrer, se Deus nosso Senhor quiser.

Quero também lhe dizer que revejo, realmente, a grandeza que a nossa terra está a ter e é com grande agrado que vejo os melhoramentos que têm sido feitos ao longo de todos estes anos de grande luta e de compromisso político que temos feito e da batalha que o Partido Socialista e a bancada Socialista têm travado em relação a algumas das questões.

Mas quero também realçar, não só as melhorias e o que já está feito, mas aquilo que está por fazer, não na periferia, mas no mesmo local onde nos situamos neste momento. Estamos aqui numa zona de Azeitão que é a mais carenciada de todas e reconhecida por mim e, se calhar, por todos os azeitonenses e por todos os que moram na nossa zona em Azeitão.

Quero também dizer que, à parte de todas as coisas que fazem muita falta, é de lamentar que durante este período em que falamos sobre as periferias, como já ouvi, não se referenciar umas



questões que estão mesmo aqui nas nossas barbas. Ou seja, entre a estrada da Padaria e a estrada da Jardia encontram-se por alcatroar as ruas que vou citar: a Rua Capitães de Abril, a Rua da Revolução, a Rua do Pôr do Sol, a Rua dos Eucaliptos, a Rua das Mimosas, a Rua dos Aventureiros e a Rua da Tradição.

Ora bem, não estou a falar aqui de quilómetros e quilómetros de alcatrão, estou a falar que entre estas ruas deve andar na ordem de um quilómetro, quilómetro e meio de alcatrão. Não seria possível, com um bocadinho de alerta e de boa vontade da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, ser feito o resto deste trabalho? É que a maior parte destas ruas, metade delas estão alcatroadas e a outra metade está por alcatroar.

Os munícipes pagam os seus impostos, têm as suas obrigações e também têm os seus deveres, como é óbvio, mas também têm que exigir mais algum melhoramento para a nossa vida.

Falou-se aqui também em situações das AUGIS, como a Sra. Presidente aqui frisou, e quero referir que estamos aqui tão perto de uma que é a Vale Florete 2 que todos conhecem e têm medo de falar nisto, não sei porquê, porque isto não morde e nem faz nada.

É de salientar e dar conhecimento de que isto é uma AUGI que a câmara ainda não recebeu, não sei porquê, mas deve haver uma justificação, com certeza, em que a obra está totalmente acabada, as infraestruturas estão todas acabadas, inclusive os passeios estão finalizados, os caixotes e a recolha dos lixos estão todos distribuídos nas estradas e, neste momento, as pessoas estão lá a morar, estão a usar a água, a luz, os esgotos, a limpeza dos lixos e não pagam um tostão à Câmara Municipal.

Julgo que é uma situação que se deve falar e deve ser aqui apresentada, porque a câmara deve estar a perder milhares e milhares de euros mensalmente ou anualmente por causa da falta de pagamento dos IMI'S, não são só aqueles que têm as coisas legalizadas e esta está totalmente terminada e não há nada por fazer.

Quero também salientar que aqui muito próximo existe uma zona, que é a zona da Salmoura, da qual alguns dos elementos que estão aqui presentes a representar forças políticas recordam-se que há 20 anos andaram a fazer manifestações com bandeiras negras sobre a situação em que se encontravam as estradas e as condições daqueles que lá estavam nas habitações. Quero aqui testemunhar e dizer que passados estes 20 e tal anos a situação está totalmente igual.

Estas situações devem ser centralizadas, devem ser sinalizadas e devem ser resolvidas, não é só o que está mais próximo das estradas nacionais que devem ser prioritárias.

Quero aqui frisar, mais uma vez, que o passeio da ciclovia entre Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão está há 6 anos para ser executado. A Presidente da Junta e a Presidente da Câmara já se comprometeram com esta obra, inclusive até já havia prazos estabelecidos para acabar esta ciclovia, e até à data ainda não foi feito um único movimento na reconstrução desta ciclovia. É necessário, porque as pessoas têm que se deslocar de Vendas para Vila Fresca para irem ao Pingo Doce e não têm condições para lá irem usufruir deste estabelecimento.

Independentemente disto, também quero reforçar aqui a opinião da Presidente da Junta quando diz que a Estrada Nacional 379, a qual também se chama Estrada 25 de Abril, está completamente arruinada, tem buracos por todo o lado dentro de um espaço de 3 quilómetros. Temos que tomar alguma posição acerca deste assunto.

Muito obrigada e sejam muito bem-vindos á minha terra onde são bem-recebidos.

**Vitor Rosa (BE)** – Muito boa tarde a todos e a todas. Obrigado pela receção que tivemos aqui, a forma extremamente simpática com que nós estamos aqui nesta sala.

As perguntas que temos aqui para o executivo são as seguintes: Após o silêncio do executivo na última Assembleia Municipal sobre a nossa interrogação da alteração da localização do Centro de Saúde de São Sebastião na zona da Bela Vista para a Rua Polido Valente, conforme





outdoor afixado pelo município, reuniu o Bloco de Esquerda com a Direção da ACES Arrábida e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, recebendo a informação de que os locais para a localização destas infraestruturas são propostas do município.

Perguntamos novamente, porque prescindiu o município da localização do Centro de Saúde de São Sebastião na zona da Bela Vista em desrespeito à deliberação da Assembleia de Moradores do programa “Nosso bairro, nossa cidade”, de 7 de maio de 2017, conforme o documento produzido pela própria câmara, pela própria Junta de Freguesia de São Sebastião, na qual diz, mais participação, mais decisões coletivas, mais poder dos moradores. Pelos vistos, pouco ou nada ou nenhum valor tem perante a decisão agora tomada pelo executivo.

A segunda pergunta tem a ver com a educação, no início do período escolar de 2018/2019, muito antes do Governo anunciar manuais escolares gratuitos para todos os alunos do ensino básico, já a Junta de Freguesia tinha anunciado, inclusive publicitado em outdoors instalados junto à Estrada Nacional 10, que em Azeitão os manuais do ensino básico do 1º ciclo eram gratuitos para todos. Ou seja, existia um compromisso dos dirigentes municipais para com os residentes em Azeitão sobre este assunto.

Tomámos conhecimento por um residente de Azeitão, cuja filha frequentou este ano letivo a Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão, que recebeu um telefonema do Agrupamento de Escolas para liquidar até ontem o valor dos manuais, uma vez que este estava em mau estado e embora devolvidos não poderão ser reutilizados. O valor solicitado já foi pago, mas gostaríamos de saber se relativamente a este assunto, apesar do recuo agora do Governo perante esta oferta envenenada, ou seja, o pagamento de manuais danificados, se a autarquia mantém a sua palavra ou se os residentes de Azeitão têm mesmo que pagar os manuais.

**João Viegas (CDS-PP)** – Um cumprimento especial para a população de Azeitão aqui presente e para os autarcas que também aqui estão e um agradecimento para o Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão.

Senhor Vice-Presidente da Câmara, no passado dia 25 realizou-se uma manifestação dos Bombeiros Sapadores de Setúbal em frente à Câmara Municipal de Setúbal, com um conjunto de reivindicações e acusações muito graves ao executivo e ao Comandante desta Companhia. Foram feitas acusações, tais como autoritarismo, discriminação, atitudes intimidatórias, desigualdade de tratamento, incumprimento do Acordo Coletivo da Entidade Empregadora, entre outros. Gostaria de conhecer a posição e as explicações do executivo perante tão graves acusações.

**Eduardo Pinto (PPD/PSD)** – Boa tarde a todos, antes de mais quero saudar todos os presentes, em especial as pessoas aqui de Azeitão.

A propósito de estarmos hoje aqui e aproveitando tudo o que já foi dito, efusivamente pela Sra. Presidente da Junta, Celestina Neves, e outros, e de tudo o que foi dito, de todas as queixas apresentadas a sensação que me dá é que Azeitão esteve abandonado este tempo todo, com tanta gestão PS, gestão CDU. É a sensação que dá.

Mas dando aqui um ar algo alegre aqui à nossa assembleia e, se calhar, seria uma boa notícia que este executivo poderia nos dar a todos, para quando a apresentação de uma programação, com data e por rua, para completar as infraestruturas urbanísticas desta grande freguesia.

As pessoas continuam a pagar as suas contribuições, as suas taxas e era bom que usufruissem de alguma coisa.



**Suzel Costa (PAN)** – É com prazer que o PAN está aqui nesta reunião descentralizada, que visa aproximar os cidadãos da Assembleia Municipal e os eleitos municipais dos cidadãos de Azeitão.

Em 2008 foi assinado um protocolo que previa que a Carmona fosse deslocada no prazo de cinco anos para a zona industrial da Mitrena. Só em 2018 é que começaram os trabalhos para a nova instalação da empresa, da licença ambiental e da licença de operação da gestão de resíduos relativa à localização em Brejos de Azeitão, que foi prorrogada até maio de 2020. Continuando, no entanto, a verificar-se denúncias de cidadãos que habitam a zona relativamente à continuada emissão de odores nauseabundos. Gostávamos de saber quais os resultados da monitorização da qualidade do ar na zona circundante à empresa no segundo semestre de 2018 e no primeiro trimestre de 2019.

Sabemos também que o IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), numa das ações em 2018, encontrou uma situação de contraordenação em matéria da gestão e acondicionamento de resíduos e desta ação resultou um auto de notícia, encontrando-se o correspondente processo de contraordenação a seguir os seus trâmites processuais.

É do conhecimento da Sra. Presidente que continuam a existir denúncias dos cidadãos de Brejos de Azeitão relativamente às emissões atmosféricas difusas? Em que ponto se encontra este processo de deslocalização da empresa para o Parque Industrial da Mitrena? Quem é que vai efetuar a descontaminação dos lençóis freáticos e dos solos contaminados?

A segunda questão prende-se com um requerimento que o PAN efetuou a 9 de maio de 2019 e que até à data não obteve qualquer resposta e uma vez que estamos aqui na zona de Azeitão vou continuar a perguntar, porque é que se abateram 15 árvores/choupos na Rua do Quimbo, na Brejoeira em Azeitão?

O abate iniciou-se sem que a população local tenha sido informada ou consultada a respeito desta operação e, de acordo com a resposta dada a uma munícipe pela Junta da Freguesia de Azeitão, esta decisão terá sido tomada pelo Município de Setúbal com base em queixas de cidadãos relativos às alergias.

Denote-se que estas árvores são necessárias à produção de oxigénio, ao sequestro de dióxido de carbono, de poeiras, assim, como à diminuição da temperatura e mesmo que sejam substituídas, as mesmas vão demorar anos até chegar a adultas.

O PAN quer saber se se confirma que as árvores foram cortadas a pedido dos cidadãos e apenas porque provocavam as alergias.

**Maria João Palma (PS)** – As piscinas municipais das Manteigadas encerraram ao público cerca de uma semana, semana e meia, antes da data prevista na época balnear passada, alegando-se avaria e necessidade de obra.

Este ano anunciou-se a abertura para o início de junho e esta reabertura não aconteceu alegando-se uma avaria e conseqüente necessidade de obras de manutenção. Neste momento anuncia-se a reabertura para dia 2 de julho.

Justificar-se-á com a necessidade de obras apresentadas no ano passado e que o assunto, talvez, não tenha ficado resolvido neste período intercalar de 10 meses, gostaríamos de ter alguma justificação relativamente a este facto.

**João Silva (CDU)** – Gostava aqui só de louvar a câmara por várias iniciativas que têm existido de grande importância e de grande relevo.

Começava pela a atribuição do selo verde, em que um conjunto de agentes de setores diversos efetuam essa atribuição por reconhecimento das suas boas práticas ambientais.

Gostava ainda de referir um outro evento internacional de grande relevância, como o evento mundial que tem a ver com a natação de águas abertas, o qual leva o nome de Setúbal fora de portas.

Ainda referir a realização de mais uma edição de “Vamos fazer um desenho”, evento importantíssimo e, provavelmente, o maior e melhor evento do país ligada à ilustração portuguesa, o qual já se faz há vários anos.

Terminava referindo dois outros eventos culturais, também, de grande relevo, o Festival de Música Ibero-americano, que pela primeira vez se realizou em Setúbal e que foram três dias interessantíssimos. A 9ª edição do Festival de Música de Setúbal, que espero que continue a realizar-se.

**Manuel Fernandes (PS)** – Tinha duas questões, entretanto o CDS antecedeu-me na questão que tinha preparada para fazer sobre o ponto de situação dos bombeiros e a manifestação que todos assistimos há dois dias atrás, por isso servirá de resposta ao Partido Socialista a resposta que o executivo der à pergunta feita pelo CDS.

No entanto, há já uma rubrica que tenho trazido aqui em todas as Assembleias Municipais, que é recorrente, que é saber o ponto de situação face à devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, quantos comerciantes já receberam e qual o montante que já foi devolvido.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Uma questão muito rápida ao executivo, na documentação que foi entregue e que há de ser discutido na ordem do dia, a contratação do leasing e o apuramento da capacidade de endividamento da câmara que nos levanta aqui uma questão, a dívida à ADSE no valor de 533.333€. Saber se se confirma esta dívida à ADSE, visto que os valores a serem transferidos pela Câmara Municipal para a entidade provém dos rendimentos dos trabalhadores.

**Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão)** – Era só para fazer duas observações, uma ao senhor deputado Eduardo Pinto e dizer-lhe que só por pura distração é que pode deduzir aquilo que deduziu. Ou distração ou então não ouviu absolutamente nada, como não está a ouvir agora aquilo que eu estou a dizer.

Relativamente à questão das ruas em Brejos, acho que fui bem clara na minha intervenção quanto à necessidade que havia de a câmara intervir aqui, mas lembro o senhor Manuel Jorge que, deve saber, em 97/98 existiam só em Brejos de São Simão 97 ruas por asfaltar. Hoje em todo o Azeitão serão umas 30, em São Lourenço e em São Simão trinta e tal. Acresce que estas ruas que o senhor Manuel Jorge falou, como sabe, não é só o asfalto, essas ruas precisam de saneamento básico como as outras, não é ir-se comprar umas carradas de asfalto e pôr lá.

Como referi também, curiosamente a câmara anda a interferir nessa zona, na Rua dos Aventurosos, na Rua da Mata e na Rua do Areal e estou segura que a Câmara vai vindo por aí acima e que essas ruas serão contempladas.

Relativamente à ciclovia, há dias já lhe tinha dito e volto a repetir, se tiver alguma cunha para as Estradas de Portugal seria bom, porque ainda não deram luz verde, voltaram com ela atrás pela questão do Aqueduto e, portanto, a câmara continua à espera dessa autorização.

**Presidente da Mesa** – Não estamos bem no tempo das cunhas, mas percebemos todos a intenção, obrigado.

**António Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Senhor Presidente, este assunto que eu trago é recorrente, talvez há 8 anos, e, portanto, o que me move é que no próximo dia um de outubro



vai-se celebrar o Dia Mundial da Música e em Vanicelos foi inaugurada em 2006, em memória da família Rosado Pinto, um museu à música.

Há muitos anos que os equipamentos se encontram totalmente destruídos por vandalização, mas quando coloquei o problema à Sra. Presidente disse-me que iria tomar conta do assunto, o facto é que decorreram mais de 8 anos e o problema subsiste. Gostava de saber o que é que pensa o executivo.

**Patrícia Paz (PS)** – Em 15 de janeiro de 2018 apresentei um requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre a necessidade de intervenção urgente no centro histórico, em concreto na Rua Doutor António Joaquim Granjo, número 28, onde em tempos passados funcionou uma pensão.

De alguns anos a esta parte encontra-se abandonado e recentemente o edifício encontra-se com as portas vandalizadas, com um amontado de lixo, sacos de lixo doméstico, detritos que são visíveis do exterior e no interior, segundo alguns moradores. Lá dentro tem móveis, colchões, latas de tinta e intrusos noturnos.

Dado tratar-se de um prédio devoluto, junto a prédios habitados, na sua maioria por população idosa, e verificar-se o risco de incêndio aliado aos constrangimentos na acessibilidade ao local, podem potenciar um problema grave na zona. Assim sendo, reitero o pedido feito a 15 de janeiro de 2018, dado o agravamento da situação exposta, das quais inclusive remeti fotos, de uma intervenção por parte da autarquia de forma a localizar, quem sabe, os proprietários para os notificar dada a ameaça para a segurança, salubridade e saúde pública.

**Domingos Semedo (PS)** – Solicitava a reflexão por parte da Câmara Municipal de Setúbal em colocar uma paragem de autocarro em frente ao LIDL da Bela Vista, mas do outro lado da rua, uma vez que no estado em que está não promove segurança nenhuma, porque as pessoas só têm um pedaço de terra onde se posicionam para aguardar a vinda do autocarro.

**Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão)** – Relativamente aos livros o que disse na minha introdução, foi que a Junta de Freguesia foi pioneira, e foi.

Nos anos em que foi a junta a pagá-los, pagou-os, a partir do momento em que o Governo Central assumiu pagar os livros, os problemas que existirem agora com os livros terão que ser resolvidos com o Agrupamento, com o Governo Central e com os encarregados de educação.

#### **a) Intervenção do Executivo**

**Vice-Presidente da Câmara** – Quero também cumprimentar, em nome do executivo, os azeitonenses, a população de Azeitão, os Órgãos Autárquicos de Azeitão, Junta e Assembleia de Freguesia e saudar o facto de a maior parte das intervenções terem que ver com o que está feito e o que está por fazer em Azeitão.

Também o sentido destas assembleias descentralizadas é mais localmente focalizarmo-nos na discussão dos assuntos da freguesia.

De tudo o que foi inventariado claro que tenho que registar as evoluções e o que de positivo aqui foi feito.

Como alguns deputados municipais referiram, destacar também a intervenção do senhor Manuel Esteves que, na sua perspetiva, temos que ter em consideração o que está por fazer, mas na nossa perspetiva também é ter em consideração o que está por fazer. Referiu várias coisas, um quilómetro e meio de alcatrão na Rua dos Capitães de Abril, porque é que não se fez nada na AUGI Vale Florete 2, a Salmoura, esquecendo que pela primeira vez e até

recentemente, há o Plano de Pormenor da Salmoura que durante muitos anos esteve por fazer, o trabalho que se fez no tratamento, na regularização e na legalização das AUGIS. Nós estivemos neste município uma evolução extraordinária na regularização de AUGIS e também em Azeitão e há obstáculos que não são ultrapassáveis só por vontade dos autarcas ou dos técnicos, são situações de terreno, de infraestruturização que são necessários fazer-se.

Ainda há bem pouco tempo tivemos, numa reunião de câmara, um munícipe de Azeitão a reclamar porque é que estava a haver notificações para tratar da legalização da sua AUGI, porque sentiam-se ameaçados.

Isto para dizer que o município, o executivo e os serviços da câmara, nunca deixaram de pressionar para se levar até ao fim a regularização, só que existem intervenções e atuações que os proprietários das moradias que estão em zonas de AUGI têm que fazer e ninguém se pode substituir a elas.

Agora vamos ver se está pronta como diz, com certeza que não há ali uma distração, se está pronta o Vale Florete 2 está em condições de receber, se a câmara está a pagar indevidamente alguma coisa que está por regularizar vamos averiguar e se estiver pronta tanto melhor.

Claro que há passeios ainda por fazer ou a ciclovía de Vendas até Vila Fresca, a Rua 25 de Abril também está, mas não está tudo feito e a melhor resposta é aquela que a Sra. Presidente da Junta deu, de cem ruas chegámos a trinta. É qualquer coisa, é obra. Desculpem, mas é obra. Há alguns mandatos para o fazer, mas é bom referir que nunca se avançou tanto em resolução de problemas crónicos ancestrais que levam muito tempo.

Estas zonas, como muitas áreas de génese ilegal, têm problemas muito sérios a resolver e problemas que levam muito tempo a serem tratados e têm vindo a ser tratados. O importante é tratá-los, leve os anos que levar, mas sempre a tratá-los e é isso que estamos a fazer.

Finalmente, temos um planeamento, temos um plano de pormenor feito, preparado e temos um planeamento para a regularização de toda aquela área.

Vou deixar para o fim a questão que o senhor deputado Vítor Rosa colocou sobre o Centro de Saúde, porque não houve uma promessa de localização, julgo eu, nunca houve coisa nenhuma, há uma localização que está estudada, a localização não é essa que referiu, mas o vereador Ricardo Oliveira, que tem as últimas informações sobre isso, poderá dizer mais alguma coisa. Quanto aos manuais a resposta também está dada, julgo que nunca houve esse compromisso de substituição pelo executivo e a Sra. Presidente deu essas respostas também.

Ainda para tentar não sair de Azeitão, a questão do abate dos 15 choupos, essa questão já foi esclarecida na reunião de câmara o suficiente, a Câmara Municipal honra-se de ter sido o executivo que até agora maior número de árvores plantou no concelho, às dezenas de milhares, e nunca faz um abate por descuido, nunca faz um abate porque alguém lhe parece mal. A reivindicação do abate por motivo de alergias é muito antiga nesta zona dos choupos na parte de baixo da Escola de Brejos, é muito antiga. Simplesmente o estado fitossanitário daquelas árvores foi verificado e está documentado o estado de podridão que punham em risco, além de terem os fios de eletricidade a passar exatamente ao meio da ramagem daquelas árvores com problema de curto-circuito. Podemos dizer que era um trabalho que a EDP já devia ter feito, já devia ter cortado aqueles ramos, o que é obrigada a fazê-lo, e que até tem riscos de incêndio.

Quando estas árvores foram abatidas foi quando se descobriu que já não havia salvação possível e os riscos que elas estavam já a ter em termos de possibilidade de queda pelo estado fitossanitário degradado e pelo enleamento que estava com os fios da eletricidade não se justificava já manter e foram abatidas por essa razão.

Nós temos que fazer o mesmo que se faz com outras coisas todas, a gestão do parque arbóreo tem que ser feita e as árvores são como tudo o resto na vida, nascem, vivem e morrem. Por isso têm que ser tratadas as partes que estão debilitadas, que já não têm saúde e substituí-las.



O importante é compensá-las, o importante é que haja replantações, o importante é que haja um crescimento contínuo do coberto arbóreo dentro do município e isso temo-lo feito e continuaremos a fazê-lo sem dever nada ao passado, nem em comparação a outros municípios. Temos a consciência bastante tranquila quanto a isso.

Quanto à qualidade do ar e à questão da Carmona, nós não vamos agora aqui fazer o boletim da qualidade do ar, porque não nos compete fazer, há umas competências que ainda não foram despejadas sobre os municípios, nomeadamente as medições da qualidade do ar. A Agência Portuguesa do Ambiente continua com as suas competências e as suas funções, é a quem compete também os licenciamentos destas fábricas, o Governo que prorrogou licença por mais dois anos é a quem se há de fazer a pergunta, porque a fábrica ainda não foi transferida e a fábrica na zona da Mitrena já está em construção.

A fábrica pediu a prorrogação da licença, a qual lhe foi concedida e o tratamento das descontaminações tem que ser controlado, vigiado e determinado por quem tem competências legais para isso. Ainda não são as Câmaras Municipais e como não são, há de ser à Agência Portuguesa do Ambiente, ao Ministério do Ambiente e ao Governo que se hão de colocar das dúvidas que tivermos quanto aos resultados e à monitorização, quer da qualidade do ar, quer da descontaminação dos solos. A câmara acompanhará certamente e agora não está é em condições de trazer permanentemente o boletim da qualidade do ar e da descontaminação no bolso para dizer à senhora deputada quando colocar a questão ou outro municípe qualquer.

É claro que continuam a existir denúncias, mas pela nossa ação e também pela intervenção, julgo que cautelosa e ponderada, do município se levou ao convencimento do proprietário que era necessário fazer um investimento noutra local e fez-se.

Aquilo que é mérito não pode ser constantemente transformado em demérito e em defeito. Há esse mérito de conseguir ter feito a transferência da localização dessa fábrica, um problema que vem do passado, não vamos discuti-lo agora, já o discutimos. Não foi a fábrica que foi para o meio das casas, se calhar, foram as casas que foram para a volta da fábrica, já sabemos isso, mas não interessa agora esse passado. Esse passado não é equilibrado, mas trata-se de prevenir o futuro e a prevenção do futuro é promover a deslocalização da fábrica que já está conseguida. Agora, como é que as coisas vão sendo feitas e monitorizadas, temos que ir trabalhando com quem tem essas competências.

quando há um equipamento que tem uso sazonal, o que no caso das Manteigadas recorde-me que já várias vezes aconteceu isso.

Na altura em que havia de abrir houve uma avaria qualquer, uma rotura e as coisas têm que ser reparadas e sem ser reparadas não podem entrar em funcionamento. Os azares acontecem, é uma situação que se estivesse desde o ano passado para ser reparada e não foi feita, agora vai-se atrasando. Não é assim! Tem que ser feita a reparação para ser posto o equipamento em condições de receber os utentes.

Quem é que pode comandar as máquinas de forma a que elas agora não avariarem? Só porque nos é inconveniente. Não põe mais em causa os utentes do que põe o próprio executivo municipal, não é que não gostaríamos de ter aquilo em condições de abrir logo na data prevista para a abertura. Ninguém gostaria, com certeza.

Isto é como o jogador que falha o golo, todos lamentam, é um aselha, mas quem menos gostava de ter falhado o golo é o jogador que falhou o golo, e aqui pode ser um pouco isso.

Há que reparar, repara-se e assim que tiver reparado é posta ao serviço da população.

Quanto às questões dos bombeiros, houve uma manifestação na terça-feira, há aqui quem estivesse presente nessa manifestação, mas bombeiros seriam uns cinco ou seis. Essa manifestação não foi assim uma expressão tão representativa do pessoal da companhia quanto costuma ser uma manifestação.



Uma manifestação é um conjunto grande e alguns acompanhantes, alguns transeuntes. Viu-se o que é que lá estava e alguns órgãos da comunicação social e dos sindicatos, mas colocaram ali um conjunto de reivindicações reclamando pelo facto de não terem sido recebidos por um vereador. Os recursos humanos têm, regularmente e sempre que é pedido, recebido quer os bombeiros e quer qualquer dos sindicatos dos bombeiros, não há nenhum sindicato e nem nenhum bombeiro que possa dizer que não foi atendido, não foi recebido pela vereação, pelos recursos humanos.

Querem é fazer uma reunião com vereador do pelouro, tendo dito isto e ainda em declarações públicas feitas depois dessa reunião, entende que estar a fazer reuniões com sindicatos sobre questões da gestão interna, não é próprio da função sindical. Entende que não é e não tem feito essas reuniões.

Reuniões de assuntos de relações de trabalho são feitas com os recursos humanos e temo-las feito sempre. Têm sido colocadas questões sobre haver desigualdade de tratamento e a única coisa que temos colocado, quer aos sindicatos e quer aos bombeiros, é para concretizarem, porque quando há uma situação de desigualdade ou de ilegalidade basta concretizar e nós vamos averiguar com a hierarquia, com o comandante, como é que foi a situação como é que está a ser, o que é que é ilegal, o que é que é incorreto quer nas substituições, quer na realização da escala, quer na gestão.

**Presidente da Mesa** – Senhor Vice-Presidente, pedia que abreviasse a resposta, porque já ultrapassou o seu tempo.

**Vice-Presidente da Câmara** – Peço desculpa.

Quanto à Taxa Municipal de Proteção Civil, está naquela fase que anunciámos após a aprovação do orçamento, em que iríamos iniciar a devolução pelos valores mais pequenos e está a ser feito isso. Não ando com a cábula permanentemente, mas sei que não foi devolvido ainda muito, mas já foi iniciado a devolução e estamos a fazê-lo pelos valores mais baixos.

O Jardim da Música de Vanicelos, sei que está assim há muito tempo, nós temos isso previsto para reparação, não lhe sei dizer agora quando é que vai ter início, mas não está esquecido e é para tratar.

Tomei nota da questão da paragem de autocarro que falta junto ao LIDL, vamos ver isso.

A questão do entaipamento ou não do edifício na Rua Dr. António Joaquim Granjo, notificação há com certeza, porque sistematicamente têm sido feitas notificações para entaipar os prédios abandonados e há quem responda bem, outros ou não estão no local, ou são absentistas ou têm poucas posses e não respondem assim tão bem. Notificado quase sempre são, mas agora identifiquei esta questão em concreto e vou saber em que ponto é que está para dar uma resposta.

**Presidente da Mesa** – Tenho muita pena, mas o tempo da câmara já foi bastante ultrapassado e por isso temos que cumprir aqui com algum rigor os tempos para o bom funcionamento da assembleia.

**Vitor Rosa (BE)** – É a segunda Assembleia Municipal em que colocamos a questão relativamente ao Centro de Saúde sem obter qualquer tipo de resposta da parte do executivo. Sendo que, só por coincidência e julgo que seria de todo útil, o documento emitido pela câmara e pela Junta de Freguesia com fotografia do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, da Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o qual está cá, da necessidade urgente em construir um Centro de Saúde no Bairro da Bela Vista,



petição de assinaturas para entrega no Ministério da Saúde. Foi uma das deliberações de um projeto da câmara que é “Nosso bairro, nossa cidade”.

Passámos duas Assembleias Municipais sem qualquer resposta do executivo e esta matéria parece-me minimamente grave.

### **c) Saudações, Votos e Moções**

**Presidente da Mesa** – Senhoras e Senhores Deputados, como já sabem, as propostas, recomendações, moções, saudações e votos de pesar são apresentados pela ordem de entrada nos serviços.

A primeira proposta apresentada é do PPD/PSD (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24).

#### **“PROPOSTA**

*A Assembleia Municipal de Setúbal é o órgão representativo do Município de Setúbal, dotado de poderes deliberativos, cuja atividade é importante para o bom desempenho da atividade municipal tendo em vista a salvaguarda dos legítimos interesses municipais, visando assim, a promoção do bem-estar da população, no respeito pela Constituição, das Leis da República, do seu próprio Regimento e do princípio da legalidade democrática.*

*A Assembleia Municipal de Setúbal, para além dos poderes de fiscalização sobre o executivo municipal, e das competências para deliberar sobre as matérias mais importantes para o Município, sob proposta da Câmara Municipal, tem ainda;*

*nos termos da lei e do Regimento as seguintes competências:*

- a) *Convocar o secretariado executivo metropolitano com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana ou comunidade intermunicipal do respetivo município.*

*Assim considerando:*

*Que à Área Metropolitana de Lisboa, foram atribuídas importantes competências na área da mobilidade e transportes;*

*Que mobilidade assume cada vez mais importância na vida quotidiana das populações;*

*Que a gestão da mobilidade e dos transportes está diretamente relacionada com a forma como as cidades e os territórios estruturam os seus espaços, influenciando dessa forma a qualidade de vida das populações;*

*Que neste contexto assume particular relevância que a Assembleia Municipal de Setúbal, tenha conhecimento mais profundo das atividades desenvolvidas pela Área Metropolitana de Lisboa no que à área do Município de Setúbal diz respeito;*

*Considerando que a mobilidade e transportes é uma matéria de extrema importância com impactos profundos na vida das pessoas do município de setúbal, os deputados municipais do Partido Social Democrata representado na Assembleia Municipal vêm nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 27º e al. a) do n.º 5 do artigo 13º ambos do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal e ainda nos termos da al. a) do n.º 5 do artigo 25º do Decreto-lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações subsequentes, propor:*

*- Que o Secretário Executivo da Área Metropolitana seja convocado pelo menos duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana do município de Setúbal*

*- Que a comparência do Secretário Executivo deva ocorrer nas Assembleias Municipais de Junho e Novembro de cada ano.”*



**Presidente da Mesa** – Esta proposta refere-se a ouvir o Primeiro Secretário da Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com a Lei e o Regimento da Assembleia. A Mesa apreciou esta proposta e concluiu que a mesma deve baixar à Comissão Permanente.

Trata-se naturalmente de uma situação que está prevista na lei e no regimento, mas tratando-se de uma relação entre duas entidades, achamos que os termos destas reuniões, como é que as reuniões se processam, de que forma é que se organizam estas reuniões é um tema que deve ser abordado na Comissão Permanente e por outro lado até se pode vir a considerar que esta proposta significa uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

Exatamente se se considerar formas que vierem a ser entendidas sobre o funcionamento destas reuniões, porque o que é proposto é que as reuniões devem ter lugar nas reuniões de junho e de novembro. Só para dar um exemplo, falta saber se nós vamos convocar o Sr. Primeiro Secretário da Área Metropolitana de Lisboa para vir à reunião de junho e se essa reunião tem lugar exatamente na reunião da Assembleia Municipal.

A Mesa entende que a vinda do Sr. Secretário Executivo da A.L. à Assembleia Municipal, provavelmente, vai ter um tempo mínimo de duas, três, quatro horas para se colocarem as questões que entendermos. Isto inviabiliza ou põe em causa o funcionamento regular ou normal das Assembleias Municipais.

É neste sentido que entendemos que, não está em causa o valor da proposta e a sua justificação, o que nos parece é que esta proposta deve baixar à Comissão Permanente, a qual analisará e fará uma proposta no sentido de encontrarmos a melhor solução para que esta venha a ser concretizada.

Se não houver inconvenientes, se os senhores deputados acharem que não têm nada a dizer sobre este assunto, esta proposta baixa à Comissão Permanente.

Temos uma recomendação, apresentada pelo PPD/PSD, que tem como tema “Colocação de cobertura nos Parques Infantis” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25).

#### **“RECOMENDAÇÃO**

##### ***Colocação de cobertura nos Parques Infantis***

*A importância de se poder brincar na rua tem vindo a estar cada vez mais na ordem do dia. Num tempo em que os especialistas apontam para um aumento preocupante da obesidade infantil, urge criar estímulos para que as nossas crianças queiram praticar atividades ao ar livre.*

*A sociedade reconhece nas Autarquias o dever de providenciar espaços dedicados à população infantil, nomeadamente locais de prática de desporto ou brincadeira, nos quais se englobam os parques infantis.*

*Nestes, as crianças despertam para inúmeras brincadeiras essenciais ao seu desenvolvimento social, recriando um mundo imaginário com aplicação de conhecimentos inculcados pela aprendizagem, disfrutando do contacto com o meio envolvente.*

*Sendo que a implementação de parques infantis obedece a legislação específica, os mesmos devem proporcionar ambientes saudáveis e apelativos, para que se exerça o direito a brincar expresso no artigo 31.º da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.*

*Na sua maioria, senão mesmo na sua totalidade, os parques infantis existentes no Concelho são em espaços abertos, sujeitos a condições climatéricas variáveis, de acordo com as estações do ano.*

*No verão bom tempo aumenta a possibilidade de brincadeiras ao ar livre, no entanto, o sol, cada vez mais intenso, pode ser bastante prejudicial para as crianças, pelo que se torna fundamental existirem sombras onde as crianças possam brincar e descansar fora da exposição solar.*



*No inverno e devido principalmente à chuva reduzem-se as possibilidades de utilização dos parques, diminuindo assim a prática de brincadeiras ao ar livre.*

*A utilização de um sistema de cobertura nos parques infantis, não só confere uma solução de sombreamento, protegendo as crianças e materiais do sol direto e dos raios ultravioleta, como de igual forma são também uma solução para a proteção da chuva.*

*Assim,*

*Considerando que o bem-estar das nossas crianças, é uma preocupação transversal a todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão ordinária em 27 de junho de 2019 delibera, na sequência da presente proposta do Partido Social Democrata, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:*

*Se empenhe em criar as condições para que seja possível a utilização dos parques infantis pelas nossas crianças com o aumento do seu bem-estar, através da montagem de sistemas de cobertura nos parques existentes.”*

**João Luz (CDU)** – Também começar por saudar a realização desta assembleia neste espaço e saudar todos os presentes.

Relativamente à proposta de recomendação apresentada pelo PSD sobre a colocação de cobertura nos parques infantis, nós, concordando com o essencial, enfim, dos considerandos que estão na exposição dos motivos desta recomendação, entendemos que esta recomendação não merece a nossa concordância, o nosso voto favorável por uma questão apenas e o caráter genérico da mesma.

Entendemos que há situações onde faz sentido a colocação deste tipo de cobertura nos parques infantis, entendemos que há situações no concelho onde, pela dimensão, ou porque estão protegidos por árvores e tendo em conta a sua localização e a sua conceção não faz sentido. Tendo em conta aquilo que temos, é uma recomendação em que a sua parte deliberativa é genérica e que põe a necessidade da colocação de coberturas em todos os parques infantis e só por isso é que não podemos acompanhar, estando de acordo com o conjunto dos considerandos e a possibilidade de em casos concretos e específicos, onde seja possível e adequado, se poder adotar esta medida.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Responder somente àquilo que foi dito pela bancada da CDU. Como sabem nenhum de nós é profissional e estarmos a indicar todos os parques infantis que existem no concelho de Setúbal, achamos que isso compete à Câmara Municipal, por isso é que é uma recomendação genérica pela importância que tem para a defesa das nossas crianças poderem brincar ao ar livre e protegidas do sol intenso que apresentámos esta recomendação. Não mencionamos parque por parque por isso também nem pareceria bem, porque a Câmara Municipal tem esse conhecimento e poderá com os serviços técnicos escolher e fazer melhor essa proposta.

**Suzel Costa (PAN)** – Só dizer, no pouco tempo que me resta, que o PAN acompanha esta recomendação, mas dizer que aquilo que aqui está só prova que não plantamos árvores, que as cidades estão quentes. Antes das coberturas artificiais olhemos primeiro para as naturais.

**João Luz (CDU)** – Evidentemente que aquilo que coloquei não era no sentido de que esta recomendação trouxesse identificado um por um os parques infantis onde seria necessário a criação deste tipo de cobertura, mas era que a recomendação não fosse genérica no sentido de se criar para todos.



É o que aqui está escrito e é essa a parte que nós não acompanhamos. Se nos disser que é nos casos em que se considere adequado e em que tal seja desejável, estaremos evidentemente, de acordo e votaremos a favor.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Nós aceitámos a proposta da bancada da CDU, como é evidente, porque o que queremos é resolver a questão e acompanhamos.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados, vou pôr à votação esta recomendação e se bem percebi, como alteração na recomendação, “*através da montagem de sistemas de cobertura, onde for estritamente necessário*” ou algo do género, porque também há aquelas situações que a senhora deputada Suzel Costa referiu e que me parece fazer todo o sentido.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 18 da CDU, 2 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 7 abstenções do PS.

**Presidente da Mesa** – Passemos agora à recomendação “Por uma Economia circular, de partilha e solidária em Setúbal”, apresentada pelo PAN (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26).

### **“RECOMENDAÇÃO**

#### ***Por uma Economia circular, de partilha e solidária em Setúbal***

*Na nossa casa comum habitam hoje 7,6 mil milhões de seres humanos, e estima-se que em 2050 a população humana seja de 10 milhões; o nosso modo de vida assenta essencialmente na aquisição de bens de consumo, e o modelo linear atual de extração-fabrico-uso-eliminação está a esgotar os recursos naturais do planeta a uma velocidade avassaladora<sup>li</sup> e a produzir durante todo o ciclo de vida e fim-de-vida dos produtos quantidades astronómicas de resíduos.*

*Podemos definir o “dia de sobrecarga da Terra” como o dia em que a exigência da Humanidade por recursos e serviços ecológicos num determinado ano excede o que a Terra consegue regenerar nesse mesmo ano. Em 1970 ocorreu a 23 de dezembro, e tem vindo sempre a ocorrer cada vez mais cedo no ano: a 3 de novembro em 1980, 13 de outubro em 1990, 4 de outubro em 2000, 3 de setembro em 2005 e 28 de agosto em 2010, 13 de agosto em 2015, 1 de agosto em 2018. Porém, se o cálculo se restringir ao nosso país, isto é, se toda a Humanidade consumisse como os portugueses, em 2019, alcançámos o dia de sobrecarga da Terra a 26 de maio, **dois meses mais cedo** que o calculado para o Planeta – 29 de julho.*

*Considerando que o modelo económico tradicional é unidirecional e, deste modo, baseado na extração dos recursos naturais e na sua transformação em produtos; e que esses produtos são comprados e utilizados, e quando por algum motivo já não preenchem totalmente as necessidades de quem os adquiriu, nas regiões com maior poder de compra, são deitados fora. Porém, este modelo desconsidera a não sustentabilidade económica, social e ambiental desta extração, transformação e gestão de resíduos. A título de exemplo, em 2012, em média, cada cidadão europeu foi responsável por 16 toneladas de materiais, sendo que apenas 40% dos materiais eliminados foram reciclados ou reutilizados e os restantes 60% foram depositados em aterro ou incinerados. Mais ainda, nos materiais reciclados e na recuperação energética de resíduos somente 5% do valor da matéria-prima foi retomado<sup>liii</sup>.*



*O conceito de economia circular emerge como um modelo alternativo, com o propósito de vivermos dentro dos limites do nosso Planeta, e no qual o valor dos recursos e dos produtos é mantido pelo maior tempo possível e a produção de resíduos é diminuída ou eliminada, focando-se no fecho dos “ciclos”. Sabendo hoje que o modelo «extrair-usar-fabricar-descartar» é insustentável, a adoção do Pacote da Economia Circular, pela UE, pretende estimular a sua transição para uma economia solidária, circular, local, estimulando os diversos atores, as empresas e os consumidores, nesta mudança para um modelo que utiliza os recursos de forma mais sustentável também com Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.*

*A transição de uma economia linear para uma economia circular não será fácil. A mudança de paradigma implica transformações profundas e disruptivas na sociedade, no modo como produzimos e consumimos e na cadeia de valor, e ainda uma profunda alteração de políticas em todas as áreas de atividade humana, tão diversas como os transportes, o tratamento de resíduos, o desenho de produtos, a agricultura, ou a educação de novos padrões de consumo. Ou seja, a todos os níveis de governação e com todas as partes interessadas e participantes, exigindo um trabalho em conjunto, pela sua própria definição. Nesta abordagem holística, o município deverá ser o dínamo, com a colaboração de organizações da sociedade civil, na sensibilização, no debate e na procura de soluções adequadas para que Setúbal se torne um concelho onde a economia circular, de partilha e solidária seja cada vez mais uma realidade. Considerando que:*

- *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para além de ter definido o Objetivo 11 de “Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis” com a meta de “Até 2030 reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”, no seu Objetivo 12 “Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis” tem a meta de “Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização” e no Objetivo 12.3 “A ambição de reduzir à metade os desperdícios e perdas de alimentos per capita globalmente até 2030”;*
- *O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, surge na senda dos compromissos internacionais de Portugal, como o Acordo de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e compromissos da União Europeia, assumindo a necessidade de redefinir o conceito de fim de vida da economia linear, e empenhando-se nos conceitos de reutilização, reparação e renovação de materiais e energia, valorizando recursos e minimizando os impactes ambientais<sup>[iii]</sup>.*

*Face ao exposto, vem a Representação Municipal de Pessoas Animais Natureza propor que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2019, delibere:*

*1-Saudar a Câmara Municipal de Setúbal pelo projeto de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis através de um sistema porta a porta contribuindo deste modo para a valorização dos resíduos orgânicos com potencial de compostagem e diminuição dos resíduos indiferenciados;*

*2- Recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:*

*a) A definição de um Programa de Ação de Compras Sustentáveis e Ecológicas para os serviços da autarquia, órgãos representativos da autarquia, serviços da administração autárquica ou que se encontrem sob a sua gestão, e ainda que abranja serviços concessionados ou patrocinados pelos órgãos autárquicos, que preveja a integração de critérios ecológicos nas compras, podendo para tal adaptar ao nível local o estabelecido pela*



- Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas — ENCPE 2020 e ainda os critérios plasmados no Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal 2017-2020;*
- b) O estabelecimento do objetivo progressivo de inclusão de critérios de sustentabilidade em todas as aquisições, designadamente baixo impacto ambiental, respeito pelos direitos humanos e pela inclusão, racionalização dos recursos, prevenção de desperdício, promoção de inovação, redução de resíduos, redução de custos energéticos e de materiais, aposta no comércio justo e fornecedores locais;*
  - c) A fixação de metas concretas, exigentes e crescentes no sentido de dar sinais ao mercado sobre os critérios de compras que a autarquia utilizará cada vez mais;*
  - d) O aumento das ações de sensibilização e formação dos diversos públicos para a economia circular e para os seus conceitos;*
  - e) A Promoção, com a colaboração das organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais e grupos comunitários, de debates e oficinas que permitam encontrar os caminhos e propostas adequados para que Setúbal adote de modo mais alargado os princípios de uma economia circular, solidária e de partilha;*
  - f) Crie ou acelere os programas de apoio à criação de oficinas de arranjos, diminuindo assim o custo final da reparação e estimulando a criação de postos de emprego, e a reutilização dos produtos, disponibilizando espaços municipais com rendas acessíveis, ou até gratuitas, por um espaço de tempo a determinar, aquando da apresentação do projeto, dando preferência à sua localização nos mercados municipais e também nos bairros municipais, como forma de dinamizar novas atividades à semelhança da Associação Garrrbage;*
  - g) Crie ou acelere os programas de apoio à prevenção e redução do desperdício de alimentos e à redistribuição de alimentos excedentes para consumo humano, disponibilizando espaços municipais com rendas acessíveis, ou até gratuitas, por um período de tempo a determinar, aquando da apresentação do projeto, dando preferência à sua localização nos mercados municipais e também nos bairros municipais;*
  - h) Criação de um selo de municipal de qualidade e garantia da reparação, como prémio anual, com uma imagem associada e também com um valor pecuniário.”*

**Carlos Batista (PS)** – Não chamaria de recomendação, porque é quase um tratado. Pelo menos não tenho capacidade para numa hora estar a ler isto e tomar uma posição, por isso sugiro que esta recomendação baixe à comissão, para com calma podermos refletir e falar sobre ela. É a posição do Partido Socialista neste momento.

**João Luz (CDU)** – Perante esta intervenção e esta sugestão do Partido Socialista, abstenha-me de intervir e de colocar o que iríamos colocar sobre esta recomendação e aguardava por alguma decisão do plenário sobre a proposta de baixar à comissão, sobre a qual não temos nada a opor.

**Suzel Costa (PAN)** – O PAN aceita que baixe à comissão, mas a primeira proposta do PSD também não foi a votação.

**Presidente da Mesa** – Senhora deputada não é a mesma situação. A proposta do PSD é para baixar à Comissão Permanente.

O que entendi das propostas que foram feitas pelo PS e pela CDU é de baixar à comissão respetiva para apreciação.



Não havendo mais intervenções foi a recomendação aprovada, por unanimidade e em minuta, baixar à comissão competente.

**Presidente da Mesa** – Proposta de recomendação “Reconhecimento da emergência climática pelo concelho de Setúbal”, apresentada pelo PAN (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27).

### **“RECOMENDAÇÃO**

#### ***Reconhecimento da emergência climática pelo concelho de Setúbal***

*Estamos, neste momento, perante um dos maiores desafios à humanidade.*

*O Relatório da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistémicos (IPBES), publicado no início de maio, refere que: “Ecosistemas, espécies, populações selvagens, variedades locais e espécies de plantas e de animais domesticadas estão a diminuir, a deteriorar-se e a desaparecer”. Mais de 145 especialistas de 50 países alertam para o facto de a natureza estar num declínio sem precedentes na história da humanidade e de estarmos a assistir a uma aceleração de extinção de espécies nunca vista, citando, entre outros números assustadores, que das oito milhões de espécies existentes cerca de um milhão de espécies de animais e plantas encontram-se ameaçadas de extinção no Planeta. Pode ainda ler-se: “Esta perda resulta diretamente da atividade humana e constitui uma ameaça também direta ao bem-estar humano em todas as regiões do Mundo”.*

*A atividade antropogénica é responsável pelo aumento de 1°C das temperaturas globais, em comparação aos níveis pré-industriais. Em 2018, o Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre o Aquecimento Global frisava a avassaladora diferença de danos se o aumento de temperatura for de 2° C ou se ainda o conseguirmos limitar a 1,5 °C, o que para ser possível requer medidas fortes e imediatas e o envolvimento de todas as partes – da população aos Estados, da sociedade civil ao poder político.*

*A atividade humana é também responsável pelos níveis atmosféricos de CO<sub>2</sub> estarem acima de 400 partes por milhão (ppm), o que excede em muito os 350 ppm considerados seguros para a Humanidade. O Relatório do ano passado da Agência Internacional de Energia (AIE) revelava que as emissões de CO<sub>2</sub> no mundo continuam a aumentar, registando o ritmo mais rápido de crescimento dos últimos cinco anos em 2018.*

*A Humanidade continua no dia-a-dia a agir sem ter em consideração o carácter de Emergência das Alterações Climáticas. Face aos desafios climáticos que vivemos são necessárias campanhas que alertem toda a população, em particular aquela faixa que ainda não acredita que o impacto já está a acontecer no seu quotidiano. São também necessárias políticas com medidas que incentivem e fomentem a necessária alteração de comportamentos, pois sozinhas e isoladamente as pessoas não irão conseguir mudar o rumo da História.*

*As políticas públicas, nomeadamente as locais, têm a obrigação de apoiar esta mudança para uma economia circular e para a neutralidade carbónica, o que, em última instância, será a possibilidade de sobrevivência do planeta;*

*O mundo está em risco de ultrapassar, antes de 2050, o limite do aumento de temperatura de 1,5° C previsto no Acordo de Paris.*

*De acordo com o 4.º Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), datado de 2007, prevê-se para a Península Ibérica, no período entre 2000-2100 um aumento de temperatura na ordem dos 4 a 7°C, um aumento superior ao da temperatura média global do Planeta, em igual período de tempo. No mês de maio, foi publicado um outro estudo que preveniu a comunidade científica e política para o facto do*

5.º Relatório Especial do IPCC, datado de 2014, ter subestimado a subida do nível do mar, vindo alertar de forma clara que a atual velocidade da subida do mar, causada pelo degelo dos glaciares da Antártida e Gronelândia, coloca em causa a viabilidade de comunidades costeiras, pois os modelos anteriormente utilizados para calcular a subida do nível do mar subestimam a verdadeira trajetória.

Se continuarmos a agir como até agora, se mantivermos as emissões, as políticas e os hábitos de cada uma e de cada um de nós, o nível do mar poderá subir dois metros e todos os países serão afetados, sendo as ilhas (como as Maldivas) os primeiros a sentir os efeitos, com o risco de submergir. No entanto, diversos países da Europa também se encontram em risco, como os Países Baixos, Portugal e Itália, entre outros.

De acordo com os cenários projetados na “Cartografia de risco costeiro associado à subida do nível do mar como consequência das alterações climáticas”, elaborada por uma equipa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, já em 2050 parte da península da Mitrena pode ficar submersa na maré alta, e cerca de 146 mil pessoas que vivem na faixa de risco em 11 concelhos e distritos de Portugal continental podem ficar numa situação vulnerável.

Todos os documentos, do próprio Acordo de Paris à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, são unânimes na importância do papel das cidades e das ações locais para a mudança de paradigma na forma como encaramos o planeta, o próximo e as políticas, quer pela crescente dimensão das cidades, quer pela proximidade do poder político.

No início de maio, o Reino Unido fez história ao tornar-se o primeiro país a declarar oficialmente a emergência climática, reconhecendo assim a necessidade de reforçar o combate às alterações climáticas e a urgência em salvar o planeta, o que implica que o governo britânico desenvolva novas medidas para neutralizar as emissões de carbono até 2050, nomeadamente através do incremento de energias renováveis e da diminuição de produção de resíduos. Pouco tempo depois, a Irlanda seguiu os mesmos passos e assumiu também a necessidade de uma mudança urgente na forma de enfrentar os efeitos das ações climáticas e outras cidades e países já seguiram o exemplo.

Despoletados pela ativista sueca Greta Thunberg, os movimentos de juventude que defendem a declaração do Estado de Emergência Climática já reuniram milhares de pessoas no mundo inteiro e mobilizaram igualmente milhares em Portugal, tendo Setúbal sido o palco de manifestações quer no dia 15 de março quer no dia 24 de maio.

Considerando que:

1-Setúbal deve assumir e reconhecer a extrema importância que as Alterações Climáticas e as medidas de mitigação e de adaptação têm nas suas políticas para o concelho e para o coletivo e agir;

2-Assim como nós, Assembleia Municipal de Setúbal, temos de assumir a importância vital de combater as Alterações Climáticas e mitigar os seus efeitos.

Face ao exposto, vem a **Representação Municipal de Pessoas–Animais–Natureza** propor que a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária a 27 de junho de 2019 **delibere:**

1-Reconhecer a “emergência climática”;

2-Recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

2.1 Declare a “emergência climática”;

2.2 Se comprometa a fazer de tudo ao seu alcance para tornar Setúbal um concelho neutro em carbono até 2030;

2.3 Aderir ao Projeto Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses, o qual resulta de uma parceria entre a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, a Global Footprint Network (GFN) e a Unidade de Investigação GOVCOPP da Universidade de Aveiro;



*2.4. Comprometer-se a continuar a articular cada vez mais a execução das demais políticas públicas com o combate às alterações climáticas e à mitigação dos seus efeitos;*

*2.5. Saudar as crianças e jovens que se têm mobilizado pela defesa da sustentabilidade do planeta e dos recursos naturais, assim como pelo reconhecimento da emergência climática.*

*3. Mais se propõe, que seja dado conhecimento ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, ao Conselho Nacional de Juventude, às Associações de Defesa do Ambiente, às Associações de Estudantes e às Direções dos Agrupamentos de Escolas e estabelecimentos do Ensino Superior do concelho de Setúbal.”*

**João Luz (CDU)** – Relativamente a esta recomendação do PAN sobre “Reconhecimento da emergência climática pelo concelho de Setúbal”, apesar de algumas naturais diferenças de apreciação quanto àquilo que são os considerandos desta recomendação, designadamente, a maior ou a menor bondade de algum do ativismo que em torno destas questões se vai movendo e com as preocupações profundas relativas àquilo que é o modelo económico e o modelo de sociedade em que estamos inseridos, não deixamos de acompanhar. No entanto há um conjunto de preocupações que aqui estão expressas, designadamente aquilo que diz respeito às alterações climáticas. Nesse sentido julgamos até que esta recomendação poderia ter ido um pouco mais longe naquilo que é o reconhecimento de um conjunto de medidas e de estratégias já hoje desenvolvidas por parte do município nesta matéria, principalmente no que diz respeito à adesão ao Pacto de Autarcas ou o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, mas também um conjunto de medidas que efetivamente no terreno já estão implementadas pelo município de adaptação a estas alterações. Algumas delas com investimentos consideráveis, também do município e de fundos comunitários, designadamente naquilo que respeita à eficiência energética ou até o caso, que entre nós já fomos conversando no quadro da Assembleia Municipal, da Baía de Rêtenção na Várzea.

Também a iniciativa que já foi aqui referida por parte da bancada da CDU do Selo Verde e de uma aposta clara de, junto das escolas, junto das freguesias e das empresas do concelho, promover um conjunto de práticas de diminuição dos impactos nos ecossistemas.

Há todo um trabalho que já está feito.

A proposta que fazíamos em relação a esta recomendação é a de a podermos votar ponto a ponto, porque há aqui matérias com as quais estamos de acordo e que acompanhamos pelo reconhecimento de que há uma emergência climática, ainda que o termo nos levante aqui algumas questões pelo termo utilizado, mas é aquele que entrou no léxico, bem ou mal.

Relativamente às recomendações à Câmara Municipal temos algumas dúvidas, uma delas é a competência da assembleia recomendar que a câmara declare o que quer que seja.

Também temos mais uma dúvida relativamente à proposta de se recomendar a adesão a um projeto em concreto e aquilo que propúnhamos, se o PAN enquanto proponente desta proposta estiver de acordo, era até a transformação deste parágrafo, o ponto 2.3, para uma solução que fosse mais próxima àquilo que o projeto de resolução que o PAN apresentou na Assembleia da República pudesse ter uma formulação idêntica e que continue a cooperar com os parceiros locais e nacionais com o objetivo de definir estratégias e planos relevantes neste âmbito. Isto no sentido de não afunilar apenas numa ação em concreto, porque relativamente aos outros pontos estaremos inteiramente de acordo.

Era esta a sugestão que fazíamos da possibilidade de votar ponto a ponto esta recomendação.

**Carlos Batista (PS)** – Para dizer, Sr. Presidente, que aceitamos também fazer a votação ponto a ponto desta recomendação.





**Suzel Costa (PAN)** – O PAN aceita a votação ponto a ponto e a reformulação do ponto 2.3.

**Presidente da Mesa** – Senhoras e senhores deputados vamos então proceder à votação e começamos por votar ponto a ponto e depois fazemos uma votação final sobre a proposta.

1- Aprovado por unanimidade;

2.1- Aprovado por maioria, com 12 votos a favor, 9 do PS, 2 do BE e 1 do PAN, e 24 abstenções, 18 da CDU, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC;

2.2- Aprovado por maioria, com 27 votos a favor, 18 da CDU, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 9 votos contra do PS.

**João Luz (CDU)** – Só para recordar que a proposta feita foi para substituir esse ponto pela seguinte redação: *“Continue a cooperar com os parceiros locais e nacionais, com o objetivo de definir estratégias e planos relevantes neste âmbito.”*

2.3- Aprovado por maioria, com 35 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra da Sra. Deputada Carla Vilhena do PPD/PSD;

2.4- Aprovado por unanimidade;

2.5- Aprovado por unanimidade;

3- Aprovado por unanimidade.

Terminada a votação ponto por ponto, foi a recomendação na sua globalidade aprovada por unanimidade e em minuta.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra no ponto 2.2, onde define uma meta que determina que a Câmara Municipal de Setúbal se comprometa a fazer tudo ao seu alcance para tornar Setúbal um concelho neutro em carbono até 2030.*

*Tendo em conta que ninguém consegue fazer nada isoladamente, uma vez que isto é um compromisso global e como globalmente existem tratados internacionais, entre os quais e o mais importante de todos é o Tratado de Paris que ainda é relativamente recente, as metas definidas para a neutralidade de carbono é 2050. O Partido Socialista e esta bancada entendem que não se pode exigir mais à câmara do que aquilo que já é exigido ao próprio Estado Português, como tal o Partido Socialista votou contra.”*

**Presidente da Mesa** – Passamos ao voto de saudação apresentado pelo PAN “Cuidadores de Animais de Rua do Concelho de Setúbal” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

### **“VOTO DE SAUDAÇÃO**

#### ***Cuidadores de Animais de Rua do Concelho de Setúbal***

*Os animais errantes, que partilham connosco as ruas do nosso Concelho são, na maioria das vezes, animais abandonados ou que se perderam dos seus tutores, e em menor número, animais assilvestrados e silvestres, em situação de elevada vulnerabilidade face a adversidades climáticas, obtenção de alimento e abrigo, e doenças, em particular, em meio urbano.*

*Os cuidadores são pessoas que assumem os cuidados de um animal ou colónia, fora do seu âmbito profissional, sem remuneração financeira. O elevado número de animais*

*abandonados e errantes destaca a relevância do papel fundamental destas pessoas na sobrevivência destes animais, mitigando uma realidade incontornavelmente cruel e adversa. O papel do cuidador de um animal de rua é fundamental e ativo, pois, cumpre um dever ético ao providenciar alguns meios de subsistência a animais desamparados, muitos deles vítimas de abandono por parte de quem, legal e moralmente, os deveria proteger. Para além da alimentação, o cuidador assegura também frequentemente os cuidados médico-veterinários, a vacinação e inúmeras vezes a esterilização daqueles que são os animais de “ninguém”, suportando ele próprio os elevados custos associados.*

*Estes cuidadores, cidadãos e cidadãs no nosso concelho, desempenham ainda um papel essencial no Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) apoiado pela autarquia, sendo fundamentais no controlo da população de gatos, acompanhando, ajudando na sinalização, captura e cuidando das colónias do concelho, contribuindo para travar o crescimento descontrolado da população de felinos e a eliminação de problemas de insalubridade.*

*Agindo de forma voluntária, altruísta e desinteressada, estes cuidadores assumem assim grande relevância nas comunidades locais, contribuindo para a manutenção da saúde pública ao manter os animais mais saudáveis, mais sociáveis e mais adotáveis.*

*Por eles, abdicam do seu tempo e dinheiro, protegendo-os de uma vida cruel de abandono e dando-lhes, não apenas algum conforto e proteção material, mas sobretudo amor e cuidados afetivos, tornando possível que animais medrosos e traumatizados reconquistem a confiança necessária para que se tornem sociáveis e adotáveis, aptos a partilhar o espaço público com seres humanos e outros animais, sem constituírem uma potencial ameaça e com benefícios para todos.*

*Estamos certos de que o desejo de construir um concelho mais humano, mais empático e mais solidário, é partilhado por todos passando tal por reconhecer valor naqueles que cuidam dos mais frágeis e desprotegidos, humanos e não humanos.*

*Deste modo, a Representação Municipal de Pessoas-Animais-Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2019, delibere:*

*1. Saudar os cuidadores de animais de rua como forma de reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação na proteção destes animais, bem como na salvaguarda do bem-estar da população em geral, contribuindo de forma significativa para o controlo populacional de animais errantes e para a mitigação dos efeitos dramáticos da prática de abandono.*

*2. Recomendar à Câmara Municipal que acelere a retificação ao disposto no nº8 do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal e alínea q) do artigo 27 do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Setúbal em conformidade com as boas práticas já desenvolvidas pelo município.”*

**João Luz (CDU)** – A bancada da CDU irá acompanhar este voto de saudação apresentado pela bancada do PAN, mas relativamente ao ponto 2 das deliberações e da recomendação à câmara para acelerar a retificação, acompanhando e sabendo que a câmara o está a efetuar, o que se verifica é a existência de uma portaria que já hoje regula esta situação e naturalmente sobrepõe aos regulamentos municipais aqui identificados.

Não há qualquer problema do ponto de vista regulamentar e do ponto de vista da aplicação da lei, mas acompanhamos o conjunto da recomendação ainda que, mais uma vez, o PAN utilize nos seus votos e nas suas recomendações onde há uma apropriação de uma determinada terminologia legal de forma que me parece ser inadequada, designadamente naquilo que diz respeito à utilização de determinados institutos jurídicos.



O PAN insiste num conjunto de documentos, na expressão dos tutores dos animais. A tutela é um instrumento e uma figura jurídica legal e que tem um determinado fim para o suprimento das incapacidades dos menores no caso em que os pais estão impedidos de o fazer.

Esta questão da alteração ou do alargamento desta figura da tutela para os animais parece-nos totalmente desadequada, mas enfim, é uma questão de terminologia.

Não havendo mais intervenções foi o voto de saudação aprovado por unanimidade e em minuta.

**Presidente da Mesa** – Voto de Pesar, apresentado pela CDU, relativo ao falecimento de Ruben de Carvalho (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29).

#### **“VOTO DE PESAR**

##### ***Falecimento Ruben de Carvalho***

*Ruben de Carvalho faleceu no passado dia 11 de Junho, com 74 anos, em consequência de problemas de saúde que exigiram internamento hospitalar.*

*Ruben de Carvalho teve uma vida de intervenção e de luta na resistência antifascista, no movimento associativo estudantil, abraçou com intensidade a Revolução de Abril e defendeu os seus valores e conquistas. Destacou-se no jornalismo, na imprensa e na rádio. Deixou à sociedade portuguesa um contributo de grande relevo no conhecimento da música, na sua dimensão artística, cultural e social, no plano nacional e internacional, das suas raízes populares à sua dimensão erudita.*

*Membro do Comité Central do Partido Comunista Português e do Executivo da Comissão Nacional da Festa do «Avante!», Ruben de Carvalho desde muito jovem teve intervenção activa na luta antifascista.*

*A sua activa intervenção no movimento estudantil levou a perseguições constantes por parte da polícia do regime fascista – PIDE – e às prisões fascistas de Caxias e do Aljube. Foi preso em 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965/1966 e de novo em 7 de Abril de 1974.*

*Ruben de Carvalho foi membro das «comissões juvenis de apoio» à candidatura do General Humberto Delgado (1958). Foi activista da Oposição Democrática nas «eleições» para a Assembleia Nacional de 1961, 1965 e 1973, tendo nestas últimas integrado a Comissão Central da CDE (Comissão Democrática Eleitoral).*

*Após o 25 de Abril de 1974, foi da Direcção Nacional do Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) em 1974, e chefe de gabinete do Ministro Sem Pasta, Prof. Francisco Pereira de Moura, no I Governo Provisório.*

*Foi repórter e redactor coordenador de «O Século» em 1963 e editor-paginador em 1971. Chefe de redacção da «Vida Mundial» em 1967. Teve colaborações em numerosas publicações: «Seara Nova», «Notícias da Amadora», «O Diário», «Diário de Lisboa», «Século Ilustrado», «Contraste», «JL», «O Militante», «Politika», «História», «Vida Mundial» (nova série), «A Capital», «Expresso». Foi cronista no «Diário de Notícias» e comentador da SIC Notícias. Dirigiu entre 1986 e 1990 a radio local «Telefonia de Lisboa» na qual produziu e realizou diversos programas. Foi membro do Conselho de Opinião da RTP em 2002. Produzia, desde 2009, o programa «Crónicas da Idade Média» e participou no programa «Os Radicais Livres» na Antena 1.*

*Foi membro da Comissão Executiva das Festas de Lisboa e da Comissão Municipal de Preparação de LISBOA 94 - Capital Europeia da Cultura, Comissário para as áreas de Música Popular e Edições de LISBOA 94 e Director artístico nomeado pela Câmara Municipal de Lisboa do Festival das Músicas e Portos (1999). Era membro do Conselho Directivo do Centro Cultural de Belém.*

*Ruben de Carvalho teve, também, uma profunda ligação a Setúbal e às suas gentes, tendo sido deputado na Assembleia da República, eleito pelo círculo de Setúbal nas eleições de 1995, e Vereador da Câmara Municipal de Setúbal, eleito em Dezembro de 1997. Mantendo depois disso um contacto regular com a cidade e o concelho que tantas vezes visitava para debates, tertúlias e convívios dedicados à música, à poesia e à política. Ao longo de toda a sua vida, Ruben de Carvalho empenhou-se na luta pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração e da opressão. A Assembleia Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento de Ruben de Carvalho e apresenta as mais sentidas condolências à sua família.”*

**João Luz (CDU)** – Apresentamos este voto de pesar pelo falecimento do Ruben de Carvalho, mas tivemos de facto uma dificuldade na elaboração deste voto, porque o Ruben era uma figura e uma pessoa com uma vida e com um percurso extremamente rico e não é fácil de escrever em poucas linhas aquilo que foi a sua vida e a sua intervenção pública neste país e o contributo enorme que deu na luta pela democracia mas já depois de ela estar conquistada em defesa de um conjunto de direitos e num modelo de sociedade mais justo e mais fraterno. Um homem da cultura, um homem de Abril e que teve uma ligação muito particular e muito estreita com o concelho de Setúbal e com as suas gentes. Para além da sua participação na vida política e a sua candidatura e eleição enquanto deputado na Assembleia da República pelo círculo de Setúbal, foi também vereador desta Câmara Municipal e mesmo depois disso e muito depois disso manteve sempre uma profunda ligação com este território e com este concelho que visitava regularmente e onde muitos de nós tivemos a oportunidade de com ele participar em animadas sessões de debate, de tertúlia, de convívio onde estava sempre presente as questões políticas, as questões da poesia e da música e as questões deste concelho que também nos unia.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – A bancada do PSD vai-se associar a este voto.

Não havendo mais intervenções foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

**Presidente da Mesa** – Senhoras e senhores deputados, em memória do Ruben de Carvalho proponho um minuto de silêncio.

**Presidente da Mesa** – Temos agora uma moção apresentada pela CDU sobre o tema “Restrições à Pesca da Sardinha” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30).

### **“MOÇÃO**

#### ***Restrições à Pesca da Sardinha***

*A Assembleia Municipal de Setúbal, abordando e analisando o ponto de situação da pesca do cerco, nomeadamente quanto às restrições de captura de sardinha, manifesta a sua grande preocupação com a sustentabilidade socioeconómica da comunidade Setubalense a exercer actividade no sector, considerando o interesse estratégico que a sardinha (*Sardina pilchardus*) apresenta para a pesca nacional, para a indústria conserveira e para as exportações de produtos da pesca e do mar.*

*Muitas famílias dependem de forma directa da pesca do cerco, e mais algumas centenas de famílias, de forma indirecta, desenvolvem actividade a montante e a jusante da pesca. A*



*marca “Setúbal, Terra de Peixe”, o desenvolvimento turístico, a nossa gastronomia, estão indissociavelmente ligados à pesca e à disponibilidade e qualidade da nossa sardinha.*

*Não podemos esquecer a importância que a pesca do cerco tem nos outros segmentos de pesca, como a do anzol e covos, que dependem da captura das espécies pelágicas por parte do cerco para utilizarem como isco, sendo preponderante para a captura de espécies como o peixe-espada preto, arraia, safio, pescada, polvo, cherne, etc. Os armadores da pesca do anzol (considerada a arte menos predatória), ao ficarem restringidos ao acesso do isco, são obrigados a utilizar cada vez mais outros tipos de artes, que nada beneficiam a sustentabilidade dos recursos.*

*Foram estabelecidos, em concertação com o sector, limites de captura diários de protecção dos juvenis, zonas de interdição temporária e fecho da pesca à quarta-feira e ao fim de semana.*

*O Governo Português, no final do ano transacto, definiu através de Despacho n.º 9193-B/2018 que as embarcações licenciadas e a operar desde a Galiza ao Golfo do Cádiz estavam interditas de exercer a actividade entre 1 de Novembro e 15 de Maio de 2019. Ainda com o objectivo de assegurar a sustentabilidade desta pescaria, Portugal e Espanha apresentaram à Comissão Europeia um plano plurianual de recuperação e gestão da pesca de sardinha prevendo, entre outras medidas, uma redução das descargas totais, medidas complementares direccionadas para a protecção dos juvenis e o reforço das campanhas científicas para avaliação do estado do recurso. Portugal tem cumprido este plano irrepreensivelmente, mas como a sardinha é uma espécie pelágica migratória, não significa que o esforço exigido aos armadores e pescadores nacionais tenham o resultado desejado. Este é mesmo um dos aspectos mais relevantes e que não tem sido devidamente debatido, pois apesar de todas as limitações impostas à pesca, a variação de biomassa depende de outros factores para além da actividade directa exercida pelo sector da pesca.*

*Os pescadores portugueses têm demonstrado, com clareza, que são os primeiros interessados em proteger a sardinha, sabendo e reconhecendo que é determinante a existência de stocks de sardinha para a manutenção das empresas do sector.*

*A Assembleia Municipal de Setúbal considera ainda que a metodologia de avaliação de disponibilidade da biomassa deverá voltar a envolver as embarcações profissionais do cerco e os seus pescadores / mestres, com recolhas de amostras a realizar em horário em que as cercadoras trabalham normalmente, uma vez que se identifica uma considerável disparidade entre as quantidades detectadas pelos profissionais e os resultados obtidos pelos cruzeiros do IPMA. Em todo o caso, as últimas avaliações da investigação, promovidas através de cruzeiros científicos realizados pelo IPMA, em Dezembro de 2017 e em Maio de 2018, vieram confirmar a opinião dos pescadores em como existe um grande aumento na abundância de sardinha, nas águas portuguesas.*

*Assim sendo, solicitamos ao Governo Português que, mantendo uma posição cautelosa e de protecção dos recursos de sardinha, defenda até à exaustão, que existem condições para o exercício da captura de sardinha nos próximos anos, sendo inclusive compreensível o aumento da quota já para este ano.*

*Torna-se incompreensível tanto para os pescadores, como para os armadores, as constantes pressões para a redução do nível de capturas quando, nos 2 últimos anos, existem relatos da frota sobre a detecção de enormes cardumes de sardinha ao longo da costa portuguesa.*

*Paralelamente, as limitações impostas na pesca à sardinha não podem condicionar de forma a transformarem a pesca do cerco numa actividade tão marcadamente sazonal. Os custos dessa transformação serão muito gravosos para o sector. A curto e médio prazo, a sustentabilidade deste importante subsector da pesca nacional ficará posta em causa, em termos económico-financeiros e de fixação de mão-de-obra.*

*Por outro lado, as condições de acesso, segurança e funcionamento da Lota de Setúbal, da responsabilidade da DOCAPESCA, há vários anos que vêm restringindo a actividade dos pescadores, e desvalorizando o valor do pescado. Os horários, a falta de condições de acesso, descarga e circulação de veículos, bem como a segurança são aspectos onde é emergente intervir.*

*Considerando o exposto a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 27 de Junho de 2019, delibera:*

- 1. Manifestar a sua preocupação pelas consequências económicas e sociais que as reduções da captura da sardinha têm para a Pesca do Cerco e para a comunidade Setubalense;*
- 2. Reiterar a necessidade de assegurar simultaneamente a sustentabilidade do recurso e a viabilidade económica do sector, solicitando-se que o nível de capturas tenha em conta esse equilíbrio;*
- 3. Reiterar a disponibilidade do sector da pesca Setubalense em colaborar com o IPMA na recolha dos dados científicos sobre o recurso;*
- 4. Manifestar a sua solidariedade para com os pescadores, armadores e organizações de produtores do sector, e, no que respeita à DOCAPESCA e à Lota de Setúbal:*
  - Exigir a execução dos melhoramentos e alterações que resolvam os problemas já identificados relativamente aos horários, condições de acesso, descarga e circulação de veículos;*
  - Exigir a tomada de medidas relativamente à segurança das operações, recuperando a idoneidade do mercado e restaurando a confiança dos compradores.*

*5. Dar conhecimento desta tomada de posição às seguintes entidades:*

*Conselho Internacional para a Exploração dos Mares, Comissão Europeia em Portugal, Comissário Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Primeiro-ministro, Ministra do Mar, Secretário de Estado das Pescas, Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República, Associação Nacional dos Municípios Portugueses – Secção de Municípios com Actividade Piscatória e Portos, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Assembleias de Freguesia do Concelho de Setúbal, APSS, DOCAPESCA, às Organizações do Sector e divulgar à Comunicação Social.”*

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Dizer que o texto que é aqui apresentado tem algumas incorreções que nós gostaríamos de assinalar.

Por exemplo, quando é aqui dito que o despacho 91, 93-B de 2018 veio interditar a captura da espécie sardinha, ou seja, veio interditar que as embarcações pudessem operar. Isto é mentira, é incorreto visto que aquilo que veio interditar foi a captura da sardinha e não a interdição da atividade das embarcações que utilizam artes cerco.

O 1º ponto, se lerem, tenho aqui, proíbe a utilização de qualquer tipo de arte para a pesca da sardinha.

Depois, temos também as espécies que são utilizadas como isco, normalmente não são sardinhas, são espécies com outro tipo de valor comercial, cavala, biqueirão, outro tipo de espécies. Podemos aqui também falar das artes, mas não vamos entrar por aí.

A moção também fala aqui nas restrições à pesca da sardinha, falarmos relativamente a esta restrição e o apoio às embarcações de pesca, o qual nós iremos acompanhar, apesar destas incorreções, junta depois aqui as condições da Lota de Setúbal. Julgamos que deveria, se calhar, vir à parte essa recomendação, não estar aqui nesta moção, porque como são restrições à pesca da sardinha não devíamos estar, se calhar, a misturar aqui dois temas. Para nós não nos faz sentido.



Julgo que se poderia fazer aqui algumas alterações a estas incorreções que apontámos, mas iremos acompanhar com voto a favor.

**Carlos Batista (PS)** – A intervenção do deputado do PSD veio dar razão àquilo que queria propor, que era baixar à Comissão, porque os pontos número 3 e número 4 são de tal modo técnicos que vem dar força a esta intervenção, que é um assunto que não dá para discutir aqui. É um assunto importante, é relevante, mas faria muito mais sentido baixar à Comissão para ser discutido com a devida vénia, como se costuma dizer.

**Vitor Rosa (BE)** – Referir também aqui o aspeto das condições de acesso à Docapesca. Também a nós nos coloca aqui algumas questões, não só porque na última sessão da Assembleia Municipal também colocámos junto do executivo, se estaria ou não a par do que se está a passar com as outras atividades que se realizam neste mesmo espaço, estou a falar dos operadores marítimo-turísticos. Com a colocação deles no extradorso da Doca, parece que só existe uma preocupação nesta moção relativamente aos pescadores, quando dentro da Docapesca existe outro conjunto de atividades que também merecem este mesmo cuidado relativamente às condições de acesso de segurança e funcionamento. É esse o reparo em relação a esta moção.

**João Viegas (CDS-PP)** – Em primeiro lugar dar nota que o CDS acompanhará e votará favoravelmente esta moção apresentada pela CDU, apesar de existir aqui uma ou outra correção, julgamos para melhorar aqui o documento, que deverá ser feita.

Mas em relação à questão relacionada quer com a Docapesca, quer com a Lota de Setúbal, penso que faz sentido que ela esteja aqui incluída, apesar de não estar diretamente relacionada com as restrições à pesca da sardinha.

Mas também é bom lembrar, e não foi assim há muitos anos, estou a falar concretamente em 2010, que na altura e por ação de um governo do Partido Socialista, que esta estrutura era para ser encerrada ou pelo menos se perspetivava o seu encerramento. Portanto, é perfeitamente natural que é nesta arte de pesca, quer em outras, que esta preocupação exista.

Uma sugestão que, eventualmente, poderia também ter sido aqui acrescentada, tem a ver com campanhas de promoção de outras espécies capturadas pela arte cerco, com vista ao aumento do seu consumo e também do seu valor que permitam que esta arte não dependa tanto da pesca da sardinha, mas quer o carapau, quer também a cavala possam contribuir para o rendimento dos pescadores.

**Miguel Sena (CDU)** - Em relação à situação apresentada ali pelo nosso colega do PSD, gostava de dizer que é verdade o que disse e que muitas embarcações, embora impedidas de pescar sardinha, possam pescar outras espécies como cavala e carapau. É verdade.

É verdade também que os valores médios de preço da sardinha em Lota não são tão altos como se possa pensar nesta altura e que são utilizados como isco em várias artes de pesca, ou seja, o isco mais viável é a sardinha para captura de outras espécies. Em relação à cavala, a sardinha é sempre um isco superior.

Passando à frente, gostava de fazer aqui uma apreciação sobre o enquadramento desta moção. O enquadramento não me parece que seja dirigido a Setúbal, na sua essência, mas ao distrito. Se calhar Sines e Sesimbra são portos mais direcionados para a sardinha. Se bem que Setúbal em 1980 tinha 22 traineiras, em 1990 baixamos para 18, em 2000 baixamos para 12, em 2010 baixamos para 8 traineiras e presentemente apenas temos uma traineira a operar em Setúbal. Saíram de Setúbal por alguns ou por vários motivos, os apoios da comunidade para Setúbal baixaram para 40%, ao contrário dos outros portos que têm 80%.



A falta de estaleiros que desapareceram da nossa cidade leva a que as embarcações de maior porte de pesca da sardinha fujam para outros portos, como Sesimbra e Sines. A falta de apoio da APSS e das infraestruturas da nossa cidade como a congelação, como a falta de uma fábrica ou das fábricas que já tivemos em tempos de conserva, que hoje não temos e a política das pescas dos sucessivos governos também contribuiu para que cada vez mais haja desinteresse dos jovens em aderir a esta atividade e cada vez é mais difícil trazer alguém para o exercício desta atividade.

Temos uma concorrência desleal na nossa cidade, não sei se no país existe, que é o mercado de segunda venda a competir diretamente com o mercado de primeira venda, ou seja, é vendido o peixe do mercado de primeira venda capturado e temos ao lado de paredes meias o mercado de segunda venda que opera, embora não no horário, porque tem um horário diferente, mas em termos reais opera à mesma hora ou antes do mercado de primeira venda. A venda é toda feita através de telemóvel, as vendas já estão todas feitas, e quem vai fazer a compra no mercado de primeira venda já tem o seu peixe comprado. É o que se passa.

Queria terminar, deixando aqui estas considerações, muito mais havia a dizer, julgo que na sua essência a moção está bem apresentada, embora possa sofrer algumas retificações.

Entrou na sala do CCDBA o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

**Presidente da Mesa** – Há uma proposta para que esta moção baixe à comissão respetiva. Alguém se opõe? Então vou pôr a votação a proposta, porque não há consenso.

**Suzel Costa (PAN)** – Peço desculpa, mas há uma votação e ainda agora a outra nossa também foi a votação para baixar à comissão. Vai baixar a uma comissão respetiva. Vou votar contra...

**Presidente da Mesa** – Peço desculpa senhora deputada, eu percebi no seu primeiro pedido de intervenção que a senhora deputada se opunha a que a proposta baixasse à comissão.

**Suzel Costa (PAN)** – Esta deputada não pode alegar aqui, em sede de assembleia, objeção de consciência e, portanto, vou sempre votar contra. Mas já faço uma declaração de voto respeitante a esta matéria.

Aprovado por maioria, com 35 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, para baixar à comissão respetiva.

**Suzel Costa (PAN)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Esta deputada, além de representar um partido e os eleitores que nela votaram rege-se pelos seus princípios e suas considerações, nomeadamente o princípio da não-violência e este princípio aplica-se a todos os seres vivos que com ela habitam o planeta, o que a impede de votar favoravelmente esta proposta onde o peixe que vão consumir, será morto por asfixia e em grande sofrimento. Além da questão ética, todos sabemos que os oceanos estão em risco, a poluição e as alterações climáticas e a sobrepesca colocaram em causa o nosso mar, ameaçam a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos.”*

**Presidente da Mesa** – Temos agora uma moção, apresentada pela CDU, sobre “Construção do novo Centro de Saúde de Azeitão” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31).





## “MOÇÃO

### **Construção do novo Centro de Saúde de Azeitão**

*A Unidade de Saúde de Azeitão funciona numa moradia adaptada e num pavilhão pré-fabricado adjacente, sem condições para a prestação de cuidados de saúde aos utentes. As instalações existentes não são adequadas para o fim a que se destinam!*

*Por outro lado, com o crescimento demográfico em Azeitão, já há muito que as instalações não têm capacidade para dar resposta ao número de utentes registado!*

*Há anos que se tornou urgente encontrar soluções para este problema!*

*A carência de recursos humanos afecta igualmente de forma grave a Unidade de Saúde de Azeitão. Na Unidade de Saúde de Azeitão há 8 médicos de família e são precisos, no mínimo, mais 2. Dos 17.318 inscritos contabilizados nesta unidade de saúde, cerca de 3550 (21%), ainda não têm médico de família.*

*A situação em que se encontra o Centro de Saúde de Azeitão, no que respeita às instalações e no que respeita à carência de recursos humanos, é consequência da política de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) por sucessivos Governos. Apesar de o Governo vir a público afirmar o reforço dos cuidados de saúde primários, a realidade concreta em Azeitão evidencia o oposto.*

*Há muito que a população e seus representantes defendem a construção de um novo centro de saúde em Azeitão e a contratação dos recursos humanos em falta, para assegurar as condições adequadas para a prestação de cuidados de saúde aos utentes e as condições de trabalho dos profissionais de saúde.*

*No primeiro trimestre de 2019 a Câmara Municipal de Setúbal e a ARS LVT chegaram a acordo sobre os termos e partilha de responsabilidades para a construção de três novos centros de saúde no concelho de Setúbal, sendo que o primeiro a avançar seria o centro de saúde de Azeitão, composto por duas unidades de saúde preparadas para responder a 22.000 habitantes.*

*Em parceria com a ARS LVT, a Câmara Municipal de Setúbal apresentou uma candidatura ao POR Lisboa 2020 para a construção do centro de saúde de Azeitão. No entanto, por falta de verba, da responsabilidade do Governo, a CCDR LVT reprovou a candidatura impedindo a concretização do investimento acordado entre CMS e ARS LVT.*

*A CMS e a ARS LVT têm desenvolvido esforços junto do Governo e da CCDR LVT para o reforço de verba do POR Lisboa 2020 para assegurar a concretização de todos os projectos cuja maturidade reconhecida permitirão a resolução de carências de equipamentos de cuidados primários de saúde às populações.*

*Ainda assim, continua por assegurar o financiamento e a sua construção, da responsabilidade do Governo Central!*

*A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 27 de Junho de 2019, reiterando as posições anteriormente assumidas, delibera:*

- 1. Reafirmar a necessidade urgente da construção do novo Centro de Saúde de Azeitão, e exigir do Governo que assegure dotação financeira ao programa, viabilizando a sua construção;*
- 2. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos utentes do Centro de Saúde e à população de Azeitão, na sua luta e na dinamização de acções concretas na prossecução destes objectivos, apelando à sua mobilização e participação;*
- 3. Considerar que não há razões que justifiquem que não tenham sido tomadas as medidas para reforço do pessoal médico com a admissão dos médicos de família (MGF) necessários e exigir que a ARS e o Ministério da Saúde o façam de imediato! Tal como,*



4. *Exigir igualmente a imediata adequação dos recursos administrativos e de enfermagem, bem como a alteração do modelo de funcionamento com vista à melhoria do atendimento, nas diversas valências.*

*Assembleia Municipal de Setúbal, 27 de Junho de 2019*

*Remeter a: Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares, ARS-LVT, Administração Central do Sistema de Saúde, ACES Arrábida, Unidade de Saúde de Azeitão e à Comunicação Social.”*

Não havendo intervenções foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

**Presidente da Mesa** – Temos outra moção, esta apresentada pelo Bloco de Esquerda, “Pelo Alargamento do Complemento Solidário para Idosos” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32).

### **“MOÇÃO**

#### ***Pelo Alargamento do complemento solidário para idosos***

*O Complemento Solidário para Idosos (CSI) foi criado há cerca de 13 anos para apoiar os pensionistas (com pensões de velhice ou de sobrevivência) com idade superior à idade normal de acesso à pensão do regime geral da Segurança Social (atualmente 66 anos e 5 meses) e que têm rendimentos muito baixos, inferiores a 5.258,63 euros/ano.*

*O valor a receber de CSI, quando concedido, corresponderá à diferença entre o montante dos recursos do requerente e aquele montante máximo de 5.258,63 euros/ano (ou 438,21 euros/mês). O gasto anual da Segurança Social com o CSI representa menos de 1% da sua despesa e deve ter-se em conta que esta prestação social é financiada pelo Orçamento do Estado e não pelos descontos (contribuições) sobre os salários de quem trabalha, os quais se destinam apenas e só a financiar as pensões de velhice (20,21%) e invalidez (4,29%) e os subsídios, como o de desemprego (5,14%), morte (2,44%), doença (1,41), parentalidade (0,76%) e doença profissional (0,50%).*

*O Complemento Solidário para Idosos (CSI) abrange atualmente cerca de 165.000 pessoas (70% são mulheres), tendo o distrito de Setúbal, 11.419 beneficiários, (base de dados da Segurança Social em 1 de Maio de 2019). Mas muitos idosos que vivem numa situação muito precária continuam sem poder aceder a esta prestação social, já que na avaliação dos recursos das requerentes, para além dos rendimentos anuais do próprio, tem sido considerada também uma quantia anual definida em função dos rendimentos dos descendentes, mesmo que não vivam com o requerente.*

*Tal situação faz com que uma medida pensada como importante meio de combate à pobreza da população mais idosa se tenha transformado numa medida limitada, insuficiente e até reprodutora da exclusão social. Num recente relatório, em que também é sugerida a melhoria desta prestação, a própria OCDE defende que a condição de recursos para aceder ao CSI não deve ter em conta o rendimento dos descendentes porque “Incluir os rendimentos dos filhos nas condições para atribuição do CSI, contribui para perpetuar os baixos rendimentos nas mesmas famílias por várias gerações”.*

*Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 27 de junho de 2019, delibera:*

***Recomendar à Assembleia da República que altere a legislação atual de modo a que a atribuição do Complemento Solidário para Idosos (CSI) tenha apenas em consideração os rendimentos anuais do próprio idoso e da pessoa com quem está casado ou vive em união de facto há mais de 2 anos, excluindo-se assim a ponderação de os rendimentos dos filhos.”***



**Presidente da Mesa** – A Mesa da Assembleia na apreciação desta moção concluiu que não devia aceitar esta moção, porque propõe que a Assembleia Municipal recomende à Assembleia da República e no nosso entender a Assembleia Municipal não deve e não pode recomendar à Assembleia da República.

A iniciativa legislativa na Assembleia da República é da competência dos senhores deputados e dos respetivos Grupos Parlamentares, pelo que entendemos que esta proposta não tem cabimento aqui na assembleia.

Se houver alguma questão, senhores deputados façam favor. Não havendo, retira-se esta moção.

Não havendo mais intervenções foi a moção retirada.

**Presidente da Mesa** – Agora temos um voto, apresentado pelo Bloco de Esquerda “Saudação ao Dia Mundial dos Refugiados” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33).

#### **“VOTO**

##### ***Saudação ao Dia Mundial dos Refugiados***

*Celebrou-se no passado dia 20 de junho o Dia Mundial dos Refugiados.*

*É particularmente importante assinalar esta data no ano em que vivemos, dado que, de acordo com os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, nunca houve tantos refugiados como hoje. Em 2018, ano do último registo disponível, os números ultrapassaram os 70 milhões, ou seja, uma pessoa em cada 108 do total da população mundial. É o maior recorde dos últimos 20 anos, ultrapassando até o limite traçado aquando da II Guerra Mundial. Isto significa que, a cada dia, perto de 37 mil pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas devido a guerras, conflitos, perseguições e alterações climáticas. De registar ainda que as crianças são uma parte significativa do total destas pessoas, muitas das quais se encontram sozinhas em trânsito, ou nos campos de refugiados e de deslocados internos.*

*Ao mesmo tempo que assistimos ao crescimento do número de refugiados verificamos, infelizmente, uma diminuição da solidariedade para com estas pessoas, nomeadamente em países que são confrontados com grandes números de refugiados.*

*Felizmente, Portugal tem-se destacado de forma positiva na disponibilidade para o acolhimento de refugiados, ainda que abaixo das expectativas e metas inicialmente definidas. No âmbito do programa de recolocação, entre 2015 e 2018, o país acolheu 1548 pessoas, menos de metade dos 4574 acordados. Acresce que devido a constrangimentos burocráticos e logísticos o processo de integração é difícil e complexo. Quem foge da guerra, da perseguição ou de crises ambientais não deve ter a sua vida bloqueada por processos kafkianos.*

*Acolher é importante, mas além disso é necessário integrar as pessoas que nos chegam. Os refugiados em Portugal são confrontados com duros processos burocráticos que atrasam o desejo de reagrupamento familiar, a validação de competências e o acesso pleno aos direitos básicos. Além disso, a falta de uma oferta consistente de cursos de língua portuguesa agrava aquela que é à partida uma condição de vulnerabilidade.*

*A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 29 de junho de 2019, delibera:*

- 1. Saudar o Dia Mundial dos Refugiados, saudando todos e todas aquelas que até ao momento chegaram a Portugal nesta situação;*



2. *Garantir que toda a articulação necessária e possível é feita com o município e Estado Central para que sejam assegurados todos os direitos humanos dos refugiados no pós período de acolhimento de 18 meses;*
3. *Instar o Estado Central para que sejam cumpridas todas as suas obrigações, tanto financeiras como logísticas no processo de integração;*

*Remeter o presente documento ao Senhor Primeiro Ministro e a todos os partidos representados na Assembleia da República, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a todos os vereadores eleitos no município.”*

**Presidente da Mesa** – Relativamente a este voto, a Mesa considera que só poderá aceitar a inclusão aqui neste período antes da ordem do dia se for retirada a referência ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a todos os vereadores eleitos do município.

Como é fácil de compreender a Assembleia Municipal de Setúbal não pode e não deve fazer este tipo de recomendações ou exigências, pelo que pergunto ao Bloco de Esquerda se está de acordo que se retire esta parte.

**Domingos Semedo (PS)** – Propúnhamos ao Bloco de Esquerda que votássemos esta moção ponto a ponto.

**Presidente da Mesa** – Não havendo intervenções e também nenhuma intervenção do proponente vou pôr a moção a votação ponto a ponto.

1. Aprovado por unanimidade;
2. Aprovado por unanimidade;
3. Aprovado por maioria, com 24 votos a favor, 18 da CDU, 1, do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 9 votos contra do PS e 3 abstenções do PPD/PSD.
4. Aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções foi o voto de saudação aprovado por unanimidade e em minuta.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra o ponto 3, onde menciona, “...instar o Estado Central para que sejam cumpridas todas as suas obrigações, tanto financeiras como logísticas no processo de integração;”, devido a duas dimensões: 1.º - O relatório da OCDE de 2015, 2016 e 2017 refere claramente que Portugal continua a cumprir com as metas definidas pela União Europeia. Portanto, não faz muito sentido, instar o Estado a cumprir aquilo que já faz.*

*No 9º relatório do Alto Comissário para as Migrações, Portugal apresenta-se como o 4º país com mais colocações da União Europeia, portanto, Portugal está à frente e está no comboio da frente em termos de colocações dos migrantes no que diz respeito aos refugiados. Como tal, o Partido Socialista não acompanha este parágrafo do ponto 3.”*

**Presidente da Mesa** – Passamos ao voto, subscrito pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN, “Saudação à 20.ª Marcha do Orgulho, de Lisboa” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34).



## “VOTO

### *Saudação à 20ª Marcha do Orgulho, de Lisboa*

*Este ano celebram-se os 50 anos da Revolta de Stonewall, em Nova York, nos Estados Unidos. Foi no dia 28 de junho de 1969 que - depois de a polícia ter entrado num bar que recebia abertamente homossexuais, o Stonewall Inn - se iniciaram uma série de revoltas contra as constantes investidas das forças da ordem aos locais de encontro das pessoas LGBT desta cidade. Estas iniciativas acabariam por resultar em vários movimentos e organizações pelos direitos LGBT por todo o país, alastrando este movimento para o resto do mundo. Dois anos depois começariam a surgir as primeiras marchas de orgulho gay em Nova York, Los Angeles, São Francisco e Chicago, em comemoração do aniversário dos motins. Depois disso, e depois de muitas lutas, o mês de junho tornou-se no mês do orgulho LGBT por todo o mundo.*

*Em Portugal, a Marcha do Orgulho LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Interssexuais) começou na cidade de Lisboa há 20 anos atrás, pouco tempo depois de terem sido apresentados, na Assembleia da República, os primeiros projectos-lei para acabar com a discriminação introduzida pela Lei das Uniões de Facto. Hoje, 20 anos depois, surgem Marchas do Orgulho por várias cidades do país, tendo-se celebrado no início deste mês de junho a 1ª Marcha LGBTI+ de Aveiro.*

*Recordando que só em 1982 se consegue a descriminalização da homossexualidade em Portugal, hoje a igualdade em função da orientação sexual está consagrada na lei: no acesso ao casamento e à adoção, no direito à autodeterminação de género e no princípio constitucional da igualdade que garante tratamento igual e a proibição da discriminação. A realidade hoje é muito diferente da que vivíamos na viragem para o século XXI, hoje temos centros de acolhimento LGBTI, temos mais informação, planos de ação para a inclusão, formação para a cidadania e igualdade, temos uma sociedade mais aberta e inclusiva.*

*No entanto, com a onda de reação de vários setores políticos mais conservadores que pretendem reverter os processos alcançados por estas lutas, assinalamos aqui a importância da continuação e da participação na Marcha do Orgulho, pelo seu cariz reivindicativo e histórico, de luta e resistência. Urge, portanto, a necessidade de uma luta pela igualdade. Não apenas na lei, mas também na sociedade.*

*A Assembleia Municipal Setúbal, reunida em 29 de junho de 2019, delibera:*

- 1. Saudar a 20ª Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa e todas as pessoas e organizações que contribuíram para esta iniciativa;*
- 2. Remeter o presente documento para a organização da Marcha do Orgulho de Lisboa.”*

**João Luz (CDU)** – Relativamente a esta saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda, uma interrogação. Nós acompanhamos a saudação à realização desta marcha, no entanto, parece-nos estranho que se esteja a saudar, em exclusivo, esta marcha que se realiza em Lisboa quando por todo o país, como em Vila Real, em Braga, em Faro, em Aveiro, pela 1ª vez em Barcelos, em Matosinhos, no Funchal se realizam e vão-se realizar marchas deste tipo. A não ser que seja um lapso como na moção anterior que vimos dirigido ao presidente da Câmara de Lisboa.

Sugeríamos que a saudação fosse extensível ao conjunto das marchas que se realizam no país.

**Suzel Costa (PAN)** – Aproveitando a sugestão do João Luz, talvez estender ao mês arco-íris, porque durante todo este mês realizam-se estas comemorações.



**Vitor Rosa (BE)** – Só justificar de alguma forma o porquê, é que foi Lisboa que deu o pontapé de saída a estas marchas e daí ser referido relativamente a Lisboa, mas não me choca, de forma alguma, que se retire daqui Lisboa e fique a saudar a 20ª marcha do orgulho. Noutras cidades elas aconteceram mais tarde e estamos a falar relativamente à 20ª marcha, daí referir-se a Lisboa.

**Pedro Vicitas (PPD/PSD)** – Para dizer duas coisas, uma delas é que o PSD entende que, como é uma opção pessoal apoiar ou não este voto, vai dar liberdade de voto a qualquer um dos deputados.

Gostava de falar por mim, não irei falar pela bancada, e o meu voto vai ser de abstenção por duas razões. Apesar de dizer aqui, que o Partido Social Democrata ter registado na alteração legislativa em 82, porque foi no 8º Governo Constitucional da AD, que era composto pelo PSD, CDS, PPM, que foi descriminalizado a homossexualidade, ou seja, o Partido Social Democrata sempre esteve à frente relativamente na defesa destes direitos.

Vou fazer o voto de abstenção, porque penso que em Portugal já não existe a necessidade de se fazer publicamente marchas, porque todos os direitos estão constitucionalmente protegidos, consagrados, cumpre-se todas as leis e, na minha opinião, estar a fazer-se um voto de saudação a algo que não tem qualquer tipo de sentido, irei abster-me.

Aprovado por maioria, com 26 votos a favor, 18 da CDU, 3 do PS, 1 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e 10 abstenções, 6 do PS, 3 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

### **III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Como sabem a intervenção do público tem um período global de 30 minutos, cabendo a cada munícipe, que se inscreveu, 5 minutos para a sua intervenção (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 39).

**Vanessa Sequeira** – Boa tarde a todos. Estou aqui hoje para colocar duas questões.

A primeira questão tem a ver com a devolução da inconstitucional taxa municipal de proteção civil. Agradeço desde já o facto de me terem devolvido parte do montante que me era devido, nomeadamente, o que paguei em nome individual.

No entanto, continuo com uma dúvida relativamente ao processo de regularização desta inconstitucionalidade, qual é o critério que determina a ordem pela qual está a ser feita a devolução.

Ouvi aqui hoje dizer que estavam a devolver primeiro os valores mais baixos, mas deve ter sido um engano, porque a primeira pessoa que recebeu foi o senhor que avançou com a petição pública e recebeu 540,00€, a segunda pessoa fui eu que recebi 88,00€.

Já aqui foi feita tantas vezes a pergunta, nem que fosse por curiosidade, se a câmara já indagou os serviços correspondentes sobre qual o critério adotado. Acreditando que, como já se passaram 18 meses depois de se ter sido declarada a inconstitucionalidade da taxa, estão prontos para responder à questão, volto a perguntar, qual é o critério? É por ordem de nome? De morada? De número de contribuinte? Ou simplesmente por ordem de quem faz mais barulho?

A segunda questão, é uma questão mais pessoal, gostava de saber qual o motivo pelo qual todo e qualquer munícipe que pretenda dirigir-se a esta assembleia tem de preencher uma folha com o seu nome, morada, número de telefone e e-mail. Numa época em que tanto se fala



em proteção de dados, porque é que temos que nos sujeitar a vos fornecer dados, se apenas estamos a exercer um direito.

Esta é uma prática que considero intimidatória e que gera situações desagradáveis como aquela em que um funcionário, que se identificou como assessor da presidência, me ligou para o meu telemóvel, sem que eu o conhecesse de lado nenhum ou lhe tivesse fornecido o meu contacto.

Por favor, não respondam que é para comprovar que somos realmente munícipes, porque ninguém vem para aqui suportar horas e horas de espera para falar senão for um munícipe deste concelho. Além de que não existe qualquer prova de que o que escrevemos naquele papel, é nossa verdadeira morada.

Assim sendo, qual o real motivo para vermos a nossa privacidade devassada para podermos exercer um direito.

**Manuel Ryder** – Muito boa noite a todos. Começo por lamentar a alteração regimental que empurrou para estas horas tardias a participação do público, deste modo vamos ter cada vez menos participação dos munícipes nestes atos, nos quais eles deveriam ser bem-vindos e frequentemente convidados.

Passando às questões, a presidente da junta aqui presente, explicou que as obras de aumento da área de um prédio privado na Rua José Augusto Coelho e no Parque de Estacionamento público nas respetivas traseiras, para quem conhece é um parque que serve um veterinário de Azeitão, foram aprovadas em sessão da Assembleia Municipal. Há azeitonenses que gostariam de saber qual é o conteúdo dessa autorização, uma vez que se levantam bastantes dúvidas.

Segunda questão, em nome da transparência, para quando a disponibilização ao público do registo de imagem e som das sessões de câmara para evitar a deturpação do que é dito e quando é dito, como já aconteceu, tendo sido, inclusivamente, recusado o registo áudio na mesma sessão, o que impossibilitou a confirmação dessa deturpação da transcrição da ata.

Terceira questão, é normal que um prédio tenha aguardado 15 anos pela conclusão do passeio que lhe é fronteiro, 15 anos repito, e que esse passeio que representa 30% do total seja acabado com material diferente do que foi aplicado nos outros 70%. ficando assim, com 70% de calçada e 30% de pavet. Isto faz sentido? Não faz, sobretudo à luz do contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal e a junta no que diz respeito à transferência de competências que refere claramente que, *“na reparação de pavimentos em calçadas e outros a Junta de Freguesia de Azeitão deve proceder obedecendo às seguintes condições...”* e a primeira é logo *“em zonas pedonais, os materiais a aplicar deverão submeter-se às características dos materiais de revestimento já existentes.”*. Ora aqui estamos perante uma situação em que isto foi flagrantemente violado.

Quarta e última pergunta, faz sentido que o processo de licenciamento de uma piscina, antes de ela ser construída, tenha custado o triplo do que custou a regularização de duas piscinas construídas ilegalmente e cuja existência foi detetada pela Câmara Municipal? Repito a pergunta, faz sentido que o licenciamento de uma piscina de alguém, de um munícipe que quer fazer as coisas como devem ser feitas, de acordo com a lei, pague o triplo do que pagaram duas piscinas, cuja clandestinidade foi detetada? Fica aqui a questão.

Os munícipes José Luís da Costa e Cristina Ganhão, que também estavam inscritos, ausentaram-se da sala do CCDBA.

**Ezequiel Ferreira** – Muito boa noite. Partilho da opinião que de facto o público falou um pouco tarde. Isto é, naturalmente, regimental, mas acho que era de bom-tom que a população



participasse e que se facilitasse a vida às pessoas. Julgo que o poder autárquico precisa de todos os votos e na participação autárquica.

Alongar para tão tarde, de facto, é desmobilizador e como viram pessoas foram embora e eu também quase que ia embora. Se poderem alterar isso, seria bom para todos.

Venho cá por uma questão relacionada com a minha casa e a primeira questão tem a ver com umas árvores de sobreiro que estavam com os ramos quase em cima dos telhados e fiz uma participação à junta de freguesia e fiz e-mails. Demoraram uns meses, mas foram lá cortar as árvores. Infelizmente não estava presente, porque tinha ido ao Porto e não acompanhei o corte. O que aconteceu é que esse corte tinha a ver, não só com os ramos que estavam sobre os telhados, como as folhas que entopem os regos.

Tenho uma árvore no meu quintal que cortei os ramos todos e testei que não era a minha árvore que está a encher os regos de folhas, são os sobreiros.

Este era o problema principal, apesar dos ramos estarem sobre os telhados, não estavam numa situação já tão problemática. Agradecia que comunicassem aos serviços respetivos, isto não é culpa vossa, devem dizer ao engenheiro que supervisiona esta questão, que verifique novamente, porque como não deve chover mais, espero eu, mas com esta crise climática nunca se sabe quando chove ou quando está calor ou quando está frio, pode acontecer um fenómeno qualquer e o problema é que a chuva entope o rego, não só com folhas como às vezes sem folhas e nem sempre se pode estar ali a limpar porque é imprevisível quando os ventos são grandes ou não. Para evitar inundações que já existiram e que deram bastante prejuízo às pessoas, que se fizesse isso logo que possível, que fossem lá cortar os ramos como deve ser.

Esteve aqui um engenheiro agrónomo, que é meu colega e que foi professor aqui em Azeitão durante muitos anos, e ele detetou em várias zonas de Oleiros várias árvores mal podadas. Ele trazia fotografias para vos mostrar e distribuir, depois irá a Setúbal numa outra altura para explicar isto melhor, mas o problema que ele põe não é só a questão do corte ou não, é que se a poda não for bem-feita a árvore ganha mais doenças.

Tivemos aqui uma pequena conversa, porque ele também teve que se ir embora, é também a forma como se corta uma árvore que pode cair de um momento para o outro se não for bem cortada. As pessoas que fazem a poda têm que ser, de facto, especializadas e ele tem detetado que tem havido muitas incorreções. São coisas que vocês não sabem e que, portanto, se puderem comunicar às pessoas que são responsáveis por esta área seria bom para todos, porque se cai uma árvore em cima de alguém, depois a câmara é que tem que responder por isso.

Outras questões, umas têm a ver com a cooperativa de Pinhal de Negreiros e o Diogo, um rapaz que está à frente da questão das escrituras, como não podia vir cá, pediu-me se podia comunicar também que a situação não está resolvida. Como sabem, houve uma cooperativa que faliu e as pessoas ficaram com um problema grave para resolver, porque pagando as prestações como têm pago, não puderam fazer a sua escritura e correm riscos, mesmo continuando a pagar, de ficar sem a casa.

Isto é um problema grave e a câmara não pode olhar para o lado, porque se isto acontece a câmara obviamente tem culpa, é uma questão de um serviço em que uma cooperativa falhou, sei que é a cooperativa que é responsável, faliu, mas a autarquia deveria, na minha opinião completamente discutível, ter um apoio mais próximo para ajudar estes moradores a resolverem um problema sério, que é o risco de ficarem sem as suas casas.

Não é o meu problema, mas é o problema de muitos que vivem em Pinhal de Negreiros e em Vendas, as pessoas pagaram ao longo de anos as suas quotas e correm risco de perder as casas. Vocês sabem do problema, por isso seria muito importante que dessem uma ajuda. Eles têm o problema a ser tratado juridicamente, mas se a Câmara Municipal reforçar através de denuncia





poderá ser que as coisas se possam resolver para a população, porque é muita gente que está em causa.

A Carmona é uma fábrica que está a poluir imenso e o problema não se resolve. O Secretário-Estado do PS disse que ia resolver, mas nada se resolve e fábrica nunca mais sai daqui. É uma situação dramática, as pessoas já têm problemas respiratórios, as casas estão a ficar completamente sem cor, que está a chegar a todo o Azeitão e inclusivamente a Setúbal. Esta fábrica não pode continuar aqui, é urgente a sua mudança, isto é um problema de saúde pública que tem que se resolver e a Câmara tem que meter mãos nisto, para que se resolva rapidamente.

Apelo novamente para que o público pudesse falar mais cedo, o que seria ótimo.

**Presidente da Mesa** – É tradição quando os munícipes chegam e se querem inscrever preenchem os dados que constam de uma folha, que deve ter uma série de anos a qual continuamos a utilizar. Para a Mesa da Assembleia Municipal, é importante que a folha tenha o nome do munícipe que quer intervir para o podermos chamar quando chegar o seu tempo de intervenção, o resto é uma questão de boa fé, no sentido de quando algum munícipe, por qualquer razão não tem uma resposta imediata às questões colocadas, poderá mais tarde ser contactado, mas se o município não quiser deixar esses dados, naturalmente que é livre de o fazer, porque sem os contactos dificilmente irá obter uma resposta à posterior.

Que fique bem claro, da nossa parte, quem não quiser preencher os dados que constam nesta ficha de inscrição não têm que o fazer, a única coisa que tem de fazer, porque senão isto não funciona, é deixar o nome para que possa ser chamado na altura em que for o período destinado à intervenção do público. Da parte da Assembleia Municipal fica bem claro que quem não quiser preencher os restantes dados não tem de o fazer, mas depois está sujeito a não ter um retorno nas questões que eventualmente possam ficar por responder de imediato.

O munícipe Ezequiel Ferreira chamou a atenção para a alteração regimental no que diz respeito ao horário. Esta é uma questão que temos sempre muito de ponderar quando estamos a fazer um Regimento da Assembleia, porque é entendimento de todos os deputados deixar para a intervenção do público, um horário que seja mais fácil para mais público poder estar presente. No início deste mandato, quando alterámos o horário de funcionamento da Assembleia Municipal, ponderámos o melhor horário para a intervenção do público e concluímos por unanimidade que este horário era o que teria melhores condições para que mais munícipes pudessem participar. O que está previsto a seguir ao período de antes da ordem do dia, que é o primeiro período de funcionamento da sessão da Assembleia, segue-se a intervenção do público. Podíamos colocar a intervenção do público logo no início da sessão, mas como a sessão começa às 19h30, muita gente poderia não estar disponível por razões do seu horário de trabalho ou por outras razões de afazeres pessoais. A outra possibilidade passava por colocar a intervenção do público para o final da sessão, quem acompanha as sessões sabe que as mesmas não têm horário para terminar e chegando a uma determinada hora entendemos que a sessão passa para outro dia e isso seria muito mais complicado colocar a intervenção do público, tal como acontece noutros órgãos, noutras Assembleias Municipais e Câmaras Municipais. Entendemos que a melhor hora para a intervenção do público seria esta. Como devem compreender e como tiveram oportunidade de ver hoje, umas vezes o período antes da ordem do dia tem menos tempo, outras vezes alonga-se um pouco mais. Na generalidade este período do público anda por volta 21h00 ou 22h00, como é o caso de hoje. Pareceu a todos os deputados que este era o horário mais adequado para ter mais munícipes a participar, mas se chegarmos à conclusão que estamos errados, naturalmente que faremos essa alteração. Mas depois não queremos que nos venham dizer a seguir, caso se altere o horário, que não podem estar presentes às 19h30 ou então caso seja alterado para o final da sessão, nos



venham dizer que nessa altura já não estaria ninguém do público. Para um bom funcionamento da sessão da Assembleia Municipal podemos colocar a intervenção do público ou no início ou neste intervalo de mudança do período de antes da ordem do dia para o período da ordem do dia ou no final da sessão, caso contrário temos de interromper um período de funcionamento da Assembleia, o que não é o mais adequado.

Houve ponderação quando decidimos colocar o período da intervenção do público neste intervalo que se situa entre as 21h00 e as 22h00.

Temos tido sessões na sede do conselho e outras descentralizadas pelas freguesias e esta foi a avaliação que fizemos, no entanto estamos disponíveis para alterar, provavelmente não temos a hora mais adequada para conseguir corresponder a todas as expectativas. A questão fica retida e nós continuaremos a ponderar as várias hipóteses.

**Celestina Neves (Presidente da União das Freguesias de Azeitão)** – O senhor Ezequiel Ferreira levantou a questão dos sobreiros, que é verdade, dirigiu-se várias vezes à Junta de Freguesia que por sua vez encaminhou o caso para a Câmara Municipal e os técnicos da Câmara procederam ao corte de alguns dos ramos. Provavelmente não são suficientes, porque aquelas casas continuam a receber todas as folhas dos sobreiros o que leva ao entupimento da caleira que está junto às casas e quem não está em casa grande parte do tempo, tal como acontece com o senhor Ezequiel, sujeita-se a ter a casa inundada.

Aqueles sobreiros têm que ser bem avaliados e temos que achar uma solução para resolver este problema.

Relativamente à questão apresentada pelo senhor Manuel Ryder sobre o passeio em pavet e calçada. Não foi a Junta de Freguesia que colocou os 70m de calçada, nem os 90m de pavet, embora o senhor diga que a Junta de Freguesia de Azeitão é que tem essa responsabilidade. A Junta de Freguesia tem a seu cargo, no protocolo de descentralização, o arranjo dos passeios, ou seja, quando a calçada tem um buraco, quando o pavet está danificado. Tanto a construção da calçada como a que tem pavet, não foi de intervenção da Junta de Freguesia e o senhor Manuel Ryder tem conhecimento disso, mas por qualquer razão interessa-lhe deixar no ar que foi a Junta que fez o trabalho.

**Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado)** – Dar os parabéns à União das Freguesias de Azeitão, por nos receber neste espaço, bem como à respetiva coletividade.

Parece que o problema da Carmona se resolve com a transição da sua localização. A Freguesia do Sado não aceita a passagem da responsabilidade da Carmona para o Sado desta forma! Não é a mudança de local que resolve o problema! Têm que pedir responsabilidade a quem tutela a fiscalização, que é a APA – Agência Portuguesa do Ambiente e o Ministério do Ambiente e não a Câmara Municipal.

Não é a Freguesia do Sado que tem que receber a Carmona e se for desta forma, levantaremos as nossas bandeiras e não deixaremos que Carmona vá para o Sado!

Da Junta de Freguesia do Sado terão toda a oposição relativamente à poluição que venha para a nossa freguesia!

**Pedro Vicitas (PPD/PSD)** – Dizer ao senhor Manuel Ryder que a nossa bancada acompanha o pedido que fez sobre disponibilização áudio/vídeo das sessões municipais. O Partido Social Democrata tem trazido recorrentemente à Assembleia Municipal essa necessidade, inclusive fazer-se em “*live streaming*”, para que as pessoas possam acompanhar estas sessões.

Relativamente à escolha do horário destinado à intervenção do público coloca-se a questão, “*se o público falar logo no início não assiste às discussões que os partidos têm para apresentar*”. A única forma que temos de chegar aos nossos cidadãos em Setúbal é que



assistam às discussões e aos debates, porque infelizmente não temos outra forma. Temos defendido sempre e já por várias vezes apresentamos proposta, que baixou à Comissão Permanente, mas até agora não foi ainda decidida a questão. Sempre temos dito que Montijo já o faz, Palmela também o faz, vários municípios no distrito de Setúbal fazem nas assembleias e nas reuniões de câmara.

Estamos totalmente a favor daquilo que disse, mas relativamente aos horários torna-se complicado, quando nós discutimos com os outros parceiros como é que se há de fazer o horário, porque também não conseguimos depois chegar a vocês.

**João Viegas (CDS-PP)** – Agradecer as intervenções que foram feitas pelo público. Em relação a esta questão do período de intervenções, como devem calcular é um pouco difícil estabelecer o critério de qual será o melhor momento para que essa intervenção possa ser feita, porque não há nenhum um horário perfeito. Como disse o senhor Presidente, uns irão reclamar que é muito cedo e outros irão reclamar que é muito tarde. É importante que as pessoas participem e que estejam presentes no desenrolar dos trabalhos, não só naquele período que se destina a intervenção do público, não os obrigando a estar aqui, pois deverá ser da vossa iniciativa e livre vontade.

Muitas das perguntas que aqui deixaram são principalmente para resposta do executivo, enquanto membros desta assembleia, em muitos dados que são apresentados não temos como responder. Parece-me importante a questão que apresentou do corte das árvores e a forma como esse corte é feito, de acordo com a explicação que foi dada, penso que faz todo o sentido.

Em relação à fábrica da Carmona, é um processo que se arrasta há muitos anos. Também é verdade que há problemas de licenciamento, porque não deveriam ter sido permitidas a construção de casas numa área industrial, mas isso estamos a falar de outros tempos. Uma vez que está a decorrer um processo de deslocalização da fábrica, percebo perfeitamente as palavras do Presidente da Junta de Freguesia do Sado, a fábrica não pode representar um problema para a população de Azeitão bem como para a população do Sado, nem para qualquer outra localidade. Para além da fábrica e da importância da sua deslocalização, não pode no local onde vai ser implementada, produzir qualquer tipo de prejuízo para as respetivas populações. Neste momento a fábrica está a ser construída, há uma licença ambiental que foi prorrogada e que terminará em maio de 2020, prazo estabelecido para deslocalizar a fábrica.

O Grupo Parlamentar do CDS colocou várias perguntas ao Governo sobre esta matéria e brevemente vai ser colocada uma outra pergunta.

**Presidente da Mesa** – Hoje temos alguma dificuldade em controlar os tempos, mas não é por isso que a sessão da Assembleia se atrasou um pouco mais, há outras razões que depois analisaremos, mas não é pelos tempos utilizados a mais pelos grupos políticos que se atrasou esta sessão.

**Vice-Presidente da Câmara** – A munícipe Vanessa Sequeira que tantos protestos fez ao longo do tempo, presencialmente nas reuniões de câmara e assembleia e por outros meios de comunicação, em redes sociais, etc., protestou contra a falta de pagamento da devolução da taxa municipal de proteção civil, que não era inconstitucional à nascença, que era legalíssima, mas depois foi declarada inconstitucional. Sobre esta taxa não impende nenhuma declaração do Tribunal Constitucional, o executivo municipal é que deliberou, uma vez que ela está declarada noutros casos, que é o caso de Lisboa e que também irá proceder à devolução, tal como estamos a fazer.



Quem tanto protestou contra a falta de devolução, uma vez que começa a receber, vem agora protestar por ter recebido, o que é uma coisa estranha!

Colocou a questão do critério, recorde-lhe que sempre dissemos que iríamos tentar devolver os valores mais baixos até mil euros. Agora questiona, “Porque é que é os 540,00€ ou menos de 1.000,00€?”.

“Quando é que chega a primeira notificação?”, isso já não lhe sei responder, porque são coisas da responsabilidade dos serviços e francamente não é tema.

A senhora pode fazer o barulho que entender, que a Câmara fará como achar que é o critério correto, nomeadamente quanto à resposta aos municípios. Foi nesse sentido que um assessor da presidência a contactou por telefone, no número que a senhora forneceu. Se a senhora coloca no seu pedido de intervenção o número de telefone, foi através dele que obteve resposta.

Não o pretende fazer, porque acha que está em causa a sua privacidade e a proteção de dados?

Quando os municípios se inscrevem, pelo menos têm que colocar o nome para que possam ser chamados a intervir e se pretenderem uma resposta que não possa ser dada no decorrer da sessão, podem deixar um contacto para obter essa resposta à posterior, para isso terão que colocar o número de telefone ou morada. Muitos das pessoas que se inscrevem não colocam o assunto, não colocam a morada, nem o telefone, mas depois não se queixem que não recebem uma resposta. Esses elementos são facultativos, e não estão a violar a proteção de dados pessoais, para isso poderíamos considerar a quem está permanentemente a reportar o que se passa numa reunião de Câmara ou numa sessão da Assembleia nas redes sociais, na sua página pessoal do *Facebook* ou de grupo. Permanentemente a reportar!

Nesse caso, não há cuidados com proteção de dados, quando coloca o que diz um cidadão nas suas intervenções?

Isso já não importa?

Não há falha de proteção de dados e as pessoas inscrevem os dados que entendem.

O assessor municipal não referiu nenhum direito à privacidade, porque foi a senhora que deu o número de telefone na inscrição que fez. Se não pretende, não ponho o número de telefone, mas também não tem resposta, porque não poderá ser contactada e não vamos pedir à polícia que investigue qual é a sua morada ou qual o seu número de telefone.

Não há tempo para isso, apenas há tempo para governar o município!

Não há aqui um problema de proteção de dados, não há aqui falta de critério!

Quanto às intervenções do Senhor Ryder, a resposta foi dada pela senhora Presidente da União de Freguesias de Azeitão. Nós não vimos aqui preparados com um exercício de adivinhação e saber antecipadamente as questões que os municípios irão colocar.

Eu não sei quais são as condições da licença de uma determinada obra!

Não sei qual é custo dum processo de uma determinada piscina e se a mesma custou mais que a arborização!

Em concreto, perante o processo é que posso dizer se houve alguma injustificação ou justificação do custo do licenciamento ter sido superior à regularização de uma, duas, três ou quarenta, porque não faço ideia de quais são os processos!

Se tiver alguma questão em concreto deve de a colocar objetivamente. Deve de apresentar a justificação dos respetivos procedimentos e dos custos implicados, posteriormente o município consulta o processo e responder-lhe-á, se para isso pretender dar a morada e o número de telefone ou e-mail.

Quanto aos cortes dos sobreiros referidos pelo senhor Ezequiel Ferreira. Nós sabemos que na Câmara temos os melhores técnicos nesta área, com carreira comprovada, com trabalhos publicados e respeitados. Sabemos que os sobreiros são das coisas mais controladas e tem que ser pedir sempre a intervenção da respetiva autoridade, porque têm que ser cumpridas as regras de limitação dos cortes. As casas estão junto aos sobreiros e eles deitam folhagem, este



é o retorno do privilégio de viver junto da natureza, mas que tem estes custos mínimos, o facto de lidar com a existência de folhas.

Infelizmente já não estão cá o senhor para poder ouvir a minha explicação, mas não invalida que dê uma explicação.

Quanto à Cooperativa de Pinhal de Negreiros, quase falida, cujos moradores podem ficar sem casa. Só dizemos alguma coisa, porque ouvindo dizer isto e ficando sem resposta, parece que a Câmara Municipal “*assobiou para o lado*”, não fez nada e deixa as pessoas ficarem sem casa. Na realidade, se não fosse a intervenção da Câmara ao longo de muito tempo, provavelmente sim, os moradores dessa cooperativa já estariam sem casa, ainda têm a sua morada por muita insistência e muito intervenção da Câmara e também da Junta de Freguesia de Azeitão. Muito fizemos para que não houvesse o desenlace, já há muito tempo, das pessoas ficarem desapossadas das suas casas. Ninguém pode dizer que não houve intervenção, houve sim e é por isso que os moradores dessa cooperativa ainda hoje têm as suas casas.

Quanto à Carmona, belíssimo resumo feito pelo senhor Presidente da Junta do Sado. Já dei a explicação e só não ouviu quem não estava atento. Aquilo que não é saudável e que não é tolerável em Azeitão também não será nas Praias do Sado. Aquilo que for licenciado com os níveis de qualidade do ar, de contaminação, verificados por quem tem competência para os verificar, é tão admissível nas Praias do Sado como é em Azeitão ou então o que se pretende é outra coisa, o encerramento de uma fábrica caso haja motivos, que até agora nunca foram apresentados pelas entidades competentes na gestão do ambiente. Não fiquem com a ideia que somos nós Câmara a decidir isso, foram os proprietários da fábrica que decidiram fazer um grande investimento para descansar os habitantes de Azeitão, que protestam, mas na perspetiva da Câmara e da Junta de Freguesia do Sado não será para poluir aquele espaço, uma vez que a fábrica só irá funcionar se não ultrapassar os níveis de poluição que estão legalmente admitidos. A Carmona não é uma vitória para Azeitão se for colocada noutra sitio, se for colocada noutra sitio é porque ela pode funcionar sem infringir as leis e os níveis de contaminação do ar e dos solos. Não foi a fábrica que veio para junto das casas foram as casas que foram para junto da fábrica e esse assunto está esclarecido. Quando a fábrica começar a funcionar nas Praias do Sado não se pode ter como uma vitória, o facto de terem corrido com uma fábrica poluidora para outro lado, porque a fábrica tornou-se suficientemente despoluidora para poder funcionar tanto na Mitrena como em Azeitão.

**Presidente da Mesa** – A Assembleia Municipal descentralizada é exatamente com o objetivo máximo de participação dos municípios, para terem oportunidade de intervir na Assembleia Municipal e de tomar conhecimento das questões que são debatidas.

#### **IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

##### **1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de Abril-Maio 2019**

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento arquivado em pasta anexa à presente ata registado sob o n.º 40.

**João Viegas (CDS-PP)** – Uma sugestão que faço ao executivo. Nesta sessão da Assembleia, por parte da bancada do Partido Socialista e do público, foi colocada uma questão relacionada com a taxa municipal de proteção civil. Neste relatório de atividades, até para simplificar o trabalho dos membros desta Assembleia, sugeria que fosse incluído, relacionado com a taxa



municipal de proteção civil, dados objetivos relacionados com o número de pessoas que já receberam e o total de devoluções que terão que fazer, assim seria feito de uma forma mais transparente.

Aquilo que foi dito aqui, também já me foi colocado as seguintes questões, “*se a devolução estava a ser feita por uma pressão, quer nas redes sociais quer de outra forma?*” “*se para receber teriam que adotar esses mecanismos e utilizar essas vias para receber mais depressa?*”

Se o caminho for esse, sugiro que não o façam!

**Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Relativamente à habitação social, na página 162, quando refere “*coberturas, bairro Alameda das Palmeiras e a reabilitação do bairro do Forte da Bela Vista, rede predial de águas e esgotos*”. Engloba todo o bairro ou não está pormenorizado os edifícios que foram objeto destas beneficiações?

**Presidente da Câmara** – Não conseguimos colocar os dados que referiu sobre a taxa municipal de proteção civil, porque se trata de uma situação altamente confusa e altamente trabalhosa.

Notificámos 291 pessoas em Azeitão e só apareceu uma. Há pessoas que estão muito mais interessadas nesta chicana, porque já não têm nada para dizer nem para fazer em relação a esta taxa. Quem tem estado sentada no gabinete a atendê-los sou eu e posso confirmar que só veio uma senhora de Azeitão que recebeu 333,00€, essa senhora tem um salão de cabeleireiro ao lado da Junta de Freguesia, as restantes pessoas nem sequer respondem e houve 4 ou 5 pessoas que mandaram o NIB, os restantes foram convocados para uma reunião, porque havia acerto de contas, mas não compareceram. Há muita gente a dever à Câmara e não se pode pagar uma dívida quando há outra dívida por saldar, é de lei, por isso temos que fazer acerto de contas e é por isso que as pessoas não aparecem. Tudo isto é muito mais complicado do que aquilo que se imagina. É evidente que não vamos colocar o nome das empresas com quem estamos a fazer acerto de contas, com quem temos que saldar processos de execução fiscal, etc.. Não se pode pagar uma dívida quando há um processo de execução fiscal em curso, é de lei! Até agora só conseguimos acertar um processo, porque as restantes pessoas não parecem. Posso colocar números, mas não posso identificar as pessoas, posso referir que em Azeitão das 950 empresas já foram notificadas 291 empresas e cerca de 4 pessoas mandaram os seus NIB, estando a ser feito a transferência. As empresas que têm de assinar processos de acertos não aparecem, porque o saldo é positivo a favor da Câmara. Os processos de ação executiva estão a ser arquivados, porque se faz esse acerto unilateralmente e abatesse logo o valor. Como devem de calcular que tudo isso não poderá constar numa relação deste tipo, apenas podemos fornecer números. Na Freguesia do Sado são 330 empresas, na União de Freguesias de Azeitão são 950 empresas, na União de Freguesias de Setúbal são cerca de 2.000 empresas. As empresas sabem o que têm que fazer, sabem se respondem ou não, se tem interesse ou não, há outras que nem sequer respondem, porque já estão insolventes ou desapareceram. Os processos até meados de julho, no máximo até final de julho estarão concluídos e respeitam a cerca de 5.000 empresas.

Quase todas as coberturas do bairro das Palmeiras que estavam com infiltrações foram reparadas.

Em relação ao bairro da Bela Vista foi reabilitado a rede de águas e esgotos daquilo que estava avariado, não foi feito o levantamento de todo o bairro na área pluvial nem de saneamento, mas aquilo que estava avariado.



**João Viegas (CDS-PP)** – Para clarificar, quando apresentei esta sugestão, como é óbvio, não é para uma listagem com o nome das empresas, mas um quadro que permitisse ter esses dados, os contactos, o número de processos, os valores que já foram devolvidos, o que facilitaria muito o nosso trabalho.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Senhora Presidente fiquei com dúvidas depois de a ter ouvido. Quando falou que, *“não estava a ser devolvido o montante pago pela taxa municipal por algumas empresas, porque tinham dívidas para com a Câmara”*, essas dívidas são relativas a quê?

Intervenção inaudível.

**Presidente da Câmara** – Quando há uma dívida para com a Câmara tem que se fazer o acerto, é preciso que a pessoa assine esse acerto. Esta senhora que se dirigiu aos serviços assinou o documento de execução fiscal e ainda teve a haver 333,00€.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Gostaria de saber se as devoluções que já foram realizadas foram alvo dos juros legalmente obrigatórios. Sabe que foi aprovado na Assembleia da República uma lei, proposta pelo PSD e pelo CDS nesse sentido! Gostaria de saber se está a ser cumprida.

**Presidente da Câmara** – (Início da intervenção inaudível). Mandou-nos devolver o dinheiro em causa, sem juros e se alguém quiser juros tem que por uma ação a pedir os juros.

## **2. Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento “Arrábida sem Carros”**

**Carlos Batista (PS)** – Como têm conhecimento, o Partido Socialista em comunicado à imprensa tomou uma posição de retirar o seu elemento na Comissão de Arrábida Sem Carros, porque na reunião de Câmara de 22 de maio, na sequência da aprovação pelo executivo municipal da proposta n.º 10/2019 *“Implementação da estratégia Municipal para a mobilidade segura e sustentável para todas as zonas balneares de Setúbal - Condicionantes de Trânsito da estrada EN 379/1 e acesso às praias da Arrábida, época balnear 2019”*, estando agendada para os dias seguintes, ou seja, no dia 28 de maio, uma reunião da Comissão Eventual da Assembleia Municipal que iria aprovar o seu relatório político final, relativo ao acompanhamento deste processo referente ao ano 2018. Percebeu-se, pelo conteúdo da intervenção do executivo municipal, não considerar a maioria CDU relevante aguardar por esse relatório. Quebrados desta forma, no nosso entender, no entender dos vereadores e do PS os laços concecionais entre os órgãos autárquicos, pela atitude que se considera arrogante e motivada pela ideia do poder absoluto, ofendida a dignidade da Assembleia Municipal, das suas estruturas e dos seus eleitos, que foi menosprezado o conteúdo do relatório a aprovar e a relevância do trabalho produzido. Não resta ao Partido Socialista outra decisão de se retirar da referida comissão, como forma de protesto pelo manifesto desrespeito que o executivo municipal demonstrou pelo estatuto de oposição, pelos valores e princípios que devem caracterizar o Poder Democrático Local. Esta foi a posição do Partido Socialista, que vem dar-nos razão, porque no relatório da comissão de que eu também fiz parte, no primeiro ponto - Criação e Objeto *“Entendemos que esta Assembleia Municipal pode e deve participar na avaliação das soluções apresentadas e contribuir para a apresentação de propostas de melhoria, sabendo tratarem-se de objetivos ambiciosos e que em alguns dos casos obrigam à*



*alteração de hábitos e comportamentos*”. Este era um dos objetos da comissão, ter um relatório. Isto é uma mão cheia de nada. Depois dizem nas conclusões que não têm meios e que não fazemos nenhuma proposta. Esta comissão *“foi uma montanha que pariu um rato”*, um *“flop”*. Já no dia 14 de setembro, quando a comissão fez uma visita, acompanhada pelo Vereador Carlos Rabaçal, ele disse que a maioria do executivo tinha intenção de passar para o ano 2019, tudo aquilo que estava em 2018, manter o trouço do Creiro e Figueirinha encerrado. Face a tudo isto é evidente que o Partido Socialista vai votar contra este relatório.

**João Viegas (CDS-PP)** – Como é óbvio, tendo sido a bancada do CDS a apresentar a proposta de criação desta Comissão Eventual, o sentimento que tenho é de enorme frustração. Ao propormos a criação desta comissão tínhamos um objetivo mais ambicioso e todos devemos assumir as suas responsabilidades. É importante referir que o mandato desta comissão é da Assembleia Municipal e é na Assembleia Municipal que temos que apresentar o relatório sobre aquilo que foi produzido ao longo destes meses. Diversas forças políticas não fizeram o esforço necessário para apresentar recomendações.

Sobre o documento que deu origem ao programa para 2019, esta comissão não teve conhecimento e isso está dito nas conclusões deste relatório. Tivemos muita dificuldade em obter em tempo útil a documentação necessária. Independentemente disso, os serviços fizeram chegar muita informação e juntamente com a visita que foi realizada seria suficiente para que se produzissem as recomendações.

O CDS, no ano 2018, já o programa estava a ser implementado, apresentou um conjunto de propostas para a melhoria deste programa e apesar do programa já estar implementado, foi possível alterar algumas coisas, sendo uma delas ainda em 2018, e as outras propostas, como é o caso da aplicação que já está disponível, mas que pode ser melhorada, com a informação do número de lugares disponíveis nos parques de estacionamento. Apesar de alguns contratempus seria possível irmos um pouco mais além, no entanto, muitas das forças políticas que estão nesta Assembleia, não quiseram dar esse passo e até algumas das recomendações que apareceram *“colocar pilaretes e abrir novamente o trânsito no percurso entre a Figueirinha e o Creiro”* basicamente era aquilo que já era dito no ano passado.

Na altura foi escrito que isto era um programa ambicioso, mas tenho que reformular isto, porque isto é um programa corajoso e todos temos que refletir na necessidade de ser implementado, pelo ponto de vista ambiental e principalmente do ponto de vista de segurança das pessoas, o que é fundamental.

Sei que a maioria das bancadas que aqui estão representadas muitas delas tiveram o cuidado, com comissão ou sem comissão, de reunir com as forças de segurança e saber qual é a opinião deles, já falámos este ano com essas forças de segurança e sabemos o que é que eles nos disseram.

**Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Não me vou alongar muito, porque tenho a declaração de voto, escrita. O Partido Social Democrata esteve desde a primeira hora crítico, mas com uma posição construtiva para que a solução inicialmente implementada fosse melhorada. Ocorreram uma série de factos e situações que fizeram com que não houvesse relatório, isto é uma espécie de relatório onde inicialmente estavam omitidas determinadas situações que ocorreram factualmente, por isso o PSD vai votar contra o pseudo relatório apresentado, porque apesar da sua total disponibilidade em ter participado de forma construtiva nos trabalhos da Comissão Eventual, não poderá senão votar contra o referido documento denominado relatório e mostrar o seu veemente desagrado pelo subalterno relacionamento constatado entre dois órgãos autárquicos, que se devem dignificar por razões de princípios,





pelo respeito dos procedimentos legais aplicáveis e ainda pautarem-se pelos valores democráticos do Poder Local.

Estamos abertos à melhoria!

Junto àquilo que foi fornecido nesse relatório, existe a posição do PSD com as recomendações, mas foi decidido na altura que se concluiria o relatório sem conclusões e sem recomendações, ao qual me abstive nessa situação. Amadurecida a situação não há outra postura pela frustração sentida, por se ter gasto neurónios por mais de um ano, para não se chegar a conclusões nenhuma.

**Vítor Rosa (BE)** – Para adiantar serviço naquilo que seria a nossa declaração de voto, passarei a ler para ganharmos algum tempo na nossa discussão:

Consideramos que para uma efetiva “*dignificação do papel dos autarcas e dos órgãos municipais*”, como está escrito na recomendação da criação desta comissão, aprovada por unanimidade e realçando que esta Assembleia Municipal pode e deve participar na avaliação das soluções apresentadas e contribuir para a apresentação de propostas de melhoria, sabendo tratarem-se de objetivos ambiciosos e que em alguns casos obrigam a alterações de hábitos e comportamentos, estes princípios só podem ser concretizados na prática com o respeito e colaboração mútua entre dois dos principais órgãos do poder local, executivo municipal e assembleia municipal. Decorrente desta apreciação, consideramos que a proposta de relatório e respetivas conclusões apresentadas deveriam contemplar uma visão crítica e não apenas factual dos motivos de demora por parte do executivo na sua relação de colaboração com a comissão criando assim obstáculos ao bom desenvolvimento e concretização dos objetivos definidos para o trabalho desta. Citamos como exemplo que o executivo levou sensivelmente três meses a responder à comissão sobre as primeiras diligências feitas em 22-08-2018, com resposta em 13-11-2018, e que mesmo esta resposta foi objeto de novo pedido de esclarecimentos solicitados pela comissão em 27-11-2018, e que só foi efetuada resposta pelo executivo em 13-2-2019, inviabilizando assim por parte desta comissão qualquer possibilidade de cumprimentos de prazos inicialmente aprovados. A falta de solidariedade institucional por parte do executivo, para com a comissão e respetivo órgão a que pertence, a Assembleia Municipal, revelou-se ainda na apresentação em reunião pública de 22 de maio, do Relatório de Balanço da Atividade Respeitante à Época Balnear 2018, sem do mesmo dar conhecimento à comissão, conforme referido no relatório é certo, mas revelador ao mesmo tempo da ausência de capacidade crítica de quem aprovou o mesmo.

Em conclusão, o trabalho de uma comissão eventual criada pela Assembleia Municipal não pode de forma alguma ser apenas um mero relato de factos e constatação dos mesmos, transformando-a dessa forma, em nossa opinião, num instrumento de trabalho acrítico, sem qualquer capacidade transformadora do objetivo para a qual foi criada, porque é esse o nosso entendimento do que deve ser uma comissão com estas características e que, não estando refletido nas conclusões deste relatório este espírito de crítica àqueles que pela sua ação prática obstaculizaram ao bom trabalho desta comissão, o nosso sentido de voto será de abstenção.

**João Luz (CDU)** – Relativamente ao relatório que é apresentado pela Comissão Eventual de Acompanhamento de “Arrábida Sem Carros”, duas ou três considerações sobre um conjunto de elementos que já foram aduzidos por outras intervenções acerca deste tema.

É estranho a posição do Partido Socialista. O Partido Socialista fala por um lado em dignificar o trabalho dos órgãos, em dignificar e em criar-se uma relação de respeito institucional entre a Câmara e a Assembleia e ao mesmo tempo, como disse o deputado Carlos Batista, o PS anuncia a saída da comissão por via de um comunicado de imprensa. Isto revela bem o

espírito e a forma como o PS em Setúbal entende como deve dignificar o trabalho nos órgãos autárquicos.

Apesar de ter sido feito por e-mail uma chamada de atenção, não conhecemos que tenha sido tomado outra iniciativa para além daquela que a comissão conheceu até ao final dos seus trabalhos, porque não foi o deputado que tomou posse na comissão perante esta assembleia, que pede a renúncia do seu mandato nessa comissão, mas sim o responsável da bancada que informa o Presidente da Assembleia Municipal que o Partido Socialista vai retirar o seu eleito da comissão. Daí, na qualidade de Presidente desta comissão, ter continuado a convocar e a informar o membro do Partido Socialista daquela comissão, de todo e qualquer passo que a comissão fosse dando.

Isto só por si, já é revelador da forma como o Partido Socialista encarou esta comissão desde o início!

Podemos ir mais longe, naquilo que foi o contributo concreto do Partido Socialista ao longo do funcionamento da comissão, as suas propostas e os seus considerandos sobre este processo e quais as propostas que apresentou. Na qualidade que tive no quadro da comissão, ainda hoje não conheço qual o posicionamento do Partido Socialista sobre este processo. A dificuldade que o Partido Socialista tem em perceber que a dignificação da Assembleia se faz pelo contributo de todos e cada um dos seus eleitos, na dignificação do trabalho em plenário e nas comissões.

A comissão que foi criada não tinha como objetivo instruir a câmara a fazer o que quer que fosse. É preciso haver uma relação de cordialidade e dignificação da relação entre os dois órgãos, a Câmara Municipal tem a sua autonomia e decide o que bem entende, a Assembleia Municipal analisa, crítica, fiscaliza e propõe as recomendações que entender. O Partido Socialista decidiu unilateralmente abdicar de fazer este papel e abdicou com um objetivo muito concreto, tentar criar um facto político onde ele não existe. As ações e as atitudes ficam com quem de direito, a verdade é que nenhuma das outras forças políticas representadas nesta Assembleia sentiram esta situação da mesma forma que os senhores entenderam.

Se o senhor deputado diz que o resultado desta comissão é “*uma mão cheia de nada*” e é um “*flop*”, em muito se fica a dever ao contributo do Partido Socialista nesta comissão. Sobre isto não direi mais em plenário e ficamos por aqui.

Todos, no quadro da comissão, devemos assumir um conjunto de responsabilidades e devemos junto da Câmara Municipal de Setúbal fazer um conjunto de reparos, naquilo que entendemos que foi a maior ou menor celeridade. Também é verdade que neste processo, ao contrário do que aconteceu em muitos outros, foram sendo dadas sucessivas explicações àquilo que foi questionada à Câmara Municipal, do porquê da ausência e da demora em determinado tipo de respostas, sendo que a comissão foi informada no seu conjunto. É estranho quando, por exemplo, se fala aqui numa demora de três meses a responder a um conjunto de perguntas que foram feitas em agosto, porque foi-nos respondido num primeiro momento a um conjunto de questões que tínhamos colocado, que seriam respondidas no fim da época balnear, significa que estamos a falar de 15 de Setembro (se calhar já não é este tempo todo) e depois fomos informados a seguir a 15 de Setembro dum problema em concreto, do ponto de vista dos serviços, que impedia que a resposta fosse mais rápida do que aquela que era desejável. Podemos fazer as críticas todas que entendermos, mas não há membro da comissão que não estivesse estado a par destes problemas.

Também é verdade que quando decidimos que o deputado João Viegas seria o relator desta comissão, cada um dos restantes membros da comissão ficou de apresentar as sugestões, os contributos e as recomendações que entendesse, para contribuir para um documento final a ser discutido em sessão da Assembleia.



Também é verdade e é preciso em plenário avaliar, que houve um conjunto de eleitos, que sobre esta matéria, decidiram dizer zero, não apresentaram recomendações, não apresentaram propostas de alteração ao documento.

Também é verdade que quando reunimos para fechar o relatório houve membros da comissão que entenderam que esse era o momento certo para apresentar os tais elementos e as tais considerações que não apresentaram ao longo dos trabalhos da comissão.

Outra questão evidente, mas para o Partido Socialista não o é, se os trabalhos da comissão demoraram o que demoraram, com explicações várias, com problemas vários, uns do tempo de resposta, outros dos tempos de funcionamento da própria comissão, a pergunta é esta. Podia a Câmara Municipal continuar a adiar o anúncio das medidas pré-época balneário deste ano?

Podiam os munícipes do concelho continuar a não ter informação, à espera que a comissão deliberasse o seu relatório e trouxesse a esta Assembleia para ele ser aprovado?

Aquilo que interessa à Câmara Municipal não é o parecer da comissão, o parecer da comissão não vale nada, é apenas um parecer de uma comissão. O relatório da comissão vale depois de aprovado por esta Assembleia, esse é um documento que vale e que representa aquilo que é opinião e a manifestação de vontade desta Assembleia Municipal.

Intervenção inaudível.

**João Luz (CDU)** – Se o senhor deputado não percebe aquilo que está a ser dito, não percebe nada do que está aqui a fazer, aliás, como é normal e como é costume, naquilo que são as suas intervenções, não é nada que não estejamos habituados relativamente ao seu estilo de intervenção.

O que é relevante, é que não era possível que a Câmara Municipal continuasse indefinidamente à espera de um relatório para apresentar e isso não significava que a comissão não pudesse, independentemente do momento, fosse agora nesta Assembleia ou em setembro, apresentar o relatório, aprová-lo, fazer um conjunto de recomendações e afirmar aquilo que seria uma posição desta Assembleia Municipal.

Decidimos no quadro da comissão não fazer um conjunto de recomendações apresentadas por diversas forças, dando nota factual e uma prestação de contas à Assembleia do que foi o trabalho desta comissão por um lado, por outro, tecendo um conjunto de considerações nas conclusões acerca do funcionamento e das dificuldades que foram sentidas pela comissão e dos tempos que tivemos para o exercício daquilo que o mandato estava distribuído para a Assembleia. Foi esse o relatório que fizemos, incluindo um conjunto de recomendações no quadro do relatório final, sendo que houve quem se decidisse abster na comissão e agora em plenário da Assembleia votam contra. Permitam-me fazer esta consideração de ordem mais pessoal, da consideração e da estranheza de quem participa na elaboração do documento, de quem vê introduzidas um conjunto de propostas de alteração ao documento, de quem se abstém e que em plenário toma uma posição diferente daquela que tomou em comissão.

Também isto é revelador da tentativa de criar acerca deste assunto, um facto político onde ele não existe.

**Carlos Batista (PS)** – Para dizer que o deputado João Luz tem todo o direito de expressar aquilo que pensa, não tem o direito de ofender. O senhor deputado Afonso Luz ofendeu o deputado Manuel Fernandes e isso nós não admitimos. (...) Não sabia o que é que andava aqui a fazer, não sabia nada de nada.



**Presidente da Mesa** – Não tomei nota desse tipo de considerações, naturalmente que os senhores deputados sabem as regras do bom comportamento e sobretudo numa Assembleia Municipal, sinceramente não tomei nota dessa consideração que o senhor deputado referiu.

**Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Engraçado que para uns, mudar de opinião é não ser burro. Mudámos de opinião, porque as sugestões que foram sugeridas foram rejeitadas conforme elas foram colocadas pelo PSD, embora me disponibilizasse a fazer o consenso para se fechar o pseudo relatório, não quer dizer que que ficasse manietado a uma posição do meu Partido. Aquilo que vai na minha declaração de voto, está de acordo com a consciência de cada um e mais uma vez digo que o relatório inicial foi apresentado de uma forma que não correspondia àquilo que se tinha passado e era extremamente omissivo. Tive o cuidado, senão o único, que apresentei o documento escrito, quer no início dos pedidos dos documentos com aquilo que se pretendia e com propostas escritas, que constam anexas a este momento. A questão que se coloca é, quando se tem uma base de trabalho séria, a gente está de contributo sério e construtivo, quando se vê que se quer branquear tudo o que se passou, é óbvio que as coisas não podem ser feitas como chegar ali e haver um lápis azul, não pode ser!  
O João pode fazer o “*triplo salto*”, que não é mais democrata do que eu!

**Presidente da Câmara** – A propósito desta questão queria relembrar que na política não vale tudo. Se há aqui deputados municipais que pensam que estão a atingir o executivo, desenganem-se, porque não estão a atingir minimamente. É fantástico e que isto fique registado em ata, porque temos 1.600 trabalhadores que ficam a pensar muito bem de vocês e eu acho que é fantástico.

Quero relembrar que houve uma equipa fantástica da Câmara Municipal que andou meses a trabalhar arduamente a fazer este trabalho, a fazer tudo aquilo que aconteceu para proteção das pessoas, para a segurança das pessoas e para salvaguarda das questões ambientais. Tudo o que aconteceu foi fantástico, foi feito por uma série de trabalhadores, que tinham um núcleo central de quatro pessoas e depois tinha uma série de áreas transversais na Câmara Municipal que trabalhava com aquele núcleo central, que fizeram um trabalho exemplar, um trabalho que mereceu o aplauso dos órgãos ministeriais, de quase toda a Área Metropolitana de Lisboa e de outros municípios que vieram saber como tudo tinha sido feito.

A nossa vontade era de proteger as pessoas e arranjar aquelas praias que não estão bem, por isso colocámos nas mãos dos nossos técnicos e com a nossa orientação pusemos tudo isto em prática.

Os senhores falaram em falta de respeito? A falta de respeito é a dos senhores deputados municipais, quando no dia 26 de novembro de 2018, veio para esta comissão um e-mail que tenho em meu poder e ao qual não disseram “*nem água vai, nem água vem*”. Um trabalho que só pôde ser concluído depois das praias fecharem, depois do dia 15 de setembro, para que os técnicos pudessem voltar novamente ao terreno e fizessem o levantamento de tudo aquilo que aconteceu, apontando os aspetos positivos, os aspetos negativos e dando sugestões àquilo que deve ser melhorado ou aquilo que deve continuar a acontecer.

Não há solidariedade entre os dois órgãos, Assembleia Municipal e Câmara Municipal?

Não estou a perceber!

O que é que uma coisa tem a ver com a outra?

Como dizia o deputado João Viegas, que aproveito para o saudar mais uma vez, pela forma elevada com que tratou tudo isto e como falou acerca do tema, com responsabilidade e de forma elevada, mesmo que isto não estivesse na vossa mão, que estava desde novembro, podiam ter dado sugestões para entregar a esta comissão eventual, que na prática se fartou de



trabalhar. Mas não deram! Depois, de uma forma vergonhosa, decidem abandonar a Comissão!

Foi um Partido que esteve aqui no poder durante 16 anos, que nunca aproveitou e nem nunca falou no problema das praias!

Questionei os deputados mais antigos que cá estavam na época: *“Alguma vez o Partido Socialista se preocupou com aquilo que acontecia naquela estrada, aquilo que acontecia naquelas praias?”*, *“Alguma vez o Partido Socialista se disponibilizou a limpar as praias?”*

Nunca! Isso sim, é que é uma vergonha! Isso é que deveriam estar ofendidos e deveriam ter abandonado nessa altura a Câmara Municipal!

Não foram eles que reclamaram as praias para si, sabendo que o Governo não tinha condições ou não quis nunca tratar da segurança das pessoas e do acesso àquelas praias?

Nós reclamámos as praias para nós, reclamámos a estrada para nós, sendo certo que isso trazia despesa à Câmara, trazia despesa ao erário público, mas reclamámos isso para nós, porque se trata de um investimento para a segurança das pessoas. Foi isso que nós fizemos e que o Partido Socialista devia ter vergonha, mas agora tenta criar um facto político dizendo *“Estamos tão ofendidos que vamos abandonar a Comissão de Acompanhamento”*.

Estou a dizer isto para que fique registado em ata, para que os nossos trabalhadores saibam quem é que afinal protege as pessoas e como é que eles são tratados. Isto não fomos nós que fizemos, nós dissemos que é preciso mudar o estado das coisas, é preciso proteger o ambiente, é preciso proteger as pessoas. Fomos nós que tivemos ali às 5h da manhã ou às 4h da manhã a colocar baias, a demarcar as zonas, a pintar o asfalto antes de iniciar a época balnear e andávamos sempre atentos para ver se aquilo estava tudo a correr bem. Passávamos por volta das 6h ou 7h da manhã e os trabalhadores já lá estavam.

Eles são tratados assim, isto é que é um facto concreto, para que fique registado em ata, para que eles saibam quem os tratou assim. Eles sabem do abandono! Há alguns que são do Partido Socialista e ficaram muito *“agradados”*, ao contrário como podem imaginar.

Nem sequer leram este e-mail que mandamos no dia 26 de novembro. Fizemos o levantamento e o tratamento disto tudo e nem sequer tiveram tempo de ler?

Desde 26 de novembro até maio, data em que achavam que ainda iam a tempo, sem o menor respeito pelo trabalho das pessoas, de alterar fosse o que fosse.

Estiveram 16 anos no executivo e nunca reclamaram a estrada, nunca reclamaram questões ambientais! Foi isto que fez o Partido Socialista. Para que fique registado em ata.

**Carlos Batista (PS)** – Nós não estamos interessados em entrar em diálogo! Lamento o tipo de linguagem da senhora Presidente.

Como a senhora Presidente sabe, há 18 anos os problemas da Figueirinha não são o que são hoje. Há 18 anos a maior parte da população de Setúbal ia para a Troia. A CDU não está a governar a Câmara de Setúbal nem há 4, nem há 8, nem há 12, está há 18 anos.

**Presidente da Câmara** – Foi o melhor que aconteceu a Setúbal, foi a Câmara Municipal ser governada pela CDU.

Ausentou-se da sala do CCDBA o Sr. Deputado Rogério Palma Rodrigues da CDU.

**Carlos Batista (PS)** – Se está lá são os setubalenses que assim o entendem. O Partido Socialista esteve 16 anos pela vontade dos setubalenses, assim como a CDU está há 18 anos pela vontade dos setubalenses. Os setubalenses são os mesmos.



**Suzel Costa (PAN)** – As comissões aprovaram algumas recomendações que estão em ata. Elas não são votadas antes destas deliberações? Não são inseridas?

**Presidente da Mesa** – Estamos a apreciar e a votar as propostas da ordem de trabalhos que têm pareceres das comissões, certamente as comissões se pronunciarão a seu tempo.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 17 da CDU, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 13 votos contra, 9 do PS e 4 do PPD/PSD, e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

A bancada do PPD/PSD entregou uma declaração de voto, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

**3. Deliberação n.º 188/19 – Proposta n.º 09/2019 – GAF – Transferência de verbas para a União de Freguesias de Setúbal para requalificação da iluminação da Escola Básica n.º 2 de Santa Maria da Graça**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

**4. Deliberação n.º 189/19 – Proposta N.º 10/2019 – GAF – Transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Azeitão no âmbito da execução de obras de requalificação do espaço público**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**Vitor Rosa (BE)** – Para clarificação de uma situação, para além de que existe outra comissão que tem que dar parecer sobre este assunto, remeto para uma questão, por isso é que preciso dessa clarificação, da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, na ata que está apensa aos documentos que foram distribuídos.

**Presidente da Mesa** – Às vezes há dificuldades, tendo em conta as condições acústicas, não estava a ver quem é que estava a falar e no mínimo a Mesa tem de saber quem está a falar, não me apercebi que o senhor deputado Vitor Rosa tivesse pedido a palavra, mas apercebi-me de o senhor deputado Jerónimo Lopes tinha pedido a palavra.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Relativamente a esta proposta a Comissão de Ambiente Urbanismo e Mobilidade tem igualmente parecer sobre a mesma, daí ter pedido a palavra nessa qualidade.

**Presidente da Mesa** – Faz favor senhor deputado, mas eu confiei que estava tudo certinho aqui no meu papel, mas há sempre umas falhas.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Algumas começam antes, senhor Presidente.

**Presidente da Mesa** – Mas isso começa na primeira ou não?

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Começa na primeira e a deliberação é exatamente nesse sentido, ainda que não houvesse sido remetida, a Comissão deliberou por consenso, incluir a apreciação desta proposta na sua ordem de trabalhos por se tratar de uma matéria absolutamente do seu âmbito. Sobre a proposta em concreto deliberou emitir parecer favorável por maioria com 7 votos a favor, 4 da CDU e 3 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

**Presidente da Mesa** – Está-se a referir à primeira proposta, a deliberação n.º 188?

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Não, estou-me a referir à deliberação n.º 189, que é a que estamos a discutir neste momento.

**Presidente da Mesa** – Quem manda, manda, de qualquer forma, obrigado senhor deputado por este contributo.

Está a decorrer a apreciação da deliberação n.º 189 – Transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Azeitão, no âmbito da execução de obras de requalificação do espaço público, que tem parecer da Comissão de Economia Administração e Finanças de acordo com a decisão da Comissão Permanente, mas que os senhores deputados da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade entenderam também dar parecer e nós agradecemos.

Regressou à sala do CCDBA o Sr. Deputado Rogério Palma Rodrigues da CDU.

**Suzel Costa (PAN)** – O PAN não vai acompanhar esta deliberação, justamente pela questão que se prendia com o abate de choupos na Rua do Kimbo.

**Celestina Neves (Presidente da União das Freguesias de Azeitão)** – A proposta não se prende com o abate, prende-se com a remoção.

**Suzel Costa (PAN)** – Significa que vai transferi-los para outro local?

Intervenção inaudível.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Para uma interpelação à Mesa: *“É um pouco no sentido de procurar ir de encontro àquilo que a senhora deputada Suzel e o Vítor Rosa também, enquanto membros da Comissão, estavam a colocar relativamente a um conjunto de matérias que foram objeto de relatório na Comissão do Ambiente, Urbanismo e Mobilidade e que foram remetidas, com o relatório e com as recomendações, conforme foram deliberadas pela Comissão e que, de facto, não constam na ordem de trabalhos da Assembleia. Seria adequado uma explicação sobre quando ou que procedimentos iremos tomar para o plenário se pronunciar relativamente ao trabalho da Comissão, sem grandes facilidades e com algumas dificuldades, mas que tem funcionado, tem trabalhado, tem alguns relatórios e algumas recomendações que já remeteu e que se não for nesta teremos que apreciar noutra questão.”*



**Presidente da Mesa** – Se bem entendo, o senhor deputado está-se a referir a pareceres e relatórios que a Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade terá elaborado, mas que não foram agendados e que se referem a propostas que baixaram à Comissão.

As propostas que baixaram à Comissão e que têm relatórios da Comissão devem ser enviadas à Mesa que depois levará à Comissão Permanente e a Comissão Permanente decidirá sobre o seu agendamento.

Intervenção inaudível.

**Presidente da Mesa** – Em próxima reunião avaliaremos isso. Obrigado.

**Vitor Rosa (BE)** – Em sede de Comissão Permanente, isto reporta também para o relatório da Comissão Eventual, ficou o consenso estabelecido, quer relativamente a esta Comissão Eventual quer a outras comissões que pudesse apresentar recomendações ou relatórios subirem ainda nesta Assembleia à discussão e depois fossem promovidos o debate e a votação dessas mesmas recomendações, por isso é que estava a tentar a intervir. Uma vez que houve espaço de entrega do referido relatório e a sua distribuição, já o mesmo não aconteceu relativamente esta Comissão. É de todo pertinente, a questão colocada pelo deputado Jerónimo, como é que a Comissão de Urbanismo irá agora se pronunciar ou quais os procedimentos que deverá tomar, uma vez que ela não chegou aqui dentro daquilo que tinha havido consenso ao nível da Comissão Permanente.

**Presidente da Mesa** – Em próxima reunião da Comissão Permanente esses relatórios serão avaliados e a Comissão decidirá sobre o seu agendamento ou outro encaminhamento a dar.

Ausentaram-se da sala do CCDBA as Sras. Deputadas Anita Vilar da CDU e Maria João Palma do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

##### **5. Deliberação n.º 208/19 – Proposta n.º 09/2019 – DCIRT/DITUR/GAPE – Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à Confraria do Peixe - Nobre Confraria Gastronómica do Melhor Peixe do Mundo**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

Regressaram à sala do CCDBA as Sras. Deputadas Anita Vilar da CDU e a Maria João Palma do PS.

**Anita Vilar (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.



**João Fidalgo (PS)** – No que diz respeito à proposta em apreciação, o Partido Socialista antes de mais, congratula a decisão de adesão a esta Confraria no sentido que esta tem por intuito promover um dos produtos de excelência do nosso concelho, estando assim demonstrado de forma clara o interesse público da adesão do município à mesma. No entanto, não podemos deixar de referir que consideramos que a proposta em análise carece de fundamentação do ponto de vista legal e do eventual estudo prévio que a deve sustentar, assim e tendo em conta que a adesão a este tipo de associação está sujeito ao regime jurídico, que se encontra plasmado no regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais aprovado pela Lei 50/2012, sugerimos que a proposta remetida pelo executivo fosse retirada, sem ser apreciada por esta Assembleia, para que após o seu correto enquadramento legal a submeta novamente a esta Assembleia.

**Suzel Costa (PAN)** – Em relação a esta Confraria, que me parece ser apenas gastronómica, não encontro nada nos seus estatutos que diga o que vão fazer além de comer. Estarei enganada?

Gostei do que a Câmara Municipal diz, mas isto é a posição da Câmara, mas em relação à Confraria do Peixe - Nobre Confraria Gastronómica, parece-me que é apenas para ir a um restaurante, a não ser que me corrijam, porque o que eu tenho aqui não é mais nada.

**Carla Vilhena (PPD/PSD)** – Para responder ao João Fidalgo da bancada do PS, que esta Confraria já existe em Lisboa, por isso basta-nos inscrever para fazer parte da Confraria, o que é completamente diferente, porque os estatutos já estão feitos, o objetivo e o âmbito também estão feitos, basta-nos fazer a nossa inscrição e pagar a quota anual.

Uma situação que ficou no ar na nossa comissão foi a seguinte, como o concelho de Setúbal e o concelho de Sesimbra são zonas piscatórias, mas sendo Setúbal capital de distrito, propúnhamos que a sede da Confraria se mude para uma zona de peixe, para a nossa zona, até para fazer mais publicidade ao nosso peixe. Não temos que fazer estatutos, não temos que fazer organização, porque ela já está feita, é só fazermos a inscrição, sendo que a mesma é 25,00€ e 20,00€ a quota anual.

**João Fidalgo (PS)** – Em resposta à senhora deputada do PSD, a adesão a este tipo de associações de direito privado está consagrada no artigo 59.º, n.º 1, da referida Lei 50/2012, que passo a citar: *“os municípios, associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e as áreas metropolitanas podem participar como pessoas jurídicas privadas e em associações”*. Neste caso trata-se de uma associação de direito privado, ou seja, neste caso o município para aderir a este tipo de associação tem que respeitar o que está na Lei 50/2012.

**Vice-Presidente da Câmara** – Hoje decorreu uma cerimónia que não pôde esperar para depois da sessão da Assembleia Municipal, que foi a entrega do diploma de participação, que se efetivará caso a Assembleia Municipal delibere aprovar esta participação, o que não implica que a Lei 50/2012 não seja cumprida, que só pode ser cumprida com a deliberação dos órgãos municipais. Esteja descansado senhor deputado que iremos mandar para o Tribunal de Contas a participação da Câmara Municipal na associação, para pagar 20,00€ e uma quota de 14,00€ e vamos ocupar o juiz do Tribunal de Contas com tal matéria. Cumprimos a lei a rigor e faremos todo o percurso legislativo que for necessário fazer, só que não o poderemos fazer sem haver a deliberação que permita a sua adesão, da mesma forma quando aprovamos um empréstimo e depois submetemos a visto do Tribunal de Contas, neste caso é a mesma coisa, depois da deliberação seguiremos o percurso de validação pelos órgãos de tutela.



Quanto à questão colocada pela senhora deputada Suzel, a única resposta que lhe posso dar, para quem tem objeção de consciência em relação ao consumo de carne ou de peixe, não há resposta possível. Compreendo perfeitamente a sua posição, mas não é essa a explicação. Quanto aos demais cidadãos que não tem esse tipo de objeção de consciência, a explicação é curiosamente esta, trata-se pela primeira vez de congregar cidades piscatórias ou de orla costeira, na promoção do produto nacional, no sentido de participar a preservação das espécies piscatórias, na sustentabilidade do consumo de peixe, daí que o tipo de associados nesta Confraria seja um pouco atípica nesse sentido, porque os associados são da universidade, são instituições de investigação biológica, não são os comedores de peixe.

Se a Assembleia Municipal aprovar esta participação, o executivo concretizará esta participação e seguirá o percurso legal de submissão a visto do Tribunal de Contas justificando os 20,00€ e os 14,00€ anuais.

Caso seja aprovada a senhora Presidente poderá ser ainda hoje entronizada como representante do município.

**Carla Vilhena (PPD/PSD)** – No terceiro parágrafo diz que é uma associação sem fins lucrativos, só quem não leu a proposta com a devida atenção e os respetivos estatutos poderá tirar essa conclusão, porque ela está toda certinha com a Lei 50, basta ler esta proposta com a mínima atenção possível.

**Suzel Costa (PAN)** – Em resposta à deputada Carla Vilhena, é para lhe dizer que por acaso costumo ler tudo, como sou sozinha na bancada tenho este defeito. O defeito é que isto começa no capítulo II, não tenho capítulo I, começa no artigo 5º, não tenho artigo 1, 2 e 3. Gostava de ter mais informação. A informação que o senhor Vice-presidente deu é pertinente, se tem universidades quais são as pessoas ou os organismos que a constituem? É pertinente! Poderia estar aqui elencado quem é que já tinha subscrito, pelo menos sempre vinha aqui mais informação.

**Carla Vilhena (PPD/PSD)** – A senhora deputada pode pedir quando quiser.

**João Luz (CDU)** – Já muito foi dito sobre isto, mas no fundamental a intervenção da deputada Carla Vilhena resolve a questão, aquilo que são um conjunto de requisitos que estão estabelecidos na Lei 50/2012, dirigem-se à constituição de empresas locais e à participação em sociedades que confirmam influências dominantes e prevê a possibilidade de o município integrar associações de direito privado. É aquilo que tem sido recorrente no quadro desta Assembleia, na apreciação deste tipo de proposta e na integração do município de Setúbal num conjunto de associações de direito privado.

Concordamos com a interpretação que é feita por parte do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

**Suzel Costa (PAN)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Mais uma vez e não existindo a figura de objeção de consciência, a minha declaração de voto é a seguinte: Esta deputada além de representar um partido e os seus eleitores que nela votaram rege-se pelos seus princípios e considerações, nomeadamente o princípio da não-violência e que esse se estende a todas as formas de vida. Não acompanha esta proposta onde o peixe é morto por asfixia*



*com grande sofrimento. Referir ainda que o peixe é um recurso natural não é plantado e irá esgotar-se”.*

**6. Deliberação n.º 211/19 – Proposta n.º 21/2019 – DURB/DIPU/GASIG - Aprovação do Procedimento de Delimitação Administrativa – São Gonçalo (Cabanas) – Câmara Municipal de Palmela – União de Freguesias de Azeitão**

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

A Comissão considera que a documentação em formato digital, disponível na extranet, deve integrar as versões a cores, que possibilitem uma adequada visibilidade e identificação do objeto da proposta. Esta consideração é extensiva, nesta sessão, às deliberações n.ºs 154 e 153.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

**7. Deliberação n.º 154/19 – Proposta n.º 17/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Serra da Arrábida, em Setúbal**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

**8. Deliberação n.º 183/19 – Proposta n.º 25/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com 90,81 m2, localizada a tardoz das frações “A” e “B” afetas ao prédio urbano, sito na Avenida Alexandre Herculano, N.ºs 66 e 68, em Setúbal**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 5 da CDU e 1 de AC, 1 abstenção do PPD/PSD e 2 votos contra do PS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de PPD/PSD, 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PAN, e 1 voto contra do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.



**Vítor Rosa (BE)** – Na Comissão de Finanças foi solicitado junto do senhor Vice-presidente, na apreciação em relação a esta deliberação, a evocação relativamente à depreciação e se havia algum normativo. O senhor Vice-presidente iria tentar apurar relativamente a esses normativos. Não sei se nos consegue auxiliar com mais informação, para além daquela que foi prestada na comissão.

**Vice-Presidente da Câmara** – Fiz a diligência que tinha falado na reunião da comissão, perguntei aos serviços para me darem uma informação por escrito. Infelizmente não conseguiram até ao fim do dia de hoje dar essa informação por escrito, mas confirmaram a possibilidade da avaliação em função das médias de mercado. A justificação dessa depreciação a 50%, é idêntica à anterior e são práticas correntes em relação a este tipo de situações, tal como expliquei, é uma parcela complementar. Pedi uma informação por escrito com fundamentação normativa que exista sobre o assunto, mas não chegou a tempo e horas, o que lamento.

**Costa Ferreira PPD/PSD** – Vamos votar favoravelmente, embora se perceba a situação da área de terreno que vai incorporar, porque nem parcela é, nem artigo é, foi uma cedência de terreno que é do domínio público. Esta desafetação aparece para lhe conferir essa definição. O facto de ela estar isolada, obviamente que gera uma dificuldade em não ter valor de mercado, daí a razão dos avaliadores considerarem, embora seja aleatório nesta situação que vai potenciar uma edificação, que sem este acréscimo não teria, aliás, era só um piso e vai ter possibilidade de proporcionar fazer talvez mais 4 pisos, mais 3 ao que detém.

Não há nada que normalize essa depreciação, é a sensibilidade dos avaliadores.

Os 50% na outra considero correto, mas nesta não lhe dava, porque há um benefício a colher pela parte que vai aglutinar.

É aceitável, não há verdades absolutas em avaliações, desde que esteja demonstrada e abordada a situação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 2 votos contra do BE e 1 abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

#### **9. Deliberação n.º 221/2019 - Proposta n.º 21/2019 – GAP – Transferência de Competências para as Autarquias Locais, decorrentes da Lei-Quadro n.º 50/2018, nos anos de 2019 e 2020**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 7 votos a favor, 5 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, 1 voto contra do PS e 1 abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 do PAN, 1 abstenção do PPD/PSD e 3 votos contra do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

**Anita Vilar (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS-PP, 2 votos contra do PS e 1 abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

**Suzel Costa (PAN)** – Clarificar o meu sentido de voto na comissão e agora. O PAN vai abster-se, dado que, por um lado continuamos sem saber dos envelopes, por outro lado foi adiado o prazo até 30 de setembro. Poderíamos adiar até setembro e ficarmos à espera que venha mais alguma coisa, que clarifique algumas situações.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 18 da CDU, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 9 votos contra do PS e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O voto contra do Partido Socialista deve-se precisamente, porque se identifica desde o início com a transferência de competências para as autarquias e desde o início que defende que estas matérias, tal como tem vindo a acontecer, sejam votadas à medida que se vai conhecendo esta informação. Há duas questões, a primeira por uma questão de princípio e a segunda, porque à medida que se vai conhecendo estas matérias de uma forma mais profunda, elas vão sendo votadas em conformidade.”*

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Coerentemente como temos votado, sempre que aqui têm vindo este tipo de votos, o nosso voto é de abstenção, porque o Partido Social Democrata é a favor da descentralização, mas não uma descentralização feita desta forma. O Governo falhou em toda a linha aquilo que se comprometeu a fazer na Assembleia da República com o Partido Social Democrata, mas o Partido Social Democrata tendo um âmbito reformista, sendo também a favor e sendo municipalista, entende que não deverá votar contra, por isso o nosso voto de abstenção.”*

**10. Deliberação n.º 235/19 – Proposta n.º 22/2019 - GAP - Cedência a título gratuito das ações do Município de Setúbal na Vitória Futebol Clube, SAD, ao Vitória Futebol Clube**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 5 da CDU e 1 de AC, e 3 abstenções, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**Eduardo Pinto (PPD/PSD)** – Queria aproveitar este momento e esta discussão deste ponto para saudar a presença na sala do Presidente do Conselho Vitoriano, órgão consultivo do Vitória Futebol Clube, igualmente saudar e louvar a presença do senhor Paulo Mateus, Presidente do Órgão de Fiscalização e Disciplina do Vitória, Futebol Clube.

Eu, enquanto Vice-presidente do Conselho Fiscal e Disciplina do Vitória Futebol Clube queria pedir escusa de votação.

Espero que saíamos todos daqui bastante esclarecidos acerca deste ponto.

**Vítor Rosa (BE)** – Irei abster-me relativamente a esta cedência a título gratuito das ações, compreendendo a posição político-económica da Câmara Municipal para se desvincular da SAD do Vitória, é certo, mas em termos de informação que chega a este órgão, mesmo relativamente à ata de 25 de julho de 1997 da Assembleia Municipal. Temos uma única referência de 40% que seriam as ações da Câmara Municipal na SAD do Vitória de Setúbal que poderia chegar a ter um valor máximo de capital em cerca de 750 mil contos, no entanto, não nos chegou a ser fornecido sequer as deliberações da Câmara Municipal de 12/4/2006 e da Assembleia Municipal de 27/4/2006. Compreendemos onde se quer chegar com a desvinculação relativamente à SAD do Vitória, não temos é a informação do ponto de vista financeiro, do quanto é que isto representaria para a própria Câmara Municipal.

**Manuel Fernandes (PS)** – O Partido Socialista não vai acompanhar esta proposta e irá votar contra, mas não irá votar contra de uma forma a dramatizar a questão da que ela pudesse ser empolada para a opinião pública. O Partido Socialista em 1996, quando entendeu que deveria entrar no capital social da SAD, houve uma votação em que o Partido Comunista não se opôs, o Partido Comunista não votou contra essa entrada no capital da SAD. Em 2006 o Partido Comunista entendeu, já à frente dos destinos da Câmara, reduzir essa participação para os 8%, cuja decisão foi votada por unanimidade, todos os partidos tiveram a favor dessa redução do capital da SAD, agora somos confrontados com esta decisão.

Gostaria de perguntar ao executivo, uma vez que não vem detalhada a fundamentação pela qual esta decisão foi tomada, não é ainda de todo conhecido ou é pelo menos de um conhecimento muito frágil em termos de argumentos para fundamentar a decisão obtida pelos Partidos da oposição, principalmente, saber de que forma é que essa decisão foi tomada. Se foi em comum acordo com a direção do Vitória? Se foi em comum acordo ou de uma conversa informal com alguns membros da direção do Vitória? Se houve um comum acordo em que as decisões foram tomadas em consenso? Se a direção do Vitória esteve de acordo? Se houve uma proposta que foi aceite ou foi uma proposta da parte da Câmara ou foi iniciativa da parte de do Vitória? Não sabemos! Achamos que não é o “*timing*” indicado para que a Câmara tivesse esta tomada de decisão, partindo do pressuposto que, como é do conhecimento de todos, o clube que é hoje ainda um clube embaixador da região, um embaixador da localidade é uma marca referência da região, está a passar por momentos muito difíceis, está a decorrer um PER. Sabe-se que numa altura destas quando decorre um PER e quando um clube está numa posição muito fragilizada, há que credibilizar a instituição, há que valorizar essa instituição e não o contrário. Entendemos que isto não vai nem beneficiar a região e muito menos o clube. Entendemos que não é, apesar do Bloco de Esquerda, por exemplo, ter feito uma intervenção a dizer que compreende os motivos, nós não os compreendemos. Solicitamos que nos seja esclarecido quais os motivos.

Entendemos que este, independentemente de quais os motivos que se sejam apresentados, não é o “*timing*” ideal para que se apresentasse esta tomada de decisão, tendo em conta o momento difícil que o clube atravessa.

Face a este ponto de situação a bancada do Partido Socialista irá votar contra.

**João Viegas CDS-PP** – Compete a esta Assembleia Municipal, aos órgãos autárquicos zelar pelos interesses em primeiro lugar da cidade.

Não pela fundamentação desta proposta, concordo que está muito pouco fundamentada, deixame muitas reservas. Porque se por um lado refere que “*O Município de Setúbal ainda é titular de 16.011 ações do Vitória Futebol Clube SAD*”, no entanto, não é atribuído nenhum valor a estas ações. Qual é o valor destas ações? É importante para nós sabermos o que é que a Câmara Municipal de Setúbal está a doar. Por outro lado, das explicações que tenho ouvido, a

Câmara Municipal deve esclarecer, porque é que está a doar estas ações ao Vitória Futebol Clube. A sensação é que existe mais alguma coisa que paira no ar, para além daquilo que está aqui escrito. Seria importante que o executivo explicasse.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Mais uma vez, infelizmente, chegam propostas à Assembleia Municipal sem a necessária informação. Quando aqui falamos nas reuniões 2006, quando houve a primeira redução de 40% para os 8%, foi feita uma proposta do Vitória de Setúbal, em que o Vitória de Setúbal propôs à Câmara Municipal que necessitava de se financiar e apresentou aquilo que agora aqui não conta. Apresentou um relatório de contas, apresentou o valor das ações, que na altura eram de 5,00€, disse qual o número de ações, disse qual era o capital de cada ação e o que cada participante tinha na SAD. Depois foi feita a discussão a nível da Câmara e da Assembleia Municipal, com as posições de todos os Partidos, na realidade estávamos perante uma proposta concreta apresentada pelo Vitória de Setúbal.

Esta proposta que vem agora para ser votada nada disso traz, não traz o valor das ações, não nos diz de quem partiu, (neste caso pensamos que terá partido da Câmara Municipal e que o Vitória terá aceite), não há relatório de contas, não há qualquer informação da SAD. Gostaríamos de saber se tem havido assembleias gerais da SAD e se a Câmara Municipal tem estado presente, porque isto é importante, porque sendo acionista de referência com 8% e apesar de não ser administrador, deverá pertencer aos órgãos sociais e deverá ir às assembleias gerais.

Aquilo que nos deixa sempre com a questão e que já foi falado pelas bancadas anteriormente, porquê agora? Esta decisão foi tomada agora, deve-se a quê?

A bancada que falou anteriormente, o João Viegas disse “*poderá haver mais alguma coisa*”, mas isto não pode ficar a pairar no ar!

Enquanto membros desta Assembleia temos que ter conhecimento de tudo o que está por detrás desta proposta.

Em 2006 sabíamos que o Vitória de Setúbal queria fazê-lo, porque necessitava de se financiar, agora não sabemos.

**Vice-Presidente da Câmara** – Conforme já tinha explicado na reunião da Comissão de Finanças, esta frase final do senhor deputado colocada ao contrário, pode ser logo uma justificação desta deliberação, se não sabemos as contas da SAD, se não podemos participar na SAD, se nada se conhece da vida económica e financeira do clube, não podemos dizer qual o valor das ações, porque são os órgãos que fazem as contas do clube, que podem apresentá-las e com isso determinar o valor das participações sociais. Essa informação não existe não pode ser o município a determiná-la. Essa é uma questão que terá que ser imputado na altura em que for determinado o valor social das ações. Aquilo que se está a fazer é na linha daquilo que se fez desde que a CDU não acompanhou a votação da participação nos 40%, não estava de acordo na participação da Sociedade Anónima Desportiva. Aparentou-se ou justificou-se com isso, que fosse uma forma de apoio do município ao Vitória. Como se verificou, não foi a redução para os 8%, que deu prejuízo ao Vitória e foi numa altura em que o município não acompanhou o aumento do capital social. Neste momento com estes 8%, não é por via da participação societária que o município pode apoiar o Vitória. Se o Vitória tiver alguma perspetiva de negócio financeiro que seja possível, como tem sido suscitado noutros clubes da mesma dimensão, como é o caso do Sporting de Braga, do Marítimo, do Rio Ave, podemos invocar uma série deles, que de há 7 ou 8 anos para cá tem vindo a fazer operações deste tipo. Uma das mais recentes foi o Governo Regional da Madeira que reduziu para 3%, a participação no Marítimo Sport Clube. Têm vindo a reduzir a participação com este intuito declarado, dar mais poder ao clube numa participação maioritária nas Sociedades Anónimas



Desportivas – SAD. O clube já tem quase a participação toda, não lhe acrescenta nem retira nada o facto de não dispor desta pequena parcela de 8%. Fica com as mãos livres para tomar qualquer decisão, desde que surja alguma oportunidade.

Aquilo que disse o deputado, “*nós não fazemos ideia se o Vitória precisa de dinheiro, se precisa de financiamento*”? Claro que sabemos, toda a gente sabe! Toda a gente sabe que o Vitória e se calhar 90% dos clubes em Portugal que estão na Primeira Liga, precisam como de pão para a boca, de soluções de financiamento, porque têm situações quase insustentáveis. Quando aparece alguma solução financeira, se o clube tiver as mãos livres para decidir sobre tudo, não há mal ao clube, nem há nenhuma vantagem de o município ter alguma palavra a dizer, porque também já não o tem.

Por outro lado e esta é a parte factual do apoio do município ao Vitória, há que registar que não é por ter uma participação que a Câmara apoia ou não apoia o Vitória, pelo contrário, até pode ficar de mãos mais livres para participar e para fazer os apoios que estejam ao seu alcance, que na realidade temos vindo a fazê-lo! O Vitória tem hoje o uso de um pavilhão gimnodesportivo em condições melhoradas, porque o município tratou de angariar apoios e participar na sua recuperação, o Vitória pode desfrutar agora e para o futuro das suas instalações desportivas, porque o município está disponível como esteve no passado, a intervir para evitar que vá parar a mãos de privados, as instalações e equipamentos que o Vitória tem utilizado o município intervirá e apoiará em bens físicos e em terrenos. Há muitos apoios que temos dado e estamos na disponibilidade de intervir sempre que seja necessário para assegurar a sustentabilidade futura do Vitória. O que o município não tem nas mãos é uma solução financeira que resolva os problemas do Vitória e tem que ser o próprio Vitória Futebol Clube a encontra-los ou através dos negócios que a SAD possa fazer ou que o clube possa fazer com a SAD.

Faltam aqui valores reais? Faltam, porque o município não os pode dar! Tratando-se de uma transação não onerosa, é uma cedência gratuita, não é essa a preocupação. Ainda que mais à frente quando as contas forem publicadas nós possamos identificar o valor, se é que ele é positivo, como todos o reconhecemos, é difícil que seja essa a probabilidade.

Se a preocupação é, “*O que é que o município perde?*” não perderá grande coisa, quase certo não perde nada.

“*O que é que o Vitória ganha?*” ganha mobilidade em relação às decisões, fica com as mãos completamente livres em relação às decisões que quiser tomar sobre o futuro da SAD e da participação do clube.

Quanto ao processo, é evidente que a senhora Presidente da Câmara falou com o senhor Presidente da direção do Vitória, é evidente que a questão foi tratada e depois dessa conversação foi endereçado um documento, dizendo a intenção da Câmara de disponibilizar estas ações a título gratuito ao Vitória.

Uma vez tomada esta deliberação, este processo será completado e não há nada de anormal.

Porquê agora?

Porque não agora?

Porquê no ano passado, porquê há dois, três ou há quatro anos?

Há alguma coisa que desaconselha neste momento a transmissão destas ações?

Algum dos senhores deputados conhece alguma circunstância que desaconselhe?

Se conhecem, têm a obrigação de denunciar, porque nós não queremos prejudicar o Vitória e se conhecem alguma circunstância que prejudica o Vitória por causa desta cedência, então façam o favor de enumerar e digam qual é essa circunstância.

**Afonso Luz (CDU)** – Pertencendo a um órgão social do Vitória, embora consultivo, na dúvida não votarei esta proposta.





**Suzel Costa (PAN)** – O PAN vai votar favoravelmente esta proposta de saída do município da Sociedade Anónima Desportiva do Vitória. Saúda a separação entre os dinheiros públicos da gestão do futebol profissional, ainda que elencamos algumas preocupações que já aqui foram mencionadas pelos outros eleitos, nomeadamente a cedência gratuita das ações, que nos parece, mais uma vez, que este foi um negócio ruinoso com os nossos fundos públicos.

**Carlos Batista (PS)** – Na altura o PS disse que não acompanhava a proposta e face aos esclarecimentos que foram dados pelo executivo, vamos alterar a nossa posição de voto.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do PAN e 1 de AC, e 15 abstenções, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

**11. Deliberação n.º 250/19 – Proposta n.º 30/2019 – DAF/DICOMP/SECOMP – Contratação de Leasing Imobiliário – IMAPARK – Adjudicação – Concurso Público N.º 4/2019/DAF/DICOMP/SECOMP**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 6 votos a favor, 5 da CDU e 1 de AC, e 3 votos contra do PS, PPD/PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Antes do período da ordem do dia fiz uma questão relativamente a este ponto, que não me foi respondida, pois o executivo já tinha ultrapassado o tempo, mas volto a questionar, relativamente ao apuramento da dívida do valor de 533 mil euros de dívida à ADSE. Porque é que existe esta dívida?

**Vítor Rosa (BE)** – O Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 novembro estipula, relativamente a este conjunto de contratações, no artigo 6º, do capítulo II, relativamente a imposto de selo, “*Estão isentos deste tipo de transações o Estado, Regiões Autónomas, Autarquias Locais e Associações*”, o mesmo se passa relativamente ao IMT, no anexo 2, do capítulo II, das isenções, no seu artigo 6º, “*Ficam isentos de IMT o Estado, Regiões Autónomas e Autarquias*”. Porque é que nesta contratação de “*leasing*” é contemplado a situação do pagamento de impostos, havendo a possibilidade, segundo a lei, desta isenção?

**Vice-Presidente da Câmara** – Há um plano de pagamentos de regularização de dívidas à ADSE que resultam de dívidas acumuladas até 2015, por via das captações. O Governo determina que haja captações e os serviços públicos têm que pagar em função do número de funcionários que têm. Nós tivemos um atraso em 2015, pelo que fizemos um plano de pagamentos, aquilo que falta pagar, de acordo com esta verba, vai terminar em 2021 e a dívida será toda regularizada. Isto foi feito com uma série de municípios, porque há despesas da ADSE que aparecem sem que antecipadamente sejam previstas.

Houve uma acumulação, estabeleceu-se um plano de pagamentos que termina em 2021, e o valor acordado é o que conta na proposta, não é dinheiro descontado aos trabalhadores, ou seja, não é falta de entrega de descontos aos trabalhadores. A Câmara paga as despesas todas e depois é estabelecido um valor de captação que, de repente, gera uma dívida grande e isso gerou algumas acumulações, como é a título de exemplo, o pagamento de medicamento e



operações cirúrgicas para benefício dos trabalhadores, não se trata de retenção de descontos dos trabalhadores.

Ausentou-se da sala do CCDBA o Sr. Deputado Miguel Sena da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 de AC, e 17 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra esta última proposta da ordem de trabalhos, porque em coerência com aquilo que já foi feito no passado, a posição do Partido Socialista também foi contra a aquisição deste equipamento dada alguma falta de transparência nos critérios e naquilo que foi a ausência da fundamentação económica, tendo em conta aquilo que foi a proposta de aquisição do próprio equipamento. Em coerência com a tomada de posição anterior, o Partido Socialista desta vez, não é apenas por ser um contrato de leasing que iria alterar o seu sentido de voto e manteve a mesma atitude, votou contra.”*

**Vítor Rosa (BE)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Relativamente a esta matéria, também em coerência relativamente àquilo que tinha sido a nossa posição sobre a pretensão de aquisição do IMAPARK e do valor atribuído que só vem reforçar esta coerência no nosso sentido de voto, porque se a Câmara através da lei tem isenção de IMT e do imposto de selo, porque não foi prestado aqui qualquer tipo de esclarecimento, quase que nos parece um empréstimo encapotado para outros fins.”*

**Afonso Luz (CDU)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Tomámos esta opção de votar favoravelmente de plena consciência. Aproveitamos para esclarecer que a questão de isenção de IMT e de Imposto de Selo não se aplica a este tipo de contratos, porque o que está aqui a ser contratado é o leasing imobiliário e não a aquisição direta do bem.”*

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Social Democrata vota contra, mantendo a votação que já o tinha feito relativamente à aquisição do IMAPARK e acrescentando, que quer-nos parecer que esta não terá sido a modalidade de empréstimo que nos parece ser a mais adequada, visto que o município vai ter que pagar IMT.”*

**Manuel Pisco Lopes (Vice-presidente)** – Só esclarecer uma declaração, para aclarar uma declaração. É possível pedir para aclarar?

**Presidente da Mesa** – A Assembleia está sempre disponível para os esclarecimentos do executivo municipal.

**Vice-Presidente da Câmara** – Só o pedido de aclaração da declaração de voto do Bloco de Esquerda, do senhor deputado Vítor Rosa, quando afirma que não pagando IMT pode ser o financiamento para outros fins. Encarecidamente lhe pedíamos que indiciasse, quais os fins que o senhor deputado suspeita que podem ser o uso deste leasing?

**Presidente da Mesa** – Senhoras e senhores deputados terminámos as nossas votações.

Intervenção inaudível.

**Presidente da Mesa** – Senhora Presidente, as declarações de voto são feitas depois das votações, cada um é livre de fazer as declarações de voto que entender, cada um é livre de tomar os procedimentos que entender. Há registo na ata das declarações que foram feitas. Vamos votar as deliberações em minuta.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era uma hora e cinco minutos do dia vinte e oito de junho, de dois mil e dezanove.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e sete de setembro, de dois mil e dezanove, contém sessenta e sete folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



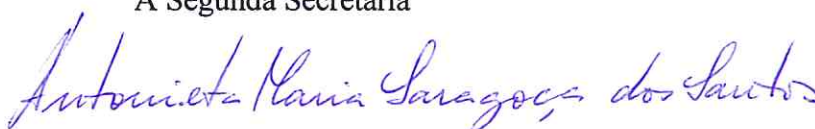
André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Antonieta Maria Saragoça dos Santos

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos  
Verificada por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa